



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 46

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 24 de novembro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Gabriel Eduardo)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

No último dia de análise das [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para 2022 e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022](#), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco César (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Rui Espínola (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Nuno Barata (*IL*), José Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Flávio Soares (*PSD*), Sandra Faria (*PS*), Sérgio Ávila (*PS*), Berto Messias (*PS*), Guilhermina Silva (*PSD*), Paulo Silveira (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), Salomé

Matos (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*), Manuel Ramos (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Elisa Sousa (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*), dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*), das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*), o Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*), a Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (*Ana Carvalho*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

No encerramento do debate, proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52, Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, vamos dar continuidade ao nosso trabalho de debate do Plano e Orçamento da Região para 2022.

Para darmos continuidade dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Faz favor, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra.

Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2022, nos domínios dos transportes, turismo e energia, ajusta a ação deste governo ao desafiante contexto global da última década e às realidades que encontramos nestes sectores no arquipélago.

No domínio dos transportes aéreos e marítimos, o afastamento e dispersão das ilhas do arquipélago, levam a uma incontornável dependência dos Açores do transporte aéreo, no respeitante a passageiros, e do transporte marítimo no que respeita às mercadorias.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Para algumas ilhas, só!

O Orador: A ação deste Governo, até aqui, orientou-se no sentido de, mantendo a operacionalidade das infraestruturas e organizações associadas aos transportes, dar passos relevantes para melhorar as condições gerais e, também, debelar conhecidos males herdados.

Parte das ações tiveram expressão visível, mas outra não é facilmente notória.

Dessas pouco visíveis ao comum cidadão, ressaltam as associadas aos

prejuízos acumulados, durante os Governos anteriores, pelas empresas do SPER que tutelamos.

Estamo-nos a reportar aos 350 milhões acumulados pela SATA entre 2010 e 2020, aos 44 milhões acumulados pela Portos dos Açores e dividas à Atlanticoline.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Lidar com esta situação, melhorando a coesão territorial, tem sido, e continuará a ser, algo desafiante. A determinação para manter rumo entre hábitos instalados e interesses antagónicos tem sido o mote deste Governo.

Adotar as medidas mais adequadas, mais económicas e sobretudo mais eficazes para todos os Açorianos tem sido o nosso desígnio.

A dispersão geográfica das Ilhas, que obriga a elevados níveis de investimento público numa multiplicidade de infraestruturas, exige um enorme esforço de manutenção ou melhoria. São 13 portos comerciais e cinco infraestruturas aéreas à conta da Região.

Importa sublinhar que as infraestruturas referidas, nomeadamente a construção, a reposição ou a simples manutenção, são responsáveis por parte significativa dos 182 milhões de euros inscritos no Plano para 2022.

À questão das infraestruturas acima apontadas, acresce a necessidade de assegurar serviços mínimos de acessibilidade, tarifas socialmente justas, para que haja vida económica em todas as parcelas do arquipélago, principalmente nas Ilhas mais distantes e mais pequenas.

Aqui impõe-se destacar que, só para as Obrigações de Serviço Público Aéreo e Marítimo, está prevista a verba de 34 Milhões de euros.

Na linha da ação desenvolvida, é da mais elementar justiça reconhecer o esforço e o mérito deste Governo de ter conseguido aproximar os Açorianos, ao mesmo tempo que alavancava a economia dos Açores, criando e implementando, num curto espaço de tempo, a muito bem-sucedida Tarifa Açores.

Essa medida perdurará no tempo através do impacte gerado em cada pessoa, no pequeno comércio de cada lugar, vila ou cidade das nossas Ilhas, este ano e nos anos que se seguirão.

Mas, apesar do sucesso da Tarifa Açores, outras linhas continuarão a ser prosseguidas nestes domínios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No tocante ao Turismo, a estratégia do Governo para o sector orienta-se no sentido de consolidar a Região como um destino de Natureza, de excelência e experiencial, que se diferencie pela sua singularidade e por ser um modelo de turismo sustentável.

Um modelo que valorize o território, os residentes e sua cultura, que qualifique e estimule a distribuição dos fluxos turísticos e, conseqüentemente, de valor pelas nove ilhas e, tendencialmente, ao longo de todo o ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2022, daremos continuidade ao trabalho de recuperação, que este ano nos destacou com um desempenho de excelência no panorama nacional. Fomos a região que mais cresceu no turismo nos primeiros nove meses deste ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O pagamento de dívidas da Associação de Turismo dos Açores, que o anterior governo assumiu, num montante superior a 2,5 milhões de euros,

limitou e limita o investimento em 2021 e 2022. Mesmo assim, manteremos o nosso compromisso com o setor.

No que concerne à sustentabilidade do destino, para além de outras, dedicaremos particular atenção às ações do DMO Açores na prossecução da política de sustentabilidade definida para a Região.

Temos a necessidade de recuperar o tempo perdido em Legislaturas anteriores no que respeita à revisão do POTRAA – Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, cuja revisão técnica está concluída desde meados de 2019, mas ficou esquecida pelo anterior executivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E o que é que os senhores estão fazendo? É preciso ter lata!

O Orador: Ultrapassado o contexto pandémico a sua implementação afigura-se para breve.

Para além do POTRAA, está em marcha a revisão do PEMTA – Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, cuja vida útil terminou em 2020. É fundamental ter mais ambição na estratégia da nossa região.

Para além dos projetos acima, estamos a investir em linhas emblemáticas do produto turístico, nomeadamente nas rotas culturais temáticas e estruturação inédita da rede de percursos pedestres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de energia, os investimentos a realizar em 2022 refletem a promoção da transição energética. Queremos preparar o arquipélago para enfrentar os desafios do futuro.

Gostaríamos de ter um Plano mais ambicioso para 2021 e 22, mas temos ainda de olhar para o passado.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde 1996 o Governo dos Açores é responsável pelos encargos com a iluminação pública nas estradas regionais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Todavia os atrasos de pagamentos atingiram um montante de 6,5 milhões de euros e juros que ascenderam a mais de um milhão de euros. Esse encargo limitou claramente a nossa ação nestes domínios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mesmo assim, estamos a dar passos firmes e seguros no caminho para a transição energética bem como na revisão e publicação da até agora, enalhada Estratégia Açoriana para a Energia 2030.

Relativamente ao Plano de 2021 quero referir que a nossa atual execução em matéria de energia anda pelos 91%.

Em 2022 contaremos com um plano de investimentos no valor de aproximadamente 46 milhões de euros, dos quais destaco as principais ações: Promoção do aproveitamento dos recursos naturais 39,7 milhões de euros, sendo 600 mil euros do ProEnergia e o restante do PRR;

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Eficiência energética – 70 mil euros

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que o senhor vai fazer num ano?

O Orador: Mobilidade elétrica – 576 mil euros, dos quais 300 mil euros correspondem a incentivos;

No aprofundamento da troca de conhecimento além-fronteiras.

Alcançar uma maior eficiência energética nos transportes terrestres é, também, uma das apostas do Governo dos Açores, pelo que continuaremos a atribuir incentivos financeiros em caso de aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento.

Disse. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco César a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, apesar de ontem o Sr. Presidente do Governo não ter negado que prometera, no âmbito das negociações com o Chega, para a sobrevivência deste Governo, uma remodelação governamental a seguir a este Orçamento,...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Deputado, sabe fazer melhor do que isso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vire o disco!

O Orador: ... permita-me que lhe dirija a si as questões que tenho para lhe colocar, porque é a si que cabe responder sobre as áreas da sua tutela.

Permita-me que lhe diga, Sr. Secretário, o Sr. Secretário Regional é Secretário Regional do XIII Governo dos Açores.

O senhor tem, como função, neste plenário, apresentar o seu programa para o próximo ano, em termos orçamentais, mas por motivos que eu desconheço o Sr. Secretário e muitos dos Membros do Governo e Deputados aqui presentes, consideram que a melhor forma e apresentar o seu programa para o próximo ano é falar daquilo que o Partido Socialista fez nos anos passados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou não fez!

O Orador: Aliás, o Sr. Secretário Regional é Secretário Regional do Turismo, Transportes e Energia e daquilo que posso realçar ter sido referido por si, do que mais ouvi falar foi de iluminação pública.

Infelizmente essa iluminação pouco foi vista na execução da sua intervenção. Foi pouco iluminada, permita-me que lhe diga.

Sr. Secretário Regional dos Transportes, o Sr. Secretário Regional é responsável pela tutela, provavelmente, da empresa que mais exporta nesta região; provavelmente, das empresas que mais empregam nesta Região; provavelmente das empresas que mais fluxos turísticos traz a esta Região: a SATA! A SATA Air Açores e a SATA Internacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor não quer que se fale do passado?!

Deputado Rui Espínola (PSD): E do Cachalote!

O Orador: Da sua intervenção, pouco ouvimos sobre a SATA.

O senhor sabe, eu estive presente, com os restantes líderes parlamentares, numa reunião com o Sr. Presidente do Governo e com o Presidente da SATA. Nesta reunião, foi apresentada aquilo que é a perspetiva da SATA para o próximo ano.

Foi prometido, pelo Sr. Presidente do Governo, pela segunda vez, a apresentação do Plano de Reestruturação da empresa. Foi prometido pela segunda vez, Sr. Secretário.

Foi prometido pela primeira vez em fevereiro. Os colegas que estão aqui nenhum deles poderá desmentir o que eu digo. Em fevereiro foi prometido, pelo Sr. Presidente, claramente apresentar o Plano de Reestruturação da empresa.

Onde é que está o Plano de Reestruturação?

Ainda não o temos!

Na semana passada o Sr. Presidente disse: vamos apresentar o Plano de Reestruturação da empresa aos Srs. Deputados. Claro que vamos!

Onde é que está o Plano de Reestruturação da empresa?

Não o temos.

O que é que temos?

O que temos é uma conferência de imprensa de um determinado partido que põe como condição, para apoiar o seu Governo, e para manter os vossos lugares,...

Deputado João Vasco Costa (PS): E os outros que os senhores criaram!

O Orador: ... terminar com a SATA Internacional; põe como condição acabar com o serviço da SATA Internacional.

Sabe de uma coisa, Sr. Secretário (e o Sr. Presidente não me deixará mentir)...

Deputado Nuno Barata (IL): Quem acabou foram os senhores!

O Orador: ... não foi a primeira vez que o fez, porque na reunião onde eu estive, o Sr. Deputado fez exatamente a mesma pergunta.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores levaram a empresa à falência! Fica com a t-shirt!

O Orador: Sabe o que é que foi respondido?

Foi respondido que a SATA Internacional era fundamental para a sobrevivência da SATA Air Açores, que é responsável por 50% dos passageiros que andam na SATA Air Açores, que era fundamental para a exportação da Região Autónoma dos Açores.

E o que é que nós ainda não ouvimos deste Governo? E o senhor tem de responder a isso não só a esta câmara, mas também aos Deputados que reiteradamente querem acabar com a SATA Internacional. O Governo garante a sobrevivência da SATA Internacional, fará tudo o que é fundamental para manter a SATA Internacional ao serviço dos Açores, porque, Sr. Secretário Regional, a SATA já tem uma administração competente, aliás, nomeada no tempo do Governo do Partido Socialista.

A SATA, o que precisa, são garantias da parte do Governo Regional...

Deputado Nuno Barata (IL): Todas as outras eram incompetentes!

O Orador: ... que fará tudo para a sua sobrevivência, porque a sobrevivência da SATA Internacional é também a sobrevivência, neste momento, da economia regional e dos fluxos turísticos.

Tenho mais perguntas, mas esta pergunta aguardo que a faça.

Já sei que a resposta dos outros partidos será atacar o Partido Socialista, mas aquilo que os açorianos querem saber é o que é que os senhores querem fazer em relação à SATA Internacional?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Teria muito gosto em responder-lhe, mas não tenho tempo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Deputado Vasco Cordeiro ainda tem tempo para lhe responder!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bom dia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Sr. Deputado Francisco César, deveria ser, provavelmente, a última pessoa a levantar-se neste Parlamento para exigir que não se falasse do passado da SATA.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Devia ser a última pessoa, neste Parlamento, a fazê-lo. Podia, eventualmente, competir com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para saber quem é que devia ser o último a tratar desse assunto.

O senhor não quer falar do passado. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque aquilo que os senhores deixaram na SATA foi um passivo de 635 milhões de euros em 2020. Foi esse buraco que deixaram na SATA e que este Governo está a trabalhar para salvar a SATA dos erros cometidos por esse Governo que deixou a SATA em muitos maus lençóis e em risco de ficar em terra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor pergunta se queremos acabar com a SATA.

Sr. Deputado, o senhor tudo fez para acabar com a SATA.

Deputados Joaquim Machado e Jaime Vieira (PS): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): E se não era o Chega acabava!

O Orador: O senhor tudo fez para acabar com a SATA, o senhor que achava que as companhias aéreas nunca iriam querer voar para os Açores, que nunca iríamos ter liberalização do espaço na aéreo, que nunca iríamos ter uma tarifa Açores para dar mobilidade aos açorianos, o senhor que sufragou, que assinou de cruz, ou com responsabilidade, as políticas que o passado do Partido Socialista fez na SATA, em especial os últimos oito anos. Eu não me canso de repetir porque é uma realidade que temos todos de perceber.

Em especial, os últimos oito anos do Partido Socialista, que deixaram a SATA na situação em que a encontrámos e que temos muito trabalho para a salvar.

A nossa missão é salvar a SATA!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Com que verbas?

O Orador: O senhor que dizia que não queria os burocratas de Bruxelas a decidir a SATA, foi o senhor que obrigou esta Região e esta empresa dos Açores a ter de depender de Bruxelas para poder ser salva e para poder novamente servir os açorianos em condições.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, aquilo que lhe vou pedir neste debate é que o senhor tenha a decência de reconhecer que o trabalho que está a ser feito por este Governo é para salvar a SATA e não para acabar com ela, que era aquilo que os senhores iam conseguir

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Alerto que tem muito pouco tempo, Sr. Deputado. Faz favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje este Orçamento, na área dos transportes, sob o manto da opacidade. Um manto de opacidade, porque num assunto central nesta área temática e num assunto central para os Açores, desconhecemos aquilo que o Governo se comprometeu, ou se compromete, com Bruxelas em fazer relativamente à SATA.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa parte não diz!

O Orador: Nós não sabemos qual é o valor que a Região terá de injetar na SATA para a sua sobrevivência em capital.

Não sabemos, porque como já foi referido pelo Sr. Deputado Francisco César, o Sr. Presidente do Governo falhou com a sua palavra por duas vezes. Por duas vezes prometeu entregar o Plano de Reestruturação e, por duas vezes, escondeu-o para que neste Orçamento,...

Deputado João Vasco Costa (PS): É hábito!

O Orador: ... neste debate, não se pudesse discutir os números que estão no Orçamento para perceber se os 80 milhões que lá estão, que eventualmente serão para capital da SATA se serão suficientes ou não? Porque isso faz toda a diferença.

Deputado Carlos Silva (PS): Não pode meter dinheiro na SATA!

O Orador: Nós sabemos o que lá está, mas não sabemos o que disse a Bruxelas que ia lá colocar.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E tem de esclarecer o que é que fará com a SATA, e termino já Sr. Presidente.

Se é de facto para salvar, como o afirmam, tantas vezes, provavelmente terão de fazer um Orçamento Suplementar. Ou se nas negociações com o Chega decidiram que é para fechar e cederam o futuro dos Açores em função da vossa sobrevivência política.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Que obsessão com o Chega!

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos à espera dos documentos que o senhor prometeu!

O Orador: Sr. Secretário e Sr. Presidente, é isso que tem de esclarecer.

Essa opacidade, essa luta pela sobrevivência política não pode pôr em causa o futuro dos Açores...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... e o futuro dos Açores passa, no que depender do Bloco da Esquerda, por salvar a SATA. Resta saber, se esse Governo quer o mesmo. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, há aqui algo que me ultrapassa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É normal!

O Orador: ... e que o Sr. Presidente me poderá esclarecer.

O normal, numa discussão do Plano e Orçamento, é, os partidos aqui presentes, colocarem pedidos de esclarecimento ao Governo e o Governo responder.

Há alguma coisa que me esteja a escapar? O Governo não tem tempo, Sr. Presidente?

Porque é que nós fazemos uma pergunta e quem responde são outros partidos que, aliás, não respondem, atacam?

Aquilo que eu gostava de saber é se é normal o Governo não falar nas suas áreas?

Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais intervenções?

(Pausa)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Inscreva-se outra vez!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o Partido Socialista é o único responsável pela colossal dívida da SATA.

Deputado Rui Espínola (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Há dias, no concelho da Ilha Terceira, vozes do Partido Socialista (históricas do Partido Socialista!) reclamavam o encerramento da SATA Internacional dizendo que assim que como ela está não serve e que mais vale encerrá-la e pagar a outras companhias para fazer o serviço.

Deputado João Buto da Costa (*PSD*): Responda lá!

O Orador: Aqui e agora, o Deputado Francisco César questiona o Governo sobre o futuro da SATA. Estranha atitude esta.

E o que pensa o Partido Socialista sobre o futuro da SATA?

O Partido Socialista considera que o melhor é encerrar a SATA, como os seus companheiros da Ilha Terceira? Acham?

Deputado Berto Messias (*PS*): Camaradas!

O Orador: Mas quer encontrar outros responsáveis para essa sua decisão?

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Foi só o Presidente da Câmara!

Deputado João Buto da Costa (*PSD*): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Um antigo membro do Governo disse isso, Sr. Deputado Francisco César e a Sra. Deputada Andreia Cardoso estava lá.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Estava!

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): O Presidente da Câmara é que disse!

O Orador: Sr. Secretário Regional, considerando a elevada taxa de vacinação que já alcançámos e o início da terceira dose, o reduzido número de casos Covid que temos, felizmente, na Região, e a conseqüente retoma da economia dos fluxos turísticos da retoma da normalização do transporte aéreo, que também para a Ilha Terceira o setor do turismo é importante para a sua economia, a segunda maior ilha dos Açores, eu gostaria de saber, nesse sentido, que novas e alternativas rotas está o Governo planear para a Ilha Terceira para o próximo ano de 2022, para o verão Iata?

Muito obrigado?

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o número de assessores que o Governo tem aqui constitui o terceiro grupo parlamentar desta câmara.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor vem dizer-me que não consegue responder a uma única pergunta que lhe coloquei, nem a uma única pergunta que lhe tenha sido colocada pelo Sr. Deputado do CDS-PP?

É que tem de haver o mínimo de respeito por esta câmara. Eu tenho várias perguntas para lhe fazer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então faça!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Falta a resposta, dependem da primeira!

O Orador: Estas que eu fiz foram só as primeiras duas e elas dependem da sua resposta e eu acho que é um desrespeito por esta câmara o senhor entrar mudo e sair calado.

Portanto, nós aguardamos, os açorianos aguardam que responda àquilo que lhe foi perguntado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Faça as perguntas!

Deputado Francisco César (PS): Já fiz três, não respondem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos aqui, através da intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto, algo que é importante esclarecer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Claro!

O Orador: O Partido Socialista inicia este debate fugindo à responsabilidade do passado que deixou na SATA.

O Partido Socialista inicia este debate guardando perguntas que não quer fazer e quer gerir de uma forma quase que estranha, a forma como se deve dirigir ao Governo neste debate...

Deputado Francisco César (PS): Estranha?

Deputado Joana Pombo (PS): Depende das respostas, Sr. Deputado!

O Orador: ... que é, questionando aquilo a que tem a questionar, para que o Governo possa depois responder às suas perguntas.

Mas essa é uma questão de somenos para aquilo que realmente interessa para o que estamos a discutir.

É importantíssimo que o Partido Socialista diga ao que vem, porque nós não conhecemos o que é que o Partido Socialista quer.

O Partido Socialista da Terceira quer acabar com a SATA Internacional, o Partido Socialista da Terceira quer uma coisa, o Sr. Deputado (não sei se ainda é dirigente do Partido Socialista em São Miguel) eventualmente não sabe o que quer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não! O senhor é que é o porta-voz da Terceira!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista que diga ao que vem,...

Deputado Joana Pombo (PS): Já fez! Os senhores não respondem!

O Orador: ... que apresente as suas ideias, que diga quais são as suas propostas, para que o Governo possa esclarecer e responder àquilo que é o normal diálogo e dialética política neste plenário.

O que interessa às pessoas lá em casa, Sr. Deputado, relativamente à SATA, é isto: os senhores deixaram a SATA numa terrível situação financeira. Este Governo, desde que tomou posse, conseguiu já inúmeros sucessos...

Deputado José Ávila (PS): Menos!

O Orador: ... em termos daquilo que é a empresa que mais serve os açorianos e que mais importante é para os Açores, para a sua mobilidade e para a coesão regional.

Deputado Joana Pombo (PS): Servir os açorianos, mais ou menos!

O Orador: Esses resultados já começaram a aparecer. Aliás, esses resultados permitem que a SATA não tenha que ter eventualmente a dívida que estava inicialmente prevista.

Deputado Francisco César (PS): Aumentaram só 100 milhões!

O Orador: O senhor esteve na reunião com o Conselho de Administração da SATA e o senhor sabe que foi assumido pela Administração da SATA, precisamente, essa recuperação.

Estamos todos empenhados e a trabalhar para salvar a SATA e o Partido Socialista quer aqui uma dialética e um debate político de pequeninas coisas de quem é que tem um Grupo Parlamentar, de quem é que deixa de ter, se o

Sr. Secretário responde em jeito de tu cá, tu lá, com o Sr. Deputado Francisco César.

O senhor o que quer, no fundo, não é respostas. O senhor não quer debater o futuro da SATA, porque o futuro da SATA, para ser debatido com seriedade implica que o senhor se levante dessa bancada e reconheça o mal que o Governo liderado pelo Partido Socialista fez à SATA.

Deputado Joana Pombo (PS): Ó senhor, estamos a debater o Plano e o Orçamento!

O Orador: Depois de o senhor o reconhecer talvez possamos discutir com seriedade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Faça favor.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, as duas questões que anotei aqui colocadas por si, sobre aquilo que era a nossa posição relativamente à sobrevivência da SATA Internacional e relativamente ao Plano de Reestruturação,...

Deputado Francisco César (PS): Onde é que está o Plano de Reestruturação?

O Orador: ...aquilo que transmitimos desde o princípio é que, de facto, o nosso desígnio é fazer tudo o que for possível para salvar a SATA, quer uma, quer a outra.

Portanto, nessa linha nos mantemos. As dificuldades são as conhecidas e que já foram aqui várias vezes sublinhadas...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e estão incluídas naquilo que foi a razão que levou a SATA a ter de fazer o Plano de Reestruturação.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: O nosso empenho em salvá-la é total. Agora, isto depende do Plano de Reestruturação e o Plano de Reestruturação é algo que está em curso e logo que esteja aprovado será trazido aqui, ao Parlamento, oportunamente. Relativamente à Terceira, a resposta ao Sr. Deputado Pedro Pinto, nós temos anunciadas já há algum tempo duas rotas previstas para este inverno, para Boston e para Toronto. Portanto, existe, para além da SATA, o anúncio de intenção, ainda não confirmada, da British de voar para a Terceira, no próximo verão Iata.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as verbas?

O Orador: Outras negociações estão em curso no âmbito daquilo que é a promoção feita pela ATA e, portanto, logo que existam novidades consolidadas essas serão publicamente transmitidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputados Jaime Vieira e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o que o senhor disse aqui, não foi o que o Sr. Presidente nos disse.

O que o Sr. Presidente nos disse, em fevereiro deste ano (eu tenho os outros grupos parlamentares como testemunha), foi que nos faria chegar, em fevereiro, o Plano de Reestruturação, que está feito.

E o que nos disse a semana passada foi exatamente a mesma coisa. Portanto, aquilo que fica aqui claro é que os senhores não querem entregar aos outros partidos políticos o Plano de Reestruturação.

Segunda questão, Sr. Secretário:

Como é que vão recapitalizar a empresa?

Foi dito pelo Sr. Secretário das Finanças que seriam necessários cerca de 130 milhões de euros para capitalizar a empresa.

Onde é que esses 130 milhões de euros estão?

Não estão no orçamento?

Aliás, é uma das condições para a aprovação, por parte de alguns partidos, deste orçamento.

Como é que o senhor diz que pode fazer tudo para salvar a SATA, se os 130 milhões que o Governo disse que eram fundamentais, não estão lá presentes?

Para além disso, Sr. Secretário (e por uma questão de economia de tempo) eu estive a ver. Há cerca de 34 operações aéreas para a Região Autónoma dos Açores (trinta e quatro!), desde a responsabilidade da Azores Airlines, Lufthansa, Ryanair, Swiss Air Lines, British Airways, United...

Primeira coisa, Sr. Secretário: dessas 34 operações, se retirarmos aquilo que é tráfego normal, portanto voos para Lisboa diretos, 90% são em época alta, Sr. Secretário. O turismo precisa é de ajuda em época baixa.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é a forma de contratar e de fazer política de turismo, trazer gente quando já temos a hotelaria cheia?

Segundo ponto:

Em 34 operações só há um voo para a Ilha a Terceira?! Um voo para a Ilha Terceira?!

Sr. Secretário, eu fui Secretário Coordenador de Ilha de São Miguel durante seis anos.

Eu, enquanto micalense, enquanto açoriano, choca-me, que 34 voos,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É preciso ter coragem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... haja, apenas um para a Ilha Terceira.

Portanto, isso, faz-me muita confusão e o Sr. Secretário tem de dar uma resposta de que isto não se trata apenas de uma ilha ou de outra. Trata-se da Região Autónoma dos Açores. E quando uma ilha é penalizada em relação a outra, a Região sofre, todos sofremos. E isso merece explicação,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Então vá às Flores!

O Orador: ... porque a política de turismo para os Açores não é apenas trazer quando é fácil para trazer, porque isso qualquer um faz.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos a pagar para trazer gente numa altura em que não é necessário pagar em época alta, porque todos sabemos que estamos cheios. Em época baixa é fundamental trazer fluxos turísticos. E com as políticas que têm feito não estou a ver que a época baixa possa ser resolvida.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Espínola (PSD)**: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O crescimento do turismo nos Açores tem sido uma evidência há largos anos. Em 2021, estamos a recuperar da pandemia de 2019.

Deputada Andreia Cardoso (PS): 2019, não!

O Orador: 2020, peço perdão! Estamos a recuperar dos resultados de 2020.

Aquilo que queria aqui ressaltar, no caso da Ilha Terceira, é que a Ilha Terceira, neste ano de 2021, em termos de passageiros, em termos de hóspedes, em termos de dormidas e em termos de proveitos totais, tem recuperado mais rapidamente do que a média do todo regional.

Além do mais, Sr. Deputado Francisco César, a Ilha Terceira tem aumentado as suas ligações aéreas, naquilo que diz respeito aos voos domésticos, sobretudo para Lisboa e para o Porto.

Portanto, recorde que há um aumento dos voos da Ryanair, mais três do que havia, da SATA e da TAP.

Efetivamente o Grupo Parlamentar do PSD também não está satisfeito com a questão das ligações internacionais.

Solicitamos ao Governo Regional, ao Sr. Secretário Regional dos Transportes, que diligencie, que todo o Governo trabalhe no sentido de podermos aprimorar, aumentar os fluxos turísticos internacionais também para a Ilha Terceira.

Agora, Sr. Deputado Francisco César, o que nós não podemos admitir é que o senhor venha a esta Casa fazer de conta que não houve passado.

Em 2019, nós tínhamos exatamente os mesmos voos internacionais que temos para a Terceira, neste momento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que é que tínhamos contratado para 2020? Esqueceram-se!

O Orador: Nós não tínhamos ligação ao Porto, com a SATA, que muitas vezes, o Sr. Vice-Presidente, e os partidos, CDS e PSD, trouxeram a esta Casa e o senhor fez de conta que não acontecia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Portando, não estando satisfeito com a questão das ligações internacionais, também não podemos realçar o crescimento que tem tido o turismo, na Terceira, e também dar aqui nota de que beneficiou bastante com a questão da tarifa Açores que os senhores votaram contra, que os senhores não quiseram, que a Terceira também beneficiou, que os Açores inteiros beneficiaram com a tarifa Açores.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Era só para perguntar se a Presidência do Governo já enviou aos serviços da Assembleia o Plano de Recuperação da SATA, isto obviamente porque o PAN fez uma promessa de recebermos esse plano e nós devemos aos nossos eleitores essa justificação.

Obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): E o dos Transportes? E o do Turismo?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o Cachalote?

Presidente: Sr. Deputado, até iniciarmos os trabalhos e desde que aqui estou, não tinha entregado. Não sei se, entretanto, entrou algum documento que eu não tenha conhecimento.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faça favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a falta de credibilidade dos documentos, especialmente do lado das receitas, penso que já ficou por demais evidente. E deixe-me, portanto, Sr. Secretário, que lhe fale da credibilidade da estratégia e daquela que é apregoada pelo seu Governo como um novo paradigma.

Verdade seja dita que este Governo, em matéria de transportes, tem uma estratégia clara. Verdade seja dita que, em matéria de transportes, tem uma estratégia clara: centralizar tudo e desrespeitar por completo a coesão regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, digo-lhe mais: aquela que podia ser, ou é, uma boa medida, como a tarifa Açores, passa a péssima, a partir do momento em que destrói tudo o que está à sua volta, destrói tudo o que se contruiu de coesão à volta dos transportes nos Açores. E vamos a factos, Sr. Secretário,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Comece pelas dívidas!

O Orador: ... porque os senhores com a tarifa Açores, aquilo que se tem constatado até hoje é que deram com uma mão, mas tiraram com as duas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): É preciso ter coragem!

O Orador: Vamos a factos:

Depois da machadada dada no novo modelo de transporte marítimo de passageiros e viaturas, onde esse transporte passou a contemplar apenas metade das nossas ilhas,...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... e quando pensávamos que já nada pior podia acontecer em matéria de transportes, vem as Obrigações de Serviço Público de Transporte Aéreo e, por decisão política (e reitero: por decisão política!), tudo à socapa, numa característica, que já é exclusiva deste Governo, da falta de transparência, deferiram mais um violento ataque à coesão regional quando, a partir do dia 15 de novembro, deixou de haver encaminhamentos gratuitos para não residentes.

Mais, Sr. Secretário!... Não há memória de um Governo tão centralista e em tão pouco tempo.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: E pergunto, Sr. Secretário: é esta a visão que o Sr. Secretário, que o Sr. Presidente, têm dos Açores?

Sr. Secretário, Sr. Presidente do Governo dos Açores, fizeram-no de forma consciente. Os senhores acham que o Pico, a Graciosa, Santa Maria, as Flores, São Jorge, o Corvo, o Faial, não merecem receber os fluxos turísticos que chegam, em grande número a São Miguel e à Terceira?

Deputado Gustavo Alves (PPM): E os legados?

O Orador: É essa a sua visão, Sr. Secretário e Sr. Presidente?

Estas sete ilhas deixaram de ter esse direito, Sr. Presidente?

Os senhores conseguiram destruir o princípio fundamental do modelo de transporte aéreo para os Açores, o de aeroporto único. Os senhores num ano conseguiram destruir.

E o que é que o Sr. Presidente e o Sr. Secretário têm a dizer hoje a inúmeros empresários destas ilhas que apostaram tudo no setor do turismo (tudo no setor do turismo)?

E o que é que têm a dizer, os Srs. Deputados destas ilhas que ficaram agora excluídas destes encaminhamentos...

Deputado Rui Anjos (PS): Muito bem!

O Orador: ... o que é que têm a dizer sobre isto? Concordam?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não tinham lugar antes! Voltavam para casa e ficavam dois dias à espera!

O Orador: Acham que está certo? Ou falta-lhes, como dizia ontem o Deputado Marco Costa, sílabas para dizer o que é que querem e o que é que acham sobre esta matéria?

Este Governo, uma coisa tem garantida: fica para a história dos Açores como o paladino do centralismo e o carrasco da coesão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Secretário Regional dos Transportes faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta questão dos reencaminhamos...

Deputado Francisco César (PS): Encaminhamentos!

O Orador: ... parece-me que tem estado, de facto, no ar, nos últimos dias, embora este assunto seja já do conhecimento público, desde finais de julho/agosto, na altura em que as novas Obrigações de Serviço Público foram postas a concurso e a questão dos reencaminhamentos também estava apensa. Portanto, já era conhecida a partir dessa data.

Deputado José Ávila (PS): Encaminhamentos

O Orador: De qualquer maneira, fazendo um historial muito rápido, porque depois o tempo é curto para essas questões, queria transmitir que os reencaminhamentos...

Deputados José Ávila e Francisco César (PS): Encaminhamentos!

O Orador: ... de passageiros residentes e estudantes, no arquipélago, continuam como estavam. Não há nenhuma alteração relativamente a reencaminhamentos de passageiros residentes e estudantes.

Deputado José Ávila (PS): Encaminhamentos, Sr. Secretário!

O Orador: Há diferenças, mas para perceber as diferenças eu vou fazer o historial muito rápido.

Para que se faça o novo concurso público, internacional, de Obrigações de Serviço Público de Transporte Aéreo, é necessário notificar a Comissão Europeia das condições e dos termos do caderno de encargos.

Nós, no início do ano, iniciámos um processo para montar, digamos que, uma nova estrutura de Obrigações de Serviço Público, mas devido à urgência do lançamento do concurso público internacional (não tínhamos tempo para acabar o nosso), recorreremos àquilo que tinha sido a notificação feita pelo anterior Governo em janeiro, ou fevereiro, de 2020, à Comissão Europeia. Com isso ganhávamos dois meses e acelerávamos o processo de lançamento de concurso público internacional.

No texto que foi comunicado à União Europeia, em janeiro de 2020, estava lá escrito, se me permitem (isto está em letra muito miúda, eu vou tentar ver e ler para ficarem com a noção clara do que lá está): “os encaminhamentos de passageiros residentes e estudantes em viagens no interior dos Açores com origem ou destino no continente português ou no Funchal serão assegurados pelas transportadoras aéreas que explorem as ligações aéreas ao interior dos Açores”.

Portanto, nós quando lançamos o concurso público internacional lançamos com estas condições. Não íamos lançar com outras.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): E agora?

Deputado Francisco César (PS): Não precisava! Se tinham recorrido, não precisava!

O Orador: Porque se fosse com outras estávamos a comer uma irregularidade que depois poderia ter consequências que nós não queremos suportar.

De qualquer forma também quero aqui sublinhar o seguinte: é que apesar de termos lançado o concurso nestes termos que já estavam definidos...

Deputado Francisco César (PS): Não tiveram tempo, é a explicação do Sr. Secretário!

O Orador: ... estamos a trabalhar no sentido de encontrar uma solução que seja próxima de um *interline*...

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: ... com passagem corrida, onde consigamos uma solução que não seja “nem 8, nem 80” e que nos permita que os passageiros fora da Região Autónoma dos Açores, portanto, não residentes, tenham uma tarifa de circulação pelas ilhas...

Deputado Francisco César (PS): Tarifa de circulação?!

O Orador: ... uma tarifa de transporte entre as ilhas, ou entre duas ilhas, que não seja a máxima, mas também que não seja a tarifa zero.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faça favor.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Secretário Regional deu-nos aqui uma explicação espantosa. É de que o processo foi feito assim, porque o senhor não teve tempo.

Sr. Secretário Regional, Srs. Membros do Governo:

Os senhores criaram a tarifa Açores e não notificaram Bruxelas!... Os senhores criaram a tarifa Açores e não notificaram Bruxelas!...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não tiveram tempo!

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Não há um auxílio de Estado!

O Orador: E foi pensado! Portanto, não me venha com esta conversa.

Os encaminhamentos foram criados em 2015.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Foi no ano que os senhores tentaram destruir a Tarifa Açores, nem vão destruir!

O Orador: E a SATA recebia 25 milhões de euros para os encaminhamentos.

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Por muito que queiram destruir a Tarifa Açores, não destroem!

O Orador: Aliás, os encaminhamentos, nos Açores (se o Secretário não sabe, é importante que seja destruído aqui) sempre existiram. Aliás, Sr. Secretário, permita-me que o corrija: não são reencaminhamentos, são encaminhamentos. É que faz diferença, por acaso. É o que está no texto.

Os encaminhamentos fazem com que qualquer cidadão português, residente nos Açores, ou não residente nos Açores, possa deslocar-se para a sua ilha de destino exatamente ao preço da viagem para os Açores sem pagar o acréscimo.

Aquilo que os senhores, com essa decisão, estão a fazer é que a partir de agora quem quiser ir para o seu destino e for não residente, terá de pagar um acréscimo de transporte.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E?

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado Joaquim Machado pergunte aos seus colegas!

O Orador: Isso faz com que aconteça o seguinte:

A SATA vai receber exatamente o mesmo valor que recebia, mas vai praticar um serviço pior para a economia regional. Política de coesão é isto! É um cidadão que quer vir para os Açores, quer ir para o Corvo e possa pagar exatamente o mesmo que uma tarifa para São Miguel.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Para isso o Estado intervém. Para isso bastava seguir aquilo que foram as políticas traçadas no passado, nomeadamente em 2015.

O Sr. Secretário podia perfeitamente ter seguido este caminho.

Por último, Sr. Secretário, dizem que estamos sempre criticando o Governo. Foi com as Agendas Mobilizadoras, foi com os Fundos Comunitários.

Quer dizer, uma medida desta magnitude, desta importância, os senhores mandam um email às escondidas às agências de viagens. Nem nota pública disso fazem.

Deputado Miguel Costa (PS): É verdade!

O Orador: O Governo só é bom a anunciar o que é bom para si, só é muito mau a anunciar aquilo que é mau para os Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco César.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu às vezes acho que nós não estamos a falar da Região que tem uma dívida acumulada de 3 mil milhões de euros, que nós não estamos a falar da Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Só?

O Orador: É sempre por baixo, que é para não acharem que eu estou a exagerar: 3 mil milhões de euros! Eu sei que é mais, mas é por baixo que é para não dizerem que eu estou a exagerar.

Três mil milhões de euros já é imenso, Sr. Vice-Presidente, já é um disparate, já é mais de 50% do PIB.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Já periga o acesso aos fundos comunitários, já periga o endividamento para recorrer aos fundos comunitários. Portanto, não é preciso ir ao valor certo. Basta ir por baixo.

Eu às vezes penso que nós estamos na região que é detentora de uma companhia aérea que tem um passivo de 300 milhões de euros. Eu nem vou para os 600 milhões do Sr. Deputado Bruto da Costa, que somou a dívida comercial, com a dívida não sei das quantas.

A dívida financeira são 300 milhões de euros, 10% da dívida da Região Autónoma dos Açores! São 3 mil milhões de euros e parece que estamos aqui a discutir como se os reencaminhamentos, ou os encaminhamentos gratuitos, fossem o Maná para o desenvolvimento do turismo desta região, quando esta região levou o verão todo a ouvir os empresários a dizer que não têm mão de obra para trabalhar mais no turismo,...

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

O Orador: ... que as camas estavam cheias na ilha x, na ilha y, na ilha z, na ilha h.

Portanto, esta região pobre, com 3 mil milhões de dívida acumulada, de uma companhia aérea falida, com 300 milhões de passivo financeiro, vai pagar para virem de fora uns senhores viajar para onde querem e lhes apetece, para as ilhas que não têm mão-de-obra para desenvolver a sua atividade económica.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: Meus senhores, vamos cair na realidade. Sr. Deputado Miguel Costa, eu vou lá.

A sua ideia de descentralização sabe qual é? É fazer um escritório na Madalena do Pico para, a partir dali, mandar nos portos todos dos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): A Madalena não é menos que a Horta! Quer falar da marina? Não quer falar da marina!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Nuno Barata (IL): Tens de ter jeito! Tens de ter jeito!

Deputado Miguel Costa (PS): Quer falar da marina?

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu vou ser proibido de ir lá!

Deputado Miguel Costa (PS): A Madalena não é inferior à Horta!

Deputado Nuno Barata (IL): Não, não é!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições vamos avançar.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Secretário Regional tem um gabinete no Pico, é mau?

Deputado Nuno Barata (IL): Mas isto é um governo de descentralização!

Presidente: Sr. Deputado Miguel Costa, permita que o Sr. Deputado José Ávila use da palavra.

Deputado Miguel Costa (PS): Estou só a responder ao Sr. Deputado! Foi indelicado comigo!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já foi aqui dito, este Governo desferiu um rude golpe no turismo e na mobilidade dos Açorianos ao descontinuar um serviço de transporte marítimo entre todas as ilhas dos Açores, optando apenas pelo transporte aéreo.

O histórico não está a favor deste Governo.

Esta opção também já foi tomada por um Governo de má memória no fim dos anos 80 e correu mal.

As ilhas mais pequenas perderam passageiros e turistas.

Agora outro golpe: os encaminhamentos acabaram. Acabaram de uma maneira subtil e, em grosso modo, isto dizer que acabou a situação do aeroporto único. Um não residente, ou seja, um turista ou um Açoriano a residir fora dos Açores tem de pagar para ir de uma *gateway*, até à ilha de destino.

O turismo estava a crescer em todas as ilhas, é certo que a ritmos diferentes, mas a crescer, o que deu esperança no futuro e criou expectativas nos diversos operadores. É ver os investimentos que foram feitos em todas as ilhas dos Açores, desde o alojamento local à hotelaria tradicional e à restauração.

Agora, com estas duas decisões vamos voltar a ver um filme que ninguém gostou, ou seja, os Açores com ilhas de 1.^a, ilhas de 2.^a...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e, agora, também com ilhas de 3.^a.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Pergunto ao Sr. Secretário se este Governo sabe, ou não sabe, que parte dos encaminhamentos era suportado pelo Orçamento da República?

Também gostaria de saber, Sr. Secretário, se este Governo ao menos tem alguma estratégia (até podia ter, ou pode ter) para contrariar os efeitos destas decisões que são desastrosas para as ilhas mais pequenas, sobretudo para 5 ilhas dos Açores e vai trazer enormes prejuízos para a sua economia?

Como pretende o Governo Regional manter a coesão regional se a prática deste Governo vai precisamente no sentido contrário?

Estaremos perante mais uma opção economicista que trama apenas as ilhas mais pequenas? Ou seja, até parece que as apostas nos transportes, nalgumas ilhas representam investimento, e se calhar, bem, mas noutras ilhas parece que é despesismo...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: A questão da coesão, Sr. Deputado José Ávila, quando se passou de passagens para residentes de 120€ para 60, está tudo dito e a mais valia que isso representou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente ao transporte marítimo de passageiros e viaturas, e aquilo que é o novo caderno de encargos, penso que no último plenário, num

debate ou numa interpelação do Partido Socialista, ficou esclarecido pelo Governo seguinte:

O atual caderno de encargos tem a validade de dois anos, podendo ser prorrogado por mais um ano, mas a ideia é estudar uma alternativa que permita que também, sobretudo a Ilha de Santa Maria, a Ilha das Flores e a Ilha de São Miguel possam ter acesso a transporte marítimo de passageiros.

Deputada Joana Pombo (PS): Não é igual, senhor! Não compare!

O Orador: Mas, na verdade, também é importante que se diga que as tarifas da Atlânticoline, com o modelo anterior, por exemplo, de São Miguel para a Terceira, custavam 100€ ida e volta.

Portanto, aquilo que a Tarifa Açores trouxe, apesar de não existir nos próximos dois anos a ligação marítima para passageiros, foi, para os açorianos, os micalenses e os terceirenses, uma tarifa substancialmente mais baixa e tudo isso tem de ser colocado na equação.

Mas a questão dos encaminhamentos, eu tenho aqui a cópia do Jornal Oficial das Comunidades, de 2015, em que tem a comunicação do Governo Regional à Comissão Europeia, e nessa comunicação, que supostamente é a base para aquilo que foi subsequentemente o caderno de encargos, o que diz, nomeadamente na página 3, é o seguinte:

Em termos de encaminhamentos (que é aquilo que o Governo dos Açores comunicou à União Europeia) são os encaminhamentos de passageiros residentes e estudantes em viagens, no interior da Região.

Deputado Francisco César (PS): Então como é que paga?

O Orador: A dúvida que fica, e eu coloco a questão ao Governo, é se aquilo que foi o caderno de encargos que vigorou entre 2015 e 2020, ou até ao dia 14 de novembro de 2021, porque foi prorrogado, se esse caderno de encargos cumpria o que foi a notificação efetuada pelo então Governo Regional...

Deputado Francisco César (PS): O Governo da República ficou surpreso!

O Orador: ... à Comissão Europeia ou se violava aquilo que era a comunicação. E deixo a pergunta ao Sr. Secretário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gastar apenas um minuto e dizer ao Sr. Deputado Nuno Barata que não basta ir visitar o Pico e dizer que é um exemplo, e vir agora, na perspetiva do senhor, dizer que a Madalena do Pico é menos que Ponta Delgada, é menos que a Horta,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: ... é menos que Angra do Heroísmo, é menos que outra ilha qualquer.

É uma visão muito redutora, centralista e eu confesso que não esperava da sua parte.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor fale da Horta!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado. Tenha calma!

E acredito que o Sr. Secretário Regional da Juventude, que tem um gabinete na Ilha do Pico, não concorde consigo.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Acredito que os Deputado eleitos pela Ilha do Pico também não concordem consigo.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Acredito que os Deputados de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória, da Praia da Graciosa, das Lajes das Flores, também não acreditam nem se revejam nesse centralismo absoluto e lamentável.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota muito rápida relativamente a duas questões que ficaram no ar. A primeira, relativamente à Tarifa Açores.

Apenas queria referir que a Tarifa Açores envolve um subsídio ao passageiro e não ajudas de Estado à companhia aérea.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, o processo é equivalente àquele que existe para o subsídio social de mobilidade só que em vez de serem os correios a fazerem a devolução, a SATA assume o processo na sua totalidade,...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Quem é que paga à SATA?

O Orador: ... o que agiliza o processo. Portanto, as pessoas não necessitam de ir aos correios...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Sr. Secretário, quem paga à SATA?

O Orador: Quem paga é o Governo ou o passageiro. Foi isso que acabei de dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que é o Governo ou o passageiro?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Vocês não queriam mesmo a Tarifa Açores!

O Orador: Segunda resposta, ao Sr. Deputado António Vasco.

Relativamente àquilo que foi a notificação feita em 2015 à Comissão Europeia, e aquilo que estava no caderno de encargos, há uma ligeira diferença que foi a remoção da palavra residente.

Portanto, neste momento, ou pelo menos nesta última operação podíamos fazer o mesmo, remover a palavra residente, mas achamos que é um risco que não faz sentido nenhum correr, porque se a Comissão dá autorização naqueles termos, é naqueles termos que o concurso público internacional é lançado.

E reforço aqui aquilo que já disse antes. Iremos encontrar uma solução, e estamos a trabalhar nesse sentido, para que, em termos de algo próximo de um *interline* fazer uma proposta, e encontrar uma solução para reduzir aquilo que são os custos dos encaminhamentos de passageiros não residentes entre as ilhas dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, em primeiro lugar, permita-me que lhe diga o seguinte:

O mesmo mecanismo que criou a tarifa Açores foi exatamente o mesmo mecanismo que permitiu criar o modelo de encaminhamentos para todos.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Não é, não senhor!

O Orador: Resumindo: a Comissão Europeia legitimou o regime em vigor de encaminhamentos durante seis anos. A Região, na prática, não fica mais pobre apoiando a SATA, Sr. Deputado Nuno Barata.

A Região fica mais pobre perdendo a SATA.

A Região não fica mais pobre apoiando encaminhamentos de turistas com fundos seus, e importa aqui dizer também, com fundos externos da República.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas mais de metade das ilhas é que ficam mais pobres sem os turistas que, com aqueles apoios, poderiam lá ir gastar, consumir, estar, sobretudo em época baixa. Enfim!...

Este Governo em matéria de transportes pouco diz em relação à SATA, não providencia os fundos que a SATA necessita, pelos vistos satisfazendo as pretensões de alguns partidos, nomeadamente o Chega, não entrega a este Parlamento os seus Planos para a empresa, reduz as operações, ou, conduz as operações praticamente a uma única ilha e apenas em época alta, não

ajudando os empresários que mais precisam de ajuda, sobretudo em época alta.

Termina, portanto, com os encaminhamentos; termina, portanto, com os transportes marítimos sazonais que permitiam que mais de sete ilhas tivessem ligações entre si e que agora passam a estar fora do modelo, e põem em risco, segundo as informações que tivemos as restantes *gateways* com obrigações de serviço público notificadas, nomeadamente o Faial, o Pico e Santa Maria.

É, portanto, um Governo que é opaco, averso à coesão e que, sobretudo, poucas explicações dá a este Parlamento.

Aquilo que esperemos é que tudo aquilo que terminou rapidamente possa ser revertido, se possível, com o Partido Socialista a trabalhar, para conseguirmos mudar aquilo que de mal está a ser realizado.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por aquilo que foi a resposta do Sr. Secretário, há aqui claramente uma divergência entre o que foi a comunicação à Comissão Europeia relativamente ao concurso e ao caderno de encargos que vigorou entre 2015 e 2021, e aquilo que poderiam ser as consequências disso.

Aquilo que diz o Sr. Deputado Francisco César, que a Comissão Europeia tolerou, a perguntar que faço é: a Comissão Europeia sabia que aquilo que estava em prática era diferente do que tinha sido a comunicação?

Essa questão é relevante, sobretudo num momento em que a SATA foi alvo de um inquérito por ajudas ilegais,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

O Orador: ... que foi aberto em 2020.

Portanto, aquilo que era uma situação, porventura, de confiança que existia e que, porventura, passou com desconhecimento, neste momento não é o que se passa.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores não notificaram a Tarifa Açores à Comissão Europeia, pelo amor de Deus!

O Orador: Portanto, faz todo o sentido que aquilo que foi a comunicação feita à Comissão Europeia em matéria do novo concurso de serviço público, seja exatamente aquilo que está no caderno de encargos.

Outra coisa, e o Sr. Secretário já falou nisso, são as vantagens, ou não, dos encaminhamentos. É evidente que sim. Todos nós reconhecemos que há vantagens nos encaminhamentos. Para já estão garantidas para residentes, naquilo que é o atual caderno de encargos, e para os não residentes é fundamental, e o Governo já garantiu, que seja encontrado um modelo...

Deputada Joana Pombo (PS): E até lá os açorianos esperam!

O Orador: ... que não seja exatamente o que era, mas que minimize o que são os custos para os passageiros que, chegando a São Miguel, ou à Terceira, em outras companhias que não a SATA (porque também é importante que se diga que quem compra na SATA tem um voo corrido e, nesse caso, não tem custos acrescidos, ou tem custos acrescidos residuais; por exemplo, fizemos a simulação há poucos dias e quem comprasse uma passagem, a semana passada, na SATA, entre Lisboa e Flores, ou só entre Lisboa e Ponta Delgada, pagava mais 18€, apenas)...

Deputada Ana Luís (PS): O senhor sabe que o melhor são voos *low-cost*!

O Orador: ... para os que vêm na Ryanair, ou outras companhias que venham do continente, para esses, todos nós reconhecemos que é importante que se encontre um modelo que não aquele que existia.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas, entretanto, acaba-se com o que existia!

O Orador: Aquilo que para nós é importante e o Governo fez, é que não se cometam ilegalidades...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É preciso estudar-se primeiro para se aplicar depois!

O Orador: ... neste momento, quando a SATA está num processo de averiguações pela Comissão Europeia. Isso é essencial.

Basta ler aquilo que são as comunicações da Comissão Europeia e que estão em vigor. A SATA, neste momento, está num processo de averiguações e, por isso, está num processo de reestruturação, sujeita a decisões de Bruxelas. Esta é a realidade.

E nós, que dependemos tanto de fundos europeus, não podemos brincar com essas situações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi o que o Governo fez.

A comunicação vigorou...

Eu repito, Sr. Deputado Francisco César: aquilo que a Comissão tolerou...

Não tolerou, porque não sabia possivelmente.

É importante que se cumpra a legalidade, neste momento, em qualquer momento, mas sobretudo neste momento, com aquilo que são as condições da SATA e do processo de que decorre em Bruxelas.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Secretário das Finanças:

Em primeiro lugar, e porque já foi aqui realçado várias vezes que o Governo pretende salvar a SATA, e pretende salvar a SATA fazendo aumentos de capital (isso está escrito no Plano e no Orçamento) a pergunta que nós já fizemos, e reiteramos, é com que verbas vai fazer esses aumentos de capital? É importante esse esclarecimento público.

Segunda nota: relativamente à energia, que é uma área da sua tutela, Sr. Secretário, na ação 10.1.2, produção e armazenamento de energia limpa, entre a anteproposta e a proposta, esta verba aumentou 35 milhões de euros. Mais de 7 vezes.

Curiosidade: o que é que alterou?

O texto manteve-se praticamente igual. Apenas adicionou que será financiada por fundos do PRR.

Sr. Secretário, como é que explica que no espaço de um mês coloque o aumento de verbas nessa ação em 35 milhões de euros?

O que é que o Sr. Secretário espera fazer, na ação 10.1.2, para que realize um investimento de 39 milhões de euros e que seja totalmente financiado por fundos do PRR?

É que nós quando consultamos o cronograma financeiro do PRR, relativamente a esta ação, a verba que estava inscrita para 2022, era de 10 milhões de euros.

Como é que o senhor explica que, no espaço de um ano, o senhor vai executar aquilo que não conseguiu executar em dois e em três anos?

Agradecemos os seus esclarecimentos, porque isso também diz muito sobre a falta de credibilidade deste Plano e Orçamento e das verbas inscritas relativamente aos fundos comunitários, que nós duvidamos da sua execução.

Portanto, agradecemos os seus esclarecimentos e que nos diga que ações vai o Governo fazer relativamente a esta medida.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer, em relação à questão dos encaminhamentos, que muito tem sido falado nesta Casa, que é necessário esclarecer, porque a verdade é que muito tem sido dito em relação a isto, quer aqui, quer fora da Assembleia, e é preciso esclarecer.

Por aquilo que já se percebeu neste debate, aquilo que foi transmitido à Comunidade Europeia foi que estes encaminhamentos eram para residentes e estudantes.

Aquilo que foi comunicado à companhia aérea foi que era para todos.

Tirou-se a questão dos residentes e, aí, todas as pessoas ficavam beneficiadas com a esta questão dos encaminhamentos.

Portanto, queria perguntar ao Sr. Secretário se realmente é isto que podemos tirar desta situação, em relação ao que foi transmitido em 2015?

Depois, em relação aos 25 milhões que se falou aqui que seriam para encaminhamentos, é importante esclarecer se este valor era para encaminhamentos, se era para o subsídio de mobilidade? Este valor foi para quê?

Depois, quem é que pagava estes encaminhamentos? Era a República? A República está disponível em manter esse apoio à Região pagando esses encaminhamentos para todos?

Depois, também perguntar se atualmente na SATA Air Açores existe algum mecanismo que permita, a quem nos visita, correr as diversas ilhas?

A verdade, é que ao contrário do que já foi dito aqui, estes encaminhamentos permitiam que um turista, chegando a São Miguel, tinha a mesma oportunidade de visitar São Miguel e visitar as outras ilhas. O ponto de partida era o mesmo e não tinha nenhum encargo com isso em visitar as restantes ilhas dos Açores.

Como tal, gostava também de saber se existe este mecanismo e alertar que é necessário, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, existir um mecanismo de apoio, que permita ao turista estar no mesmo pé de igualdade, em visitar São Miguel ou visitar as restantes ilhas dos Açores?

Muito obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): A verdade é que não há!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento simples que, aliás, penso já ter feito, relativamente à questão das entradas de capital no âmbito da reestruturação.

Neste momento, o que nós estamos autorizados e que já executámos, é a entrada, este ano, de 82,5 milhões de euros para substituir dívida já constituída pela SATA, dos empréstimos de emergência, no valor de 255,5 milhões de euros,...

Deputado Carlos Silva (PS): E o aumento de capital?

O Orador: ... e para o ano, outra vez, uma importância, de natureza preventiva, como já tive aqui ocasião de dizer, relativamente a possíveis empréstimos que seja conveniente reestruturar, também da mesma natureza, substituir, portanto, por entradas de liquidez.

Deputado Carlos Silva (PS): Há aumento de capital!

O Orador: São, na verdade, dívidas que a SATA mantém em relação ao Governo Regional.

Portanto, não são entradas de capital, nem uma, nem outra.

Quando for fechado o processo de reestruturação da SATA poderemos enquadrar estes valores que derem entrada na SATA como entradas de capital e o remanescente como absorção de dívida e assim se fará.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, no Plano e Orçamento está inscrito que o Governo vai fazer aumentos de capital, não devoluções. Portanto, agradeço que explique como é que vai fazer os aumentos de capital se o Sr. Secretário na Comissão também disse que o Governo não poderia meter dinheiro na SATA sem autorização de Bruxelas.

Portanto, explique como é que vai concretizar o que escreveu no Plano e Orçamento?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O Sr. Secretário não dá aulas!!!

Deputado Berto Messias (*PS*): Olhe a arrogância! Não lhe fica bem! Humildade democrática!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional dos Transportes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Duas respostas rápidas. A primeira ao Sr. Deputado Carlos Silva relativamente aos 39 milhões que, entre uma versão e outra, aparecem publicitados no DREPA. Tenho aqui uma nota, que já usei e transmiti na Comissão de Assuntos Parlamentares relativamente a este assunto, e transmito que 39 milhões destes são investimentos a ser levados a cabo pela EDA e EDA Renováveis, e são ilegíveis a partir de 2020.

No entanto, até à data, não há qualquer pagamento. Portanto, o valor, em 2022, reflete o acumular de 3 anos: 11 de milhões de euros de 2020, 17.4 milhões de euros para 21 e 10.5 milhões para 2022.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Na EDA!

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas isso é receita da Região ou receita da EDA?

O Orador: Portanto, os investimentos em curso, são essencialmente operações ligadas às energias renováveis da geotermia, concretamente.

Relativamente a questões de encaminhamentos e aquilo que venha a ser as condições dos não residentes. Nós sabemos que em todo o sítio os reencaminhamentos são pagos.

Aqui, nos Açores, temos uma estrutura própria, uma fragilidade que é conhecida, e uma necessidade de intervenções no sentido de promover a coesão territorial.

Por essa razão, eu disse que estamos a trabalhar numa solução que não seja 8 nem 80, mas que permita que aqueles que não sendo residentes e visitam os Açores tenham fácil acesso a todas as ilhas, e que não contribuam mais para aumentar peso da dívida na companhia aérea que, neste momento, já se vê em aflições para...

Relativamente à questão dos 25 milhões que a República transfere, nós não temos ainda, neste momento, qualquer conhecimento desses 25 milhões. O máximo que temos é uma transferência anual de 10 milhões, que é lacónica relativamente se é a encaminhamentos ou outro.

Portanto, estou a transmitir que temos conhecimento de uma transferência de 10 milhões por ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, duas notas:

Primeiro, o senhor acumula num ano verbas de três anos (primeiro erro).

Segunda nota, o Sr. Secretário, o Governo e a Secretaria das Finanças registam, como receita da Região, algo que não pode ser uma receita da Região,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É da EDA!

O Orador: ... porque a Região apenas é beneficiário intermédio.

Isso viola o Decreto-Lei 53/2021, e, portanto, essa receita não pode estar inscrita no Orçamento.

Daí nós temos referido que viola claramente a legislação e retira credibilidade deste Plano e Orçamento, porque não é uma receita da Região.

Portanto, agradecemos que o senhor explique...

Deputado Berto Messias (PS): Explique, Sr. Secretário!

O Orador: ... como é que coloca como receita da Região algo que não pode lá estar?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para explicar que, de facto, está acordado com a estrutura de missão Recuperar Portugal, que o beneficiário final é a Direção Regional da Energia e é por isso que entram os 34 milhões de euros da EDA que são depois transferidos para a EDA...

Deputado Carlos Silva (PS): 39!

O Orador: ... nas contas do Orçamento. É um processo completamente legal. Já está estabelecido, já estão feitas as contratações e estão em curso os movimentos financeiros correspondentes a este procedimento legal.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Legal!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Secretário dos Transportes, infelizmente vejo que o senhor não sabe e não consegue explicar as verbas que estão na sua tutela (primeira nota).

Segunda nota: o Sr. Secretário das Finanças insiste em algo que sabe que não é verdade. Essa receita não é a receita da Região.

Portanto, o senhor insiste num erro e numa falsidade, só para tentar justificar verbas que estão no orçamento que não deviam lá estar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, agradecer os esclarecimentos prestados...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Isto está difícil!

Deputado José Ávila (PS): Vai chegar lá!

A Oradora: ... pelo Sr. Secretário.

Em relação aos 25 milhões, que tinham sido mencionados no início do debate, falou agora que são 10 milhões, que realmente é uma verba que não está dirigida aos encaminhamentos, mas sim um bolo total.

Claro que nos surgem aqui outras questões. Pela questão do tempo e porque temos outros secretários para falar, não vamos estar aqui a colocar todas as questões e, como tal, o Grupo Parlamentar do CDS irá apresentar depois um requerimento a pedir os esclarecimentos que entende.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor. Tem a palavra.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, do que já ouvimos durante este debate estamos perante o Governo Regional mais inimigo da coesão regional. São os encaminhamentos. É também o concurso marítimo de passageiro e viaturas que deixa algumas ilhas de fora, nomeadamente a ilha das Flores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é mentira!

O Orador: ... e neste caso o Governo veio fazer crer que as razões são de ordem técnica e logística.

Os florentinos desconfiam e não aceitam essas desculpas.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é que desconfia, não são os florentinos!

O Orador: Sr. Secretário, mais uma vez este Governo, segundo se tem percebido, vai deixar o Grupo Ocidental a pagar pelo erro do Sr. Presidente do Governo que, ao ter pedido a fixação de um limite dos apoios do Furacão Lourenzo, tem e sente agora a falta de verbas para fazer o que estava previsto

na recuperação dos danos causados por aquele furacão no porto das Flores, nas Lajes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está sendo feito manutenção!

O Orador: O Sr. Secretário veio recentemente falar em visitar o projeto. Falou numa obra com muitos zeros, falando em cortar gorduras excessivas. Que gorduras, Sr. Secretário?

Acha que os florentinos não merecem um porto com as soluções plenas e concretas que foram encontradas para dar a resposta cabal...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Têm o porto, não teve foi manutenção!

O Orador: ... ao regular e normal abastecimento da ilha?

Não vejo razão por que não de os florentinos acreditar no Governo desta vez, que quer fazer à socapa uma revisão para refazer uma obra que foi consensualizada com as forças vivas da ilha, numa apresentação pública, do estudo prévio daquela infraestrutura.

Sr. Secretário, este será um assunto que não deixarei esquecer...

Deputada Alexandra Manes (BE): Nem eu!

O Orador: ... e volto a questionar: que gorduras excessivas quer retirar do porto das Flores?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Eduardo, acredite numa coisa: a sua preocupação em ter uma infraestrutura capaz, como o porto comercial das Lajes das Flores, não é maior do que a minha. Pode ter a certeza disso.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mostre isso!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Vai fazer a manutenção!

O Orador: E mais!... Já era antes!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: E aquilo que o senhor não diz, por opção, acredito que sim, é que aquela infraestrutura há quantos anos precisava de manutenção?

Há quantos anos aquela infraestrutura precisava de manutenção, Sr. Deputado? Diga aqui!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, o senhor já fez a mesma pergunta na minha presença, pelo menos quatro vezes ao Governo: fez no Conselho de Ilha, faz aqui... As suas perguntas são legítimas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!...

O Orador: Mas duas uma: ou o senhor não tem outras perguntas que faça, ou não quer ouvir as respostas do Governo,...

Deputada Ana Luís e Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mas o senhor não é Governo!

O Orador: ... porque o Governo já lhe disse que a infraestrutura vai ser construída e vai ter a infraestrutura que está projetada.

Portanto, Sr. Deputado, das duas uma: ou o senhor não quer, ou não gosta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Qual é a tua secretaria Bruno?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Faz parte da remodelação!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O Bloco a dar instruções ao PS!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Eduardo tem a palavra. Faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, para si, apenas uma questão e uma resposta:

Aquando do debate para as eleições legislativas, quando eu disse que o PS tinha o maior investimento de 200 milhões nas Flores, o senhor respondeu-me: “grande favor!”

Grande favor peço-lhe eu a si, para exigir deste Governo e do Governo que não respondeu à minha questão, que faça aquilo que era o tal investimento que o senhor disse que era um grande favor.

Não era favor nenhum que o Governo do PS iria fazer nas Flores com um investimento de 200 milhões. Está registado.

Eu, quando venho a esta Casa, trago factos.

Muito bem, Sr. Deputado!

Exijo então que diga: grande favor! Que o Governo faça a obra como ela estava prevista.

Sr. Secretário, ainda não me respondeu. Agradeço a sua resposta.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputada Alexandra Manes (BE): O Sr. Deputado Bruno Belo põe o partido à frente das Flores!

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Eduardo, o senhor traz factos e traz amnésia. Há uma semana, o senhor colocou a mesma questão no Conselho de Ilha, aquando da visita Estatutária deste Governo à Ilha das Flores, e esta resposta foi-lhe dada, Sr. Deputado.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Tem de ser dada aqui!

O Orador: Qual é a dúvida?

O senhor ainda não percebeu. A infraestrutura vai ser construída.

Deputada Alexandra Manes (BE): O Conselho de Ilha não está aqui! Respondam aqui!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, ou o senhor não quer, ou não gosta.

Deputada Alexandra Manes (BE): O Conselho de Ilha não ficou esclarecido, não!

É uma vergonha aceitar a diminuição ou cortes de verbas numa estrutura daquelas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, faz favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se há alguém que ganhou uma especial sensibilidade para aquilo que são os problemas de abastecimento das ilhas do Grupo Ocidental fomos nós, exatamente meses depois de tomarmos posse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... exatamente meses depois de tomarmos posse.

De facto, nós sabemos e acompanhamos, bastante de perto, aquilo que são as empreitadas que decorrem nas Lajes das Flores, e já tivemos oportunidade, conforme aqui já foi transmitido, de transmitir ao Sr. Deputado José Eduardo, aquilo que é a nossa visão para o processo.

Toda a gente sabe que para o edifício que é suportável por um pilar com um metro quadrado por secção, não são precisos dois. Portanto, um, se for suficiente, dois é um desperdício.

Deputado Miguel Costa (PS): Onde?

O Orador: Portanto, fomos convidados e foi-nos sugerido, exatamente, que pelo facto de o projeto ter sido apresentado e elaborado sobre a pressão dos acontecimentos seria prudente, para não se fazerem desperdícios desnecessários, visitar o projeto.

Todavia também transmiti que aqueles que eram os termos de referência e aquilo que são os objetivos iniciais, que existiam para aquele projeto, permanecem.

Se querem ouvir, de facto, é isso que vou repetir as vezes que me for colocada a pergunta, quer aqui, quer noutra sítio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor Secretário não tem mais tempo! Quando o Sr. Secretário está a falar os senhores estão na conversa, não querem ouvir!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente:

O Sr. Secretário Regional assustou-nos!

Basicamente o que o Sr. Secretário Regional acabou por nos dizer é que vai cortar nos pilares, ou seja, vai mexer na obra, porque não quer desperdícios.

Sabe o que é que nós achamos?

O que nós achamos é muito simples: o Sr. Presidente do Governo enganou-se e meteu um teto na contribuição do Governo da República para as obras do Furacão Lourenço, ou seja, pediu menos daquilo que era necessário. Os senhores agora não têm outra alternativa a não ser cortar na obra, o que me parece que é duplamente negativo para os Açores, primeiro porque foi a má ação do Governo que reduziu fundos, segundo porque quem está a pagar por este erro são os florentinos...

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

O Orador: ... e os açorianos e isso é algo que é inadmissível.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, o Sr. Secretário o que demonstrou (e penso que o Partido Socialista não tem muito mais tempo, e em jeito de balanço) e o que este Governo demonstrou, é que não têm grandes ideias em relação ao próximo ano, quer para a coesão, quer para o turismo.

Por um lado, a questão dos encaminhamentos e é importante que fique desmistificado. A questão dos encaminhamentos não é um problema de legalidade, nunca foi um problema de legalidade, tal como a Tarifa Açores, com a qual o Partido Socialista não se tem posicionado contra,...

Deputado Rui Espínola (PSD): O Partido Socialista votou contra!

O Orador: ... é importante que se saiba (não se tem posicionado contra!). Todas as medidas que possam servir os açorianos são medidas que o Partido Socialista obviamente avalia.

É importante que se diga que o problema que se poderia colocar com os encaminhamentos foi exatamente aquele que se poderia colocar com a Tarifa Açores. São exatamente a mesma matéria. Os senhores nem notificaram a Comissão Europeia nesta matéria. Aliás, se há prova de que os encaminhamentos funcionaram é que durante seis anos os Açores puderam beneficiar desses fluxos turísticos.

Por último, Sr. Secretário, o turismo.

O Sr. Secretário não conseguiu aqui apresentar nenhuma estratégia para o turismo da Região nos próximos anos.

Nós estamos com um problema de tensão inflacionista, com um problema de subida do preço dos combustíveis, aliás, é importante dizer que a própria SATA referiu, na reunião que teve connosco, que o preço dos combustíveis e a escassez de materiais poderá influenciar em muito a sua operação.

Portanto, um Governo previdente, um Governo com estratégia, o que deve é garantir todos os instrumentos ao seu dispor para que possam estar prontos para servir a economia açoriana nos momentos certos. Não há encaminhamentos, não há transporte marítimo sazonal, há a possibilidade de não termos *gateways*, não há política para trazer operações aéreas em época baixa, e por último só algumas ilhas são servidas em detrimento de outras.

O que me parece, Sr. Secretário, é que a sua secretaria necessita rapidamente de uma reforma que, pelos vistos, até já foi anunciada pelo Partido Chega no âmbito da sobrevivência deste Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Subsecretário pede a palavra para?

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra. Faz favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de saber se o Partido Socialista ainda tem tempo para este debate?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Com certeza que ainda tem tempo, tem 23 minutos. Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, para uma interpelação, talvez com a mesma latitude, Sr. Presidente.

Presidente: Para perguntar algum tempo?

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sim, sim, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Se o Sr. Presidente pudesse dar os tempos.

Naturalmente que o Partido Socialista tem tempo, acredito eu. Agora, na sua organização para este debate, o que eu referi é que já foi excedido.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Ah!...

O Orador: Mas eu sei que, com indulgência da direção do Grupo Parlamentar, se for colocada alguma questão, me será dado tempo para

responder, porque no Partido Socialista há sempre esta camaradagem. Nos outros não sei.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Já atualizaremos os tempos, antes do intervalo. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Subsecretário pede a palavra para?

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Faz favor.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência** (*Pedro Faria e Castro*): Só para explicar que o Governo também tem exatamente o mesmo problema. É a mesma coisa.

Presidente: Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos então atualizar os tempos, para que fique tudo clarificado sobre os tempos.

O Sr. Secretário, está a fazer as contas e já dá essa informação corretam antes de fazermos o nosso intervalo da manhã.

Pede-me o Sr. Secretário que essa informação seja dada no reinício dos trabalhos. Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio dia e cinco minutos.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 11 minutos.

(O Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos e tal como prometido, o Sr. Secretário vai anunciar os tempos sobrantes para o debate. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 39 minutos e 11 segundos, o PS de 23 minutos e 05 segundos, o PSD de 45 minutos e 25 segundos, o CDS de 52 segundos, o BE esgotou o seu tempo, o PPM 1 minuto e 34 segundos, o CH 15 de minutos, a IL de 4 minutos e 17 e o PAN e o Sr. Deputado Independente esgotaram o seu tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições para o debate que estava a decorrer antes do intervalo?

(Pausa)

Não registando a Mesa mais intervenções, vamos avançar no nosso debate. Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor, Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(O Deputado Tiago Branco foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gabriel Eduardo)

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passados cerca de quatro meses desde que o XIII Governo começou a governar com todos os instrumentos legais, nomeadamente com o Decreto

Regulamentar Regional que pôs em execução o Orçamento para 2021, é tempo de um pequeno balanço e de perspetivar o futuro próximo.

No âmbito da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, até à data, já foi executado cerca de 86% do Plano, sendo que, destes, 27 milhões de euros representam medidas covid no âmbito do Emprego.

Quer dizer que, se expurgarmos as medidas Covid de 2021 e o arrasto de cerca de sete milhões de euros destas medidas para 2022, verificamos que as verbas alocadas ao emprego e qualificação profissional no Plano para o próximo ano crescem cerca de 11 milhões de euros.

De destacar ainda o crescimento de 178 mil euros na Juventude, ou os 1,5 milhões de euros no Comércio e Indústria.

No entanto, em abono da verdade, é preciso salientar que as verbas previstas para a Juventude, em 2022, se encontram à partida diminuídas em 235 mil euros com compromissos de 2016 a 2019, que temos de assumir, tal como acontece este ano com compromissos assumidos de 2016 a 2019, onde tivemos de pagar 197 mil euros, da área da juventude.

Nesta área, de destacar a iniciativa legislativa que apresentaremos no Parlamento, que reformará o normativo de base das políticas de Juventude e que já obteve parecer do Conselho de Juventude dos Açores.

Destaca-se também o aprofundamento e alargamento de medidas de apoios à Juventude e à mobilidade regional como o MOOV e a Academia Empreendedora – Escola de Líderes – programa de educação para o empreendedorismo em contexto escolar que, em 2022, conta com a inclusão do ensino superior, bem como com a criação de equipas de líderes em todos os Municípios dos Açores.

No Comércio e Indústria, em 2021, também tivemos de pagar cerca de 1,5 milhões de euros relativos a compromissos referentes aos apoios à exportação de 2020.

Para 2022, teremos um aumento de verbas e teremos toda a verba disponível pois reforçámos a rubrica neste ano para que as empresas exportadoras não ficassem penalizadas.

Nesta área continuaremos o processo de desburocratização e desmaterialização de processos, o que nos permitirá reduzir para metade o tempo de análise e pagamento dos processos de apoio à exportação, bem como os referentes ao Programa de Apoios à Hotelaria e Restauração.

Sras. e Srs. Deputados:

Depois do período de restrições pandémicas ter sido ultrapassado, reiniciámos as ativações da Marca Açores, com o cuidado de não serem incompatíveis com a reforma de estratégia de marca que temos em curso.

A este respeito posso anunciar que, depois de vários meses de trabalho interno, vamos lançar, ainda este mês, o concurso público internacional para a reforma da estratégia de Marca Açores para o horizonte dos próximos 10 anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Estamos também a desenvolver o trabalho, junto de potenciais parceiros, para termos, em 2022, um serviço logístico e uma plataforma digital ao serviço da qualidade superior dos nossos produtos, que potencie e agregue os nossos pequenos produtores e os nossos genuínos produtos.

No âmbito do Artesanato, pagaremos todos os apoios do SIDART até ao final do ano, com um adiantamento, sublinho, referente a 2022, para fazer face às dificuldades que os artesões sentiram durante o período pandémico, e que aqui foram bem sublinhadas por uma proposta de resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A partir do início de dezembro iniciaremos a Expo Açores Artesanato, que percorrerá todos os concelhos de Região e, no âmbito da nova abordagem do

Centro de Artesanato e Design dos Açores, que sucedeu ao Centro de Artesanato dos Açores, lançaremos em 2022 o catálogo digital e a promoção e venda do nosso artesanato nas plataformas digitais.

Sr. Presidente, a área que merecerá um maior aprofundamento de reformas no ano de 2022 será a da Qualificação e Emprego.

Desde logo, através de duas propostas de Decreto Legislativo Regional, uma para transformar a Escola das Capelas em Centro de Qualificação dos Açores e outra para reformar o normativo habilitante das políticas de formação e emprego. Ambas darão entrada nesta Casa ainda este ano, sendo que a segunda já foi objeto de análise e parecer do Conselho Permanente de Concertação Social.

Senhores Deputados, desta tribuna assumimos que no primeiro semestre de 2021 tínhamos como prioridade absoluta o combate e a mitigação às consequências da maior crise dos últimos 100 anos.

Foi o que fizemos, permitindo assegurar a empregabilidade e as condições para a retoma que, felizmente, se veio a verificar com intensidade a partir de julho passado.

Desde essa altura iniciámos uma nova geração de políticas de formação e emprego, de que se destaca o Form.Açores – em que desafiamos entidades formadoras e empresas a darem as mãos para organizarem formações à medida; o Prosa/Qualifica – para assegurar que quem beneficia deste programa possa aumentar as suas competências e condições de empregabilidade ou; o Contratar – que combate a precariedade e favorece a passagem de programas de estágio e ocupacionais para contratos efetivos.

Estamos também a concluir o trabalho do Fórum da Qualificação Profissional – Valorizar os Açorianos Horizonte 2030.

No início do próximo ano lançaremos o resultado deste grande processo participativo num Livro Branco que assumirá a agenda de reformas das políticas de formação para a próxima década.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas, também na formação, para além da visão prospetiva, tomamos medidas para enfrentar os problemas do curto prazo, por isso posso aqui anunciar que a Escola de Formação Turística, até à próxima época alta, vai intensificar e transversalizar para toda a Região a sua ação, com 25 cursos de curta e média duração, permitindo que 400 novos quadros formados possam estar operacionais no próximo Verão.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vamos ainda organizar, a partir de janeiro, em todos os concelhos dos Açores, ações de formação rápida em restauração e cozinha, oferecendo a oportunidade de empregadores e empregados, em período de época baixa, melhorarem as suas competências.

Ao falar de emprego e formação, não posso deixar de apelar, como tenho feito, sistematicamente, em todas as minhas intervenções públicas, à responsabilidade social dos empregadores e das empresas.

É preciso respeitar as pessoas e valorizar as suas competências, dignificar o trabalho e enobrecer as profissões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos, pois, um trabalho iniciado e uma visão para o futuro.

Em 2022 aprofundaremos as reformas das medidas de emprego, visando combater a precariedade e o desemprego jovem e assegurando, por um lado, que ninguém fique de fora e, por outro, que se melhore a empregabilidade.

As reformas terão quatro eixos:

1 - Medidas para Incentivo à Contratação, melhorando o Contratar, perenizando as medidas de conversão de contratos a termo em contratos sem termo e lançando, aqui, sublinho, o Turis-Estavel, que é novo programa desenhado para incentivar as relações laborais estáveis nas áreas de evidente sazonalidade, assegurando a formação nos períodos baixos.

2 – Com as reformas nos programas de estágio, introduziremos a proteção social e incentivaremos a colocação no sector privado, diferenciando a duração dos estágios.

3 – Com o Mercado Social de Emprego pretendemos que ninguém fique para trás, assegurando que quem tem condições de empregabilidade não fique preso aos programas ocupacionais, mas garantindo aos públicos mais frágeis que não lhe faltará o apoio.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: 4 – Quando ao Mercado Laboral Regional, dando cumprimento ao que esta Assembleia Legislativa recomendou, lançaremos medidas concertadas com vários agentes para que possa ser mais eficaz do que as abordagens anteriores.

Minhas senhoras e meus senhores:

Com muito trabalho feito e muitos mais sonhos e ambições para o Açores.

É assim que aqui nos apresentamos aqui.

Orgulhosos deste início trabalhoso, mas entusiasmados pelo amanhã que nos desafia.

De cabeça levantada para o futuro. Com consciência tranquila pelo realizado.

«Lembre-se de mim só por isso. Pelo desejo de ser exatamente aquilo que queremos na nossa terra, com os nossos», disse-me um dia um jovem.

É por ele, por todos os jovens e por todos os Açorianos que aqui estamos.

Vamos ao trabalho.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não me digas que está tudo bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu peço a palavra para intervir neste debate, porque há uma matéria muito relevante que foi ali dita pelo Sr. Secretário Regional e que durante estes três dias de debate nós compreendemos que este Plano e Orçamento está completamente dominado pela fantasia orçamental, pela fantasia do exercício governamental, e nós já demonstrámos que deverá faltar em 2022 495 milhões de euros. Isso para nós é muito relevante. É muito relevante, porque nós sabemos que isso pode ter impactos, quer nas políticas de juventude, quer nas políticas que qualificação profissional e também nas políticas de emprego.

Aqui há algo que me parece muito relevante que, atendendo ao contexto, este Plano e Orçamento não refere e não diz, como por exemplo, ao nível do desemprego.

Hoje, no terceiro trimestre, a Região Autónoma dos Açores tem uma taxa de desemprego de 6.9%.

Hoje, a Região está com uma taxa de desemprego acima da média nacional.

Há um ano, a taxa de desemprego era inferior à média nacional; a taxa de desemprego era inferior à média nacional.!

Não sou eu que o digo, Sr. Presidente. Não esteja tão agitado, porque não sou eu que o digo. Quem diz são os números do Instituto Nacional de Estatística.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Há falta de mão de obra!

O Orador: Somos a única Região do país, também, em que a taxa de desemprego sobe face ao ano anterior, que a taxa de desemprego também sobe face ao anterior trimestre.

Hoje, há menos 2.000 açorianos sem emprego face ao ano anterior. Hoje, há menos 2.000 açorianos sem emprego face ao anterior trimestre. Isso o que quer dizer é uma coisa muito simples: é que a Região está a ficar para trás, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Não, não!

O Orador: Isso quer dizer que a Região está a ficar para trás, porque não consegue responder aos desafios que agora somos confrontados, aos desafios que estamos a viver. Sabe porquê, Sr. Secretário? Porque o Governo Regional não compreende e ainda não percebeu o contexto diferente que nós estamos a viver. Limita-se apenas a alterar os nomes dos programas.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): E os números da oposição?

O Orador: Nós não podemos acreditar que agora, no próximo ano, vai haver novos programas, não podemos acreditar que vai haver uma nova geração, porque aquilo que o Governo Regional fez, durante o ano de 2021, foi apenas alterar os nomes dos Programas, alterar os nomes das políticas de emprego, e o que nós vemos é o aumento das taxas de desemprego, o aumento de açorianos em programas ocupacionais.

No espaço de 10 meses, o Governo Regional conseguiu um perfeito resultado naquilo que era amarrar os açorianos à precaridade.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Não apoiado!

O Orador: Nós hoje, na Região, temos mais 700 açorianos em Programas Ocupacionais, contrariamente àquilo que o Governo Regional andou, o PSD, neste caso em concreto, em pré-campanha a dizer que ia acabar com os Programas Ocupacionais, que não era a favor dos Programas Ocupacionais.

O que nós vemos é que há um aumento claro de Programas Ocupacionais. São mais 700.

Mantendo este ritmo, quer dizer que no próximo ano vamos ter mais 2000 açorianos em Programas Ocupacionais.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Visionário!

O Orador: Reparem, Srs. Deputados, nós, nos Açores, temos uma taxa de desemprego superior há um ano atrás.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Não estava há 4 anos aqui?

O Orador: Temos uma taxa de desemprego superior há um ano atrás!

Mais!... Temos hoje a segunda maior taxa de desemprego do país.

Isso quer dizer, novamente, é que os Açores estão a ficar para trás, não consegue responder àquilo que as outras Região estão a responder. Não consegue!

Isto preocupa-me!... Preocupa-me com a situação dos desempregados, de quem está sem emprego, de quem está sem rendimento.

É a esta falta de resposta que este Plano e Orçamento não consegue responder aos desafios que nós vamos enfrentar,...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Veremos!

O Orador: ... aos desafios que nós temos pela frente. Isso é claro.

Por isso, Sr. Secretário Regional, percebo as boas intenções, que, através daquela tribuna tentou passar, mas a ideia que passa, e os dados concretos, é que os Açores de hoje têm a segunda taxa de desemprego mais alta do país, e têm uma taxa de desemprego muito mais alta do que aquela que era há um ano atrás.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta intervenção da bancada do Partido Socialista naturalmente que não pode passar sem uma réplica e sem a reposição da verdade, e, portanto, da correção das afirmações que aqui foram ditas.

Deputada Délia Melo e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só mesmo a juventude (que é uma coisa que eu também já tive Sr. Deputado, e espero que um dia possa ter a idade que eu agora tenho), talvez só a juventude política do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, lhe terá permitido dizer aquilo que disse.

Não creio que, na sua idade, possa ter a falta de memória que o traísse, neste momento, ao falar de desemprego nos Açores.

Vamos pelo fim, os Programas Ocupacionais.

O PSD sempre disse e continua a dizer,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Agora é a favor!

O Orador: ... disse-o aqui várias vezes e vou repetir mais uma vez:

Os Programas Ocupacionais são necessários enquanto a economia não for capaz de gerar os postos de trabalho que nós necessitamos na Região.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Disse-o em 2013, disse em 2014, 2015, 2016,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando aqui representei o povo dos Açores.

Digo, hoje, numa bancada diferente, que é a bancada...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Diz bem: diferente!

O Orador: ... que suporta o Governo, com a mesma frontalidade e com a mesma crítica que isso também implica.

Portanto, sobre Programas Ocupacionais, estamos conversados. Ou melhor, não estamos conversados, porque efetivamente o número de trabalhadores em Programas Ocupacionais, hoje, é substancialmente inferior àqueles que se verificaram durante anos e anos...

Deputada Délia Melo e Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: ... de governação do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A soma dos desempregados inscritos no 3.º trimestre deste ano, mais os dos Programas Ocupacionais, é em menos 1.000 trabalhadores do que os registados, por exemplo, em novembro de 2018, antes da pandemia, sem que houvesse qualquer crise.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Que comparação!

O Orador: Sem qualquer crise, nós temos hoje,...

Deputada Ana Luís (PS): Que comparação!

O Orador: ... no terceiro trimestre de 2021, menos 1000 trabalhadores...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não vale o esforço! Grande cambalhota!

O Orador: ... inscritos nos centros de emprego ou em Programas Ocupacionais. Portanto, isso já diz tudo.

Como também diz tudo o facto de me deixar perplexo o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes vir falar da circunstância de, no 3.º trimestre de 2021, termos uma taxa de desemprego média, superior à média nacional.

Ó Sr. Deputado, durante 10 trimestres consecutivos, de 2017 ao terceiro trimestre de 2019 (durante 10 trimestres consecutivos!),...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso interessa imenso aqueles que estão em casa!

O Orador: ... os Açores tiveram uma taxa superior à média nacional.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Eu nunca vi o Partido Socialista, nem o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, nas funções de dirigente da Juventude Socialista, se incomodar, ou sequer dizer uma palavrinha sobre essa circunstância. Dez trimestres consecutivos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O senhor agora está assustado pelo facto de termos hoje uma taxa de desemprego que é superior à média nacional?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É um facto!

O Orador: É um facto!

É um facto contra o qual nós vamos empenhar o nosso esforço para inverter essa situação, mas os senhores, deixem-me que vos diga, não têm boca de abrir nesta matéria.

Não têm boca de abrir nesta matéria!

Mais!... A taxa de desemprego registada no terceiro trimestre deste ano é inferior há de 2019,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): A questão não é essa!

O Orador: ... quando não havia crise, quando não havia pandemia.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não vá por aí!

O Orador: Que explicação é que os senhores têm para isso?

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não vá por aí!

O Orador: Portanto, um Governo que está a trabalhar na saída de uma crise, como nunca existiu...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não vá por aí!

O Orador: ... consegue estes valores, é um Governo que está a trabalhar com mais medidas, certamente, para levar por diante esta grande tarefa que é efetivamente baixar o desemprego nos Açores, permitir mais rendimentos às famílias.

Mas dou mais nota do seguinte:

A taxa de desemprego, no último mandato do Partido Socialista, foi de 8,5%. Nós estamos com 6,9. Portanto, julgo que estamos no bom caminho, ainda que o melhor caminho e o caminho que nós desejamos para os Açores seja efetivamente de um desemprego ainda muito mais baixo do que este que efetivamente está registado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu percebo que ao encontrar uma dificuldade o Partido Socialista se entusiasme, porque, de facto, o grande objetivo do Partido Socialista é criar problemas ao Governo.

Nós, partidos da coligação, e os seus parceiros, a nossa tarefa é de apoiar este Governo a resolver os problemas dos Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM) e Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado Miguel Costa (PS): Isso era o que o senhor fazia no passado!

O Orador: Eu sei também, e vou terminar, que um ano no Governo é um instante. O tempo não é suficiente para fazer tudo.

Sei também, por experiência, estar sentado nos dois lados. Um ano na oposição é uma eternidade, mas vão ter paciência de aguardar mais tempo nessa situação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou ser telegráfico, por questões de tempo.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, quando temos desemprego ao mesmo tempo que não temos a mão-de-obra que a nossa economia necessita, só pode ser um assumir da responsabilidade por, ao longo de décadas, não se terem capacitado os açorianos, que agora aumentam os números do desemprego.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu peço novamente a palavra porque fiquei realmente surpreso com aquelas que foram as declarações do Sr. Deputado Joaquim Machado que trouxe ao debate um assunto que penso que, enquanto responsável pelos “TSTT”, do Partido Social Democrata, esconde em falar.

Deputada Délia Melo (PSD): TSD!

O Orador: Foi isso que eu disse, TSD. Talvez foi a pronúncia!

É isso que é incoerente da sua parte! Porque desde que este Governo Regional tomou posse, desde que este Governo Regional do PSD está em

funções, o Sr. Deputado Joaquim Machado nada refere, nada diz sobre a taxa de desemprego, quando a taxa de desemprego, hoje, é superior à última taxa de desemprego que nós fechámos o ano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Isto é altamente desconsiderável perante a verdade dos factos e perante aqueles que aqui estão a ouvir e aqueles que estão lá fora à espera de respostas que possamos dar aqui dentro...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Aos anos!

O Orador: ... e o Sr. Deputado está claramente a falsear aqui os dados.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Flávio Soares, a quem dou a palavra. Faz favor.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que antes de iniciar a minha intervenção, mando um abraço solidário, e penso que em nome de todos os Deputados desta Casa, a todos os afetados pelas chuvas torrenciais, tanto na Ilha de São Jorge, como na Ilha de São Miguel, mas em especial no concelho do Nordeste e um agradecimento, também ele especial, a todos aqueles que deram toda ajuda necessária a estas populações.

(Aplausos da Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, todas as medidas ou estratégias direcionadas para a juventude é garantir um futuro próspero para a nossa Região, é garantir o futuro de uma geração.

Deputado José Ávila (PS): Não me diga!

O Orador: Estaremos sempre ao lado dos jovens açorianos, indo ao encontro das suas reais necessidades.

Prova disso, é o crescimento das verbas alocadas à juventude, como referiu o Sr. Secretário.

Aliás, quero aproveitar esta oportunidade para enaltecer a excelente taxa de execução de 87%, apresentada pelo Sr. Secretário Regional.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Governo dos Açores tem vindo a apostar de forma concreta na capacitação dos nossos jovens, com uma aposta clara na valorização da nossa juventude, como acontece, por exemplo, com a criação de novos programas como a Academia Empreendedora – Escola de líderes.

Queremos fazer diferente e estamos a fazê-lo!

É com a mobilização e a integração da juventude que efetivamente implementamos uma melhor e adequada estratégia.

Não, não vou afirmar novamente que o Partido Socialista está de costas voltadas para os Açorianos, porque isso já todos nós confirmamos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas é imperativo dar nota da posição do Partido Socialista, uma posição de uma mão cheia de críticas e uma mão vazia de propostas. Novidades? Zero! Nenhuma!

Temos, todos nós, responsabilidades para com os açorianos, uns estão a assumir essa responsabilidade, outros simplesmente assobiam para o lado na definição de estratégias para o futuro da nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados:

Uma outra estratégia definida por este Governo é a de criar incentivos à contratação, como foi o programa CONTRATAR, onde, e com os dados divulgados na altura, em menos de três meses desde a sua implementação integrou cerca de 700 pessoas, com um apoio total que pode ir até aos 25 mil euros anuais.

Como disse, queremos fazer diferente e estamos a fazê-lo!

Deputado João Vasco Costa (PS): Nota-se!

O Orador: Sr. Secretário Regional, tendo em conta a pertinência e a forte adesão a estes programas, deixo a questão de poder atualizar o número de pessoas integradas nestes mesmos programas nos Açores, até aos dias de hoje.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma algo telegráfica, pela qual me penitencio, queria dar nota do seguinte:

Em primeiro lugar, respondendo ao Deputado Flávio Soares, à data de hoje, temos 1.197 Programas Contratar aprovados, sendo que dois terços dos quais é o Contratar Estável e um terço é o Contratar +.

Portanto, com isto, temos quase 1.200 pessoas, praticamente (se calhar no momento em que eu falo já temos mais 1200 pessoas), que usufruíram do Programa Contratar.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Vamos, naturalmente, como disse, afinar, acertar o Programa Contratar, vamos perenizar os programas que incentivavam a passagem de contratos a termo, para contratos sem termo, e vamos, naturalmente, também fazer uma reforma profunda com o Turis-Estavel que eu anunciei, e que pretende dar aqui uma nova abordagem de estabelecimento de alguma estabilidade nas relações laborais, nomeadamente no setor do turismo, ou outras áreas de forte sazonalidade, de maneira a que possam ser os empregadores incentivados a fazer contratos sem termo, garantindo que nas épocas baixas os empregados possam fazer formação.

Acho que são boas notícias, quer seja pelo que já está feito, quer seja pelo que pretendemos fazer para o futuro dos Açores.

Mas deixem-me dizer-vos uma coisa que acho que é relevante e que já tive a oportunidade de alertar aqui. Se já tínhamos problemas com as estatísticas e com a amostra do INE na anterior série estatística, eu alertei aqui que iríamos ter mais problemas nesta série, porque não é fácil perceber-se, quando todos os empregadores, ou quase todos, reclamam que não encontram pessoas para

trabalhar, haver a amostra do INE a fazer com que o desemprego suba nos Açores.

A verdade é que, como saberão, e ainda há poucos dias estiveram cá representantes da Comissão Europeia, a Comissão Europeia informou-nos que o Eurostat, já há algumas das estatísticas do INE, relativas ao desemprego dos Açores, que não utiliza porque não as entendem credíveis.

O próprio INE sei que está fazendo esta nova abordagem. Ainda por cima com uma nova série estatística, vai ter que se conseguir uma nova amostragem, porque aquilo que é o sentimento, na rua, das pessoas, e aquilo que revela a taxa de desemprego por amostragem, é muito diversa.

E não é fácil acreditar, quando temos, por exemplo, em setembro, 6.425 desempregados inscritos e ontem 6.377, estamos a decrescer cada vez mais, e as pessoas a dizer que não há ninguém para trabalhar, e depois a amostra dos serviços de estatística nos dá este resultado.

Temos de fazer alguma coisa sobre isso. Eu não estou a dizer que está mais certo, ou menos certo, mas é uma evidência que a própria Comissão Europeia já detetou, que o Eurostat já detetou. Nós vamos ter que o fazer com uma nova série estatística que chama à coação também aqueles que estão em Programas Ocupacionais. Isto mais evidente se torna.

Mas o mais relevante, e era aqui esse o compromisso que eu queria deixar, é que vamos continuar o caminho de transparência que temos tido. Mensalmente, colocamos (é público), as informações de todos os desempregados inscritos nos Programas Ocupacionais, nos programas de inserção.

Mas há aqui algo que é importante dizer, e nós assumimo-lo no início do ano passado: o primeiro semestre de 2021 era para conter os problemas de empregabilidade, conter a maior crise dos últimos 100 anos.

Portanto, o Programa Prosa, por exemplo, nós abrimos a época de janeiro e esses vão estar durante dois anos, ou um ano. Agora, já não abrimos a de junho, nem a de setembro ainda está colocada. Porquê?

Porque só este ano vamos colocar menos 800 pessoas no Prosa do que era colocado até aqui, só que isto vai ter um efeito, como os senhores compreenderão, e toda a gente perceberá, aqueles que entraram no início do ano, quer seja pelo Prosa, quer seja pelo RIAC Emprego, estão nos quadros dos Programas Ocupacionais, durante um ano, ou mais. Inclusivamente, alguns dos que saem, vão aos CTTS e aos SEI. Isto leva algum tempo para acertar, como terá que levar algum tempo também a componente da amostra estatística.

Em conclusão, nós vamos continuar a apostar em medidas para a empregabilidade, na formação que também aqui anunciei, e espero que todos nós, daqui a seis meses, possamos estar a ver mais pessoas formadas, mais pessoas empregadas e menos pessoas com precariedade.

É esse o nosso objetivo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para o Sr. Secretário para lhe dizer que os critérios utilizados, neste momento, pelo INE, são utilizados há vários anos.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Não! A série estatística é diferente!

A Oradora: Se justifica com esse argumento os atuais números, os mesmos servem para justificar no passado.

É muito mau que só se referia a isso para aqueles são os resultados menos positivos, ou mesmo negativos, e não para os restantes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

A Oradora: Sr. Secretário, no Programa Eleitoral do PSD, em 2020, constava o seguinte (passo a citar):

“A administração pública deve ser comedida nos gastos e centrada na prestação de serviços.”

Porém, segundo o inquérito ao emprego do INE (e espero que não coloque em causa, porque o Jornal Oficial ajudará a esclarecer), o emprego público na Região aumentou 25% até ao segundo trimestre deste ano...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E isso é mau?

A Oradora: ... e mais 9% no terceiro trimestre.

Sr. Secretário, não fosse o emprego público e a taxa de desemprego teria subido ainda mais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas isso é mau?

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, esta estratégia de crescimento do emprego público não constava do primeiro acordo com o Partido Chega.

A minha pergunta é se está consensualizada no segundo acordo?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Já assinaram novo acordo?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para dar nota de que farei chegar à Mesa dois documentos: um que é o Orçamento para 2021, que talvez a Sra. Deputada Sandra Faria se tenha esquecido, onde previa a integração de precários. Portanto, isto decorre naturalmente dessa integração, mas talvez a Sra. Deputada se tenha esquecido.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não!... O senhor sabe mais do que isso!

O Orador: Outro documento que vou fazer chegar à Mesa é a minha intervenção de maio passado, onde alertei que a nova série estatística iria provocar que a amostra ainda se tornasse mais inconsistente.

Portanto, são estes dois documentos que vou entregar à Mesa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Assim que a Mesa rececionar esses documentos, fá-los-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não vem comparar os manuais com os exemplares de 2021!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Nem o Orçamento é público, nem a intervenção é pública!... Tal pena!... A gente quando não vê o que deve ver, depois diz aquilo que não deve dizer!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu julgava que a intervenção do Partido Socialista (mais uma intervenção da bancada do Partido Socialista) seria para, depois das críticas todas feitas, apresentar uma proposta para diminuirmos o desemprego nos Açores.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É a seguir!

O Orador: Curiosamente, ou talvez não, não veio uma proposta, mas veio uma coisa bem pior,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Veio a que os senhores chumbaram. Já tivemos propostas!

O Orador: ... do nosso ponto de vista e do ponto de vista da maioria dos açorianos. É que o Partido Socialista está sistematicamente contra muitas iniciativas que este Governo fez.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado, quantas iniciativas legislativas o PS já deu entrada este ano?

O Orador: Nós percebemos que fica incomodado com alguém conseguir fazer o que o Partido Socialista não conseguiu fazer. Por exemplo, ao nível do desemprego,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Vamos a ele!

O Orador: ...ou do emprego precário, com a regularização de vínculos, de necessidades permanentes que se mantinham na administração pública. Veja-se mais de 270 professores que integraram os quadros; veja-se, por exemplo, mais de 200 assistentes operacionais ou pessoal não docente, só no setor da educação.

Para nosso espanto,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Antes era igual!

O Orador: ... vem a Sra. Vice-presidente da bancada do Partido Socialista dizer: “bom, o Governo Regional está a aumentar o número de trabalhadores na administração pública regional”.

Deputado Miguel Costa (PS): E de adjuntos!

O Orador: Não está a aumentar o número de trabalhadores. Está a integrar aqueles que trabalhavam. Portanto, em termos de despesa fica tudo mais ou menos igual.

Só na educação e na saúde mais de 1000 colaboradores da administração pública eram trabalhadores integrados em Programas Ocupacionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, é para regularizar essas situações, para acabar com essa precariedade, que naturalmente muitos deles já integraram os quadros...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e continuarão a integrar os quadros, porque isso é dar estabilidade profissional e social a essa gente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Acabar com a mão estendida!

O Orador: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, lamento dizer-lhe, Sr. Deputado, continua a “mandar a setinha para o alvo errado”.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): O senhor é que mandou! Fez ricochete!

O Orador: Nós, apesar das dificuldades da pandemia, apesar das dificuldades que temos para regularizar centenas, mais de um milhar de trabalhadores que estavam integrados em programas ocupacionais, vamos chegar ao fim deste ano (ouça, Sr. Deputado, porque não ouvir às vezes é um dos seus problemas!) com a segunda melhor taxa de desemprego dos Açores desde 2009.

Eu porei uma corda ao pescoço, como Egas Moniz...

Deputada Ana Luís (PS): Credo!

O Orador: ... se chegarmos ao fim deste mandato sem esse objetivo atingido.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Não faça isso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi uma figura de estilo! Pensei que alguns se alegrariam com isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar continuidade aos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para fazer dois esclarecimentos técnicos: primeiro o facto de um trabalhador da administração pública, independentemente do vínculo contratual, do ponto de vista da estatística do inquérito do INE, não altera absolutamente nada.

Por isso é completamente falso que mudança de vínculo na administração pública aumenta o emprego público. Altera a relação a vínculo, mas não altera a estatística. Portanto, essa não tem enquadramento, como não tinha no passado, porque aquilo que era o combate à precariedade e as normas de

integração, as que foram feitas este ano, são exatamente as mesmas que foram feitas nos anos anteriores. Daí não há nenhuma diferença.

Segunda questão: alteração do inquérito público.

Não é alteração da justificação da série do INE que altera variações das taxas de desemprego, porque o INE quando publica ajusta todos os trimestres anteriores à nova série e a prova é que com a nova série a taxa de desemprego, no final do ano passado, era de 5,5%, na nova e na antiga série, porque é bom esclarecer que tecnicamente os únicos dois aspetos que se alteraram no novo inquérito do emprego foram, antes, a população ativa era a partir dos 15 anos. Agora é dos 15 aos 89 anos. Ou seja, só quem estava no emprego a partir dos 90 anos é que se alterava.

Segundo aspeto: passa a questionar-se os agricultores que produzem apenas para autoconsumo, se procuraram ou não emprego. E o efeito dessa variação é de apenas 0,1% e é ajustado em todos os trimestres do passado.

Portanto, quando o INE publica uma nova metodologia de inquérito de emprego ajusta para trás todos os seus indicadores em termos dessa nova metodologia. E essa nova metodologia, como se pode verificar, não explica qualquer alteração das taxas de desemprego.

É esse o esclarecimento técnico que quero deixar aqui ficar para que, sobre essa matéria, não haja dúvidas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Faça favor.

(* **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em 30 segundos, não contar o tempo, dar só um acrescento àquilo que o Sr. Deputado Sérgio Ávila referiu. É que a nova série estatística considera os ocupados como desempregados, perante a sua disponibilidade para o trabalho. Isso faz toda a diferença.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Sérgio Ávila (PS): Agricultores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, então se fazia toda a diferença, porque é que entre a nova série e a série anterior, no quarto trimestre de 2020, o último trimestre da responsabilidade do anterior Governo, a série dá exatamente a mesma taxa de desemprego, com os dois critérios? Das duas uma: se vou seguir o seu critério, afinal não havia ocupados, ou, afinal, os ocupados não influenciavam a taxa de desemprego, porque com um critério e o outro, uma série e outra, a taxa de desemprego foi a mesma: 5,5%, Sr. Secretário!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma questão para colocar ao Sr. Secretário Regional, sendo certo, porém, que não posso deixar de fazer uma nota introdutória, manifestando a minha estranheza tendo em conta que o PSD tenta dar a ideia de que o mundo começou em outubro de 2020, rasgando agora as vestes pelo facto do Partido Socialista ter manifestado publicamente que iria votar contra estes Plano e Orçamento quando o PSD, nos últimos 8 anos, anunciou sempre antes do plenário, que iria votar contra o Plano e Orçamento apresentado pelo Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Secretário Regional, o senhor poderá entregar na Mesa os papéis que entender, e a verdade é que no papel cabe tudo. Agora, factos são factos!

Todos nós nos recordamos, aliás, das declarações recentes do então líder parlamentar Pedro do Nascimento Cabral, a dizer que queria que os açorianos se libertassem dos Programas Ocupacionais.

O Sr. Presidente do Governo, enquanto líder do PSD, dizia também, e diabolizava, os Programas Ocupacionais.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: A verdade é que factos são factos!

No âmbito da sua tutela e da vigência deste Governo, estão hoje mais 600 açorianos em Programas Ocupacionais cuja responsabilidade é inteiramente do Sr. Secretário e deste Governo.

Mas falando de emprego, falemos de emprego qualificado.

E há uma pergunta que tenho que lhe colocar, porque, de facto, tem vindo a aumentar a nossa preocupação relativamente a essa matéria.

Refiro-me, em concreto, ao projeto Terceira Tech Island. A verdade é que este projeto é (e foi!) um projeto estruturante para a Ilha Terceira, criado para mitigar os impactos do *downsizing* da Base das Lajes.

Em dois anos foi possível criar cerca de 170 postos de trabalho,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Quantos mais foram?

O Orador: ... através da instalação de cerca de 20 empresas na área tecnológica, mas a verdade é que há mais de um ano que não surgem empresas novas.

Estão, aliás, já empresas a abandonar o projeto. Há outras empresas que gostariam e manifestaram a intenção de entrar, mas, por falta de empenho do Governo, acabaram por desistir da ideia.

A verdade é que, na proposta de plano de investimentos, a ação que enquadrava o investimento e o apoio ao Terceira Tech Island, formação tecnológica, deixou de existir. Recentemente tivemos os Açores representados na Web Summit, uma das mais relevantes feiras de tecnologia e de eventos de tecnologia do mundo, e não houve uma única referência ao Projeto Terceira Tech Island.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Está melhor do que os senhores deixaram!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, gostaria de perceber, na sua perspetiva, na perspetiva do Governo, em que situação está o Projeto Terceira Tech Island, e que futuro poderemos esperar sobre este Projeto? A verdade é que o presente, infelizmente, é cada vez mais negro, por inércia e por inação da sua Secretaria e do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, um compromisso.

A verdade é que se não tivessem sido as medidas tomadas no primeiro semestre, na altura aguda pandemia, até junho tinham terminado Programas Ocupacionais 2.000 pessoas.

Eu gostava de saber o que é que os senhores me diriam nessa altura se nós não tivéssemos os prorrogado? Como aliás os senhores propuseram a prorrogação que foi aqui aprovada, inclusivamente dos Estagiar L. Algumas pessoas vão ficar 36 meses no Estagiar L.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem!

Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*): E a Geração-Pro para o que é? É mais um programa!

O Orador: Portanto, é a primeira questão que eu queria colocar.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E a essa questão eu também assumo um compromisso aqui, que é, o caminho que estamos a trilhar é dar formação e condições para quem tem condições de empregabilidade e para o mercado normal de trabalho, mas, quem tem fragilidades não deixar de ter o apoio. Foi o que eu assumi ali e assumo aqui.

Garanto-vos que, no próximo ano, vamos ter mais pessoas mais capacitadas no mercado de trabalho, menos pessoas a precisar dos Programas Ocupacionais e, aí os senhores vão dizer exatamente o contrário, estão deixando à margem as pobres pessoas que não têm o Programa Ocupacional, mas para lá iremos.

O que é importante para nós é seguir um rumo em que temos a convicção que temos de o fazer, dar mais condições de empregabilidade, combater a precariedade, combater o desemprego jovem, dar mais formação às pessoas e incentivar o mercado normal de trabalho – primeira questão.

Segunda questão, em relação ao Terceira Tech Island. Sr. Deputado Berto Messias, estava a aguardar naturalmente que colocasse a questão.

Para lhe dar a informação do seguinte:

As empresas que participaram no Web Summit, como deve saber, concorreram a um concurso aberto, pelo Governo Regional, e foram selecionadas 20 empresas para estarem na Web Summit. Qualquer empresa poderia ter concorrido.

Em relação em concreto ao Projeto Terceira Tech Island, aquilo que o Governo Regional tem vindo a assumir é que o vai continuar a assumir.

O Projeto Terceira Tech Island é um projeto importante, relevante, que teve alguns problemas, tem alguns problemas, há empresas que nunca puseram os pés lá, e que continuam a se pagar as rendas das casas e dos espaços, há empresas que já têm as pessoas a trabalhar em casa há meses, meses e meses e continuam com os espaços lá. Vamos ter de repensar isso.

E há rendas, que, como se diz na Terceira são pagas ao nível dos americanos. Portanto, são estas coisas também que temos de analisar: quais são estas rentas, de quem é que são?

Mas o Projeto Terceira Tech Island é para continuar e é para se ir melhorando no que for possível, e é por isso que também posso anunciar aqui que está a ser trabalhado com a Câmara Municipal da Praia da Vitória um Memorando de Entendimento entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Praia para tornar, a prazo, estável o Projeto formalizado, com formação, como nós temos previsto, mas também com incentivo à captação de empresas.

Só mesmo a terminar, Sr. Deputado, Berto Messias, que quis entrar um bocadinho aí para a parte política, dou-lhe uma nota pessoal. Eu tinha a idade, talvez, do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, e nesta Casa absteve-me, porque estávamos perante a possibilidade de uma crise política, na legislatura de 96/2000. Eu, e o PSD, abstivemo-nos perante a possibilidade de uma crise política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E mais!... Na legislatura de 2012/2016, com a responsabilidade de Presidente do PSD-Açores, no Orçamento de 2013 e 2014, abstivemo-nos, de novo, porque estávamos numa grande crise económica e social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Agora, que estamos numa enorme crise económica e social e com os riscos de uma crise política, os senhores, em vez de defenderem os Açores, cavalgam os vossos interesses e as vossas mágoas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço, sem antes o Sr. Secretário anunciar os tempos sobrantes.

Secretário: Governo, 21 minutos e 1 segundo, o PS 10 minutos e 26 segundos, o PSD 32 minutos e 45 segundos, o CDS 37 segundos, o BE esgotou o seu tempo, o PPM 1 minuto e 34 segundos, o Chega 15 minutos, a Iniciativa Liberal 4 minutos e 17 segundos, o PAN e o Deputado Independente também esgotaram o seu tempo.

Presidente: Bom almoço a todos. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos

Eram 15 horas e 05 minutos.

Estava inscrito, antes da hora de almoço, o Sr. Deputado Berto Messias, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima referência, tendo em conta as últimas palavras do Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego e Qualificação para lhe dizer, Sr. Secretário, que as empresas que referiu que não estavam lá, naturalmente que estiveram em teletrabalho e, como sabe, muitas empresas estiveram em teletrabalho nos últimos meses.

Dizer-lhe também, Sr. Secretário, que é cada vez mais difícil (permita-me dizer-lhe, não é qualquer tipo de falta de respeito do ponto de vista pessoal), tendo em conta os dados políticos que nós temos, acreditar em si, no que se refere ao Terceira Tech Island.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Mas cá estaremos para acompanhar a evolução daquele projeto, porque acreditamos convictamente que é um projeto estruturante, com grande margem de crescimento para o futuro do concelho da Praia da Vitória,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Era, era!

O Orador: ... da Ilha Terceira e também dos Açores.

Cá estaremos para acompanhar a sua evolução esperando que o Governo tenha muito mais empenho do que aquele que tem tido no Projeto Terceira Tech Island.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Quantos foram despedidos? Quantas empresas foram despedidas?

50% de despedimentos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Espínola** (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o Terceira Tech Island é um projeto importante para a Ilha Terceira e é um projeto importante, sobretudo também, para o concelho da Praia da Vitória.

Queria dizer aqui ao Sr. Deputado Berto Messias que não houve desinvestimento absolutamente nenhum, do Governo Regional, no Terceira Tech Island.

Aliás, os cursos de formação da Academia de Código funcionaram durante o ano de 2021, e não houve empresas, que estavam ao abrigo deste projeto, a sair da Praia da Vitória,

Dizer-lhe também, Sr. Deputado Berto Messias, que os dinheiros públicos devem ser geridos com responsabilidade.

O Grupo Parlamentar do PSD teve a oportunidade de visitar uma dessas empresas, aquando das jornadas parlamentares na Ilha Terceira, no passado mês de junho, em que, por exemplo, nessa empresa, em junho deste ano, não tinha um colaborador que seja naquela empresa.

Como o senhor sabe, os colaboradores são importantes, até para dinamizar a cidade da Praia da Vitória, essa também foi um dos argumentos, e isso não aconteceu.

A Região, paga, por exemplo, só nesse arrendamento, cerca de 2000 euros por mês.

Portanto, é preciso gerir os dinheiros públicos com responsabilidade,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é preciso reanalisar o projeto, é preciso regulamentar o projeto, porque ele não está regulamentado. Portanto, tudo isso é fundamental.

Queremos o projeto na Praia da Vitória, mas queremos o projeto com “cabeça, tronco e membros”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais!... Entrará em acordo, como disse o Sr. Secretário, e muito bem, nos próximos dias, ou semanas, para uma verdadeira articulação com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, da qual o senhor é vereador,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor também foi!

Deputado Berto Messias (PS): Se eu fosse o Sr. Secretário, falava mais com a Sra. Presidente da Câmara?

Aliás melhor forma de aprovar o projeto e vir para aqui falar mal das empresas!

O Orador: ... que tem assumido custos significativos, sem a devida compensação, para que tudo isto fique delineado, para que tudo isto fique decidido a bem da Ilha Terceira e a bem do concelho da Praia da Vitória.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Guilhermina Silva.

(*) Deputada Guilhermina Silva (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta discussão do Plano e Orçamento para 2022, queria felicitar o atual executivo pela mudança de paradigma do ensino profissional que valoriza os formandos e a atividade das nossas escolas profissionais.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não podia deixar, igualmente, de elogiar o recente fórum regional da qualificação profissional sobre o mote “valorizar os açorianos – Horizonte 2030”, onde todos os contributos foram tidos em linha de conta para orientar as políticas de qualificação profissional num horizonte de 10 anos.

Foi efetivamente um sucesso e penso que essa é uma opinião unânime

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Queria perguntar ao Sr. Secretário se vamos ter oportunidade de, neste Parlamento, discutir a inovação do Livro Branco?

Obrigada.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não tem tempo, Sra. Deputada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Duarte Freitas, começo por lhe dizer que acredito em si. Acredito em si e no seu trabalho, e provou-o numa resolução que foi apresentada aqui pelo PSD nesta Casa em relação aos artesãos açorianos, em

que a resposta tem sido bastante eficaz, nomeadamente, como disse e muito bem daquela tribuna, nos apoios ao SIDART, até ao final do ano o adiantamento de 2022, face às dificuldades que os nossos artesãos açorianos passaram ao longo do período pandémico.

Mas também referir o compromisso de que a partir de dezembro assumiu, de dar início à Expo Açores Artesanato, que percorrerá todos os concelhos das nossas nove ilhas dos Açores? Ou ainda, o lançamento, em 2022, do catálogo digital e a promoção e venda do nosso artesanato em plataformas digitais?

A aprovação deste orçamento só prova que estas medidas onde estão incluídas possibilitará um apoio efetivo aos artesãos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então avançar nos nossos trabalhos.

Dou a palavra à Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Faz favor, Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho):

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Senhoras Deputadas e Exmos. Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmo. Senhor Vice-Presidente, Exmos./as Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta de Plano Regional para o ano de 2022 prevê um investimento público na ordem dos 126 milhões de euros no Programa “Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações”.

Na área das Obras Públicas e Transportes Terrestres, o investimento público previsto totaliza um valor superior a 113 milhões, dos quais mais de 59,5 milhões correspondem a ações que visam implementar investimentos decorrentes das políticas setoriais dos restantes departamentos do Governo Regional, por estes identificados, que a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações se propõe executar, atendendo à concentração das obras públicas operada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2021/A, de 22 de junho.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Atendendo à incontornável relevância das obras públicas e transportes terrestres na coesão económica e social da Região e na melhoria das condições de vida dos Açorianos, assumimos uma aposta estratégica na qualificação e reabilitação de infraestruturas e de edifícios públicos, no domínio da segurança, acessibilidade e mobilidade e na sustentabilidade do sector da construção civil.

Cientes dos desafios que se nos colocam, no ano de 2022, o principal enfoque em matéria de obras públicas, prende-se com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Neste âmbito, está previsto um investimento de 10,5 milhões de euros, através da execução dos circuitos logísticos das Ilhas de S. Miguel, Terceira, São Jorge, Santa Maria, Graciosa, Pico e Faial.

Ainda no âmbito do PRR regional, encontram-se previstos, para o ano de 2022, os seguintes investimentos:

- A reabilitação da Escola Profissional das Capelas e Criação do Centro de Qualificação dos Açores;
- A reestruturação das redes de internet e o Wi-Fi das escolas da Região Autónoma dos Açores.

Resilientes na ação, não poderemos, porém, deixar de reconhecer as dificuldades externas, imprevistas e imprevisíveis, com que nos confrontamos durante o presente ano, decorrentes, em parte, da atual conjuntura da construção civil e da constatação da existência de erros de conceção em projetos cujas empreitadas de obras públicas se encontravam em curso, assim como da falta de elementos legalmente obrigatórios em projetos que se pretendia implementar, com implicação direta na execução de diversas ações do plano de investimentos de 2021.

É, ainda, irrefutável a escalada abrupta e imprevista, durante o ano de 2021, de preços dos materiais de construção e uma evidente falta de mão de obra qualificada no setor da construção civil, com claros reflexos, por um lado, na não apresentação de propostas em 6 procedimentos de contratação pública lançados durante o ano de 2021, incluindo a empreitada de correção da E.R. 9-2ª no PORTAL do VENTO na ilha de S. Miguel”, que faz parte integrante do PRR, assim como no cumprimento dos prazos de execução das empreitadas em curso.

Por este facto, estamos de forma célere e diligente, a proceder à revisão das respetivas estimativas orçamentais dos projetos de execução, com vista à nova publicitação de novos procedimentos.

De salientar, ainda, o estado de degradação de diversos edifícios públicos, que apresentam várias patologias motivadas pela falta de manutenção destes equipamentos, e que justificam diversas ações de reabilitação de edifícios previstas no plano de 2022.

Não poderei deixar de manifestar uma palavra de apreço a todos os técnicos e dirigentes da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, que, de forma empenhada, desde o início em funções do XIII Governo dos Açores, e em especial após finais de junho de 2021, tudo fizeram para implementar com sucesso mais de 250 projetos relacionados com empreitadas de obras públicas, que transitaram para este departamento governamental.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Em matéria de transportes terrestres, para além das ações de reabilitação e beneficiação de diversas estradas regionais, com um investimento global de cerca de seis milhões de euros, está ainda previsto um investimento de 2,3 milhões de euros no Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária.

Neste âmbito, daremos continuidade:

- às ações de consolidação do transporte público coletivo de passageiros como serviço acessível a todos os cidadãos;

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: • às ações de promoção de campanhas de segurança rodoviária, mantendo os Açores como um destino seguro também a este nível;

- e à implementação do sistema SIGA – Sistema Informático de Gestão de Autos de Contraordenação Rodoviária.

Na área das comunicações, para o ano de 2022, está prevista uma dotação global de aproximadamente nove milhões.

Neste âmbito, iremos finalizar o projeto da Azores Cloud, iniciado pelo anterior governo, num investimento de cerca de 1,9 milhões de euros.

No âmbito da cibersegurança, o Governo dos Açores prevê um investimento de cerca de três milhões de Euros, dos quais cerca de dois milhões se destinam ao projeto Azores_Ciber360º que será executado no âmbito o PRR.

Durante o ano de 2021 reforçamos, em mais de 280 locais, a rede pública e gratuita de acesso sem fios (WiFi) à internet,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: ... ora designada por W_Azores (Wireless Azores) quer ao nível da sua cobertura e da sua capacidade.

Atentos à necessidade de responder às exigências que um setor turístico moderno nos coloca, iremos expandir a rede W_Azores a diversas zonas balneares, miradouros e trilhos das nossas ilhas, estando já em curso um projeto de expansão desta rede, designado por Fajãs Digitais, que visa dotar as singulares Fajãs de São Jorge de acesso a esta rede, reforçando substantivamente as condições oferecidas pelas redes móveis naqueles locais.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Boleiro*): Muito bem!

A Oradora: A Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações tem pugnado intransigentemente junto das autoridades nacionais pela disponibilização da tecnologia 5G em todas as freguesias dos Açores até 2023, que garanta a cobertura de 75% da população por freguesia e 90% da população, por freguesia, até 2025...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... pela melhoria da cobertura de redes móveis e de fibra ótica e a construção do novo anel de cabos submarinos de fibra ótica, pelo novo Anel CAM.

No que concerne ao Serviço Postal Universal, iremos continuar a desenvolver esforços, junto do Governo da República, que garantam uma rápida e substancial melhoria deste serviço na Região Autónoma dos Açores.

Por fim, continuaremos a promover um setor de construção civil mais sustentável, o desenvolvimento de ações de investigação, inovação e divulgação na área da Engenharia Civil, incentivando uma economia verde e circular, estando previsto, para o ano de 2022, um investimento de cerca de um milhão de euros.

Encaramos, com firme determinação, os desafios que temos à nossa frente, na convicção de que todos juntos os conseguiremos vencer, na prossecução de um melhor e mais sustentável futuro para a nossa Região, para gerações presentes e futuras.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Tiago Branco, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, a sua secretaria é, infelizmente, uma das grandes prejudicadas deste Plano e Orçamento de contas fictícias, mas é também um exemplo de como estes documentos não estão sintonizados com a realidade, nem com os desafios que a Região tem à nossa frente.

Veja-se o setor da construção civil, que se depara com enormes constrangimentos derivados do aumento dos custos de produção, do aumento da matéria prima, do aumento dos custos dos combustíveis, da necessidade de reforçar a mão-de-obra.

Mas este Plano e este Orçamento é omissos quanto a uma estratégia para ajudar a atenuar estes fatores. Não entende que os constrangimentos que o setor atravessa são também razão pela qual o Governo, até setembro deste ano, só tinha executado, nem metade do seu Plano de Investimentos para as

obras públicas, mesmo depois de rever a sua dotação em baixa em menos de 5 milhões de euros.

Por isso, Sra. Secretária, a este ritmo e com esta ausência de estratégia, pergunto: no contexto de escalada de preços, de incerteza, que credibilidade tem este Governo (tem este Plano e Orçamento)...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que se propõe executar para o ano mais de 125 milhões de euros quando até setembro deste ano executou 43 milhões de euros, Sra. Secretária? Que credibilidade tem este Governo?

É por isso que este é um Plano e Orçamento descontextualizado, e de contas incertas; um Plano e Orçamento sem cobertura; um Plano e Orçamento sem credibilidade e sem capacidade para executar o que o próprio Governo propõe-se a fazer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, podemos avançar.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Estamos à espera das vossas propostas! Os senhores criticaram tanto que devem ter propostas!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A Sra. Deputada Salomé Matos já lhe vai responder!

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai no sentido de aplaudir a oportunidade que num cenário, complexo e exigente, este Governo soube aproveitar os investimentos promovidos no Plano de Recuperação e Resiliência, porque, e só assim, finalmente, nascerá a tão desejada segunda fase da variante à cidade da Horta.

À laia de uma telenovela mexicana, a variante à cidade da Horta já teve muitas variantes.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: Entre projetos, recuos, promessas políticas e petições, o injustificável foi sempre sendo justificado, desde 1996.

É uma obra estruturante e que condiciona outros investimentos que poderia e devia estar concluída há muito tempo.

Em 21 anos foi construída meia variante, dois quilómetros e meio. A magnitude da construção da segunda fase da variante à cidade da Horta atinge o montante de 2 milhões, 250 mil euros.

Deputado Bruno Belo (PSD): Está ouvindo, Sra. Deputada Ana Luís?

Deputada Ana Luís (PS): Diga, Sr. Deputado Bruno Belo!

A Oradora: Esta obra há muito esperada pelos faialenses permitirá resolver situações de congestionamento ao centro da cidade e facilitar a mobilidade, reduzindo distâncias e tempos de percurso e tem o seu início previsto para 2023.

É fundamental a união entre o lado sul e o lado norte da ilha, libertando o centro da cidade, até mesmo para que este se torne uma zona mais atrativa destinada à circulação das pessoas.

Com o novo traçado, adaptado ao que se entendeu serem as necessidades atuais, nascerá uma nova ligação à Escola Secundária Manuel de Arriaga e à sua área envolvente, ao Hospital da Horta e agora, ainda mais urgente, com

uma nova localização do Quartel de Bombeiros na Zona Industrial é indispensável para que os veículos de emergência não tenham de passar pela cidade e possam garantir o rápido socorro às populações do lado norte da ilha.

Este novo projeto da segunda fase da variante à cidade da Horta permite ainda que venha a crescer no sentido de abranger outras zonas da cidade onde o congestionamento também se faz notar.

Efetivamente, pena é, que venha tardiamente.

Deputada Ana Luís (PS): Sra. Deputada, vem porque só agora tem as verbas do PRR. Não veio antes, porque não havia!

A Oradora: É saber aproveitar as oportunidades. Saber aproveitar as oportunidades!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Efetivamente vem tarde, não é? Esta e outras obras. Se tivessem vindo nas últimas duas décadas provavelmente a matéria era mais baixa, havia mais mão de obra. Agora não há! Mas pronto!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Ainda bem que se vai fazer!

A Oradora: Sra. Deputada Ana Luís, eu sei que quer a variante, como eu! Ela não constava dos vossos panfletos de campanha eleitoral, nos últimos anos.

Deputada Ana Luís (PS): Claro que sim!

A Oradora: Então porque é que nos estamos a debater?

A variante é bom para todos, não é?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores estabeleceu como prioridade fundamental da sua ação, claramente, as pessoas, no entanto, não deixando, no Plano para 2022, de dotar a Secretaria Regional das Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações com uma verba superior a 126 milhões de euros, distribuídas por diversas áreas de investimento bem como para o pagamento de compromissos anteriores, como as SCUT, no valor de 30 milhões de Euros.

No Plano estão previstos investimentos nas comunicações, de 8 milhões de euros, nomeadamente, nos sistemas de informação e infraestruturas de suporte, Cibersegurança e Segurança de Informação, Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação, realçando o investimento nos Data Center da Terceira e S. Miguel.

Quanto às Obras Públicas, propriamente ditas, vivemos um quadro extremamente desfavorável à sua execução, quer pela falta de mão de obra no setor da construção civil, quer pelo acréscimo do custo das matérias primas, ou mesmo pela sua ausência em alguns casos.

O presente Plano prevê a execução de mais de 10 milhões de Euros no Plano de Recuperação e Resiliência nas diversas Ilhas, e em particular da Ilha de São Jorge onde irá finalmente avançar o Projeto da Estrada da Transversal Santo António/Urzelina, que faz a ligação entre o Norte e Sul da Ilha; há

muito reclamada pela população que o Partido Socialista ignorou voltando-lhe as costas.

Prevê também verbas para melhorar as comunicações nas Fajãs de São Jorge. Serão ainda executadas empreitadas de outras Secretarias num valor de 60 milhões de euros.

Relativamente a São Jorge, e no que diz respeito a obras a executar de outras secretarias, destaca-se a Beneficiação do Centro de Saúde de Velas;

- da Proteção da orla costeira junto ao Caminho Municipal adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina na Vila da Calheta;
- a Proteção Costeira na Fajã de João Dias;
- a Proteção e estabilização da zona costeira da Fajã das Pontas,
- a Estabilização da zona adjacente ao quartel dos Bombeiros da Calheta,
- ou a reorganização do espaço envolvente ao porto do Topo.

Todos estes exemplos enumerados em relação a São Jorge, poderiam ser feitos para qualquer outra ilha, demonstrando que este Plano prevê investimento em todas as ilhas.

A aprovação deste Orçamento, ao qual o Partido Socialista diz que votará contra, permitirá o investimento em 2022 em toda a região, sendo fundamental para assegurar o trabalho de continuidade, iniciado por este Governo, de coesão entre as todas as ilhas açorianas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Silveira.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional das Obras Públicas, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações** (*Ana Carvalho*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Tiago Branco, em relação aos preços aumentarem, nós não podemos fazer nada, porque as fábricas é que determinam o preço dos materiais, não é o Governo Regional, nem o Governo da República, nem tão pouco a União Europeia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O que nós estamos a fazer é aumentar os preços base.

Já aumentámos em 25% e estamos a caminho de aumentar em 40%, Sr. Deputado.

Por isso, algumas das ações que estavam previstas em 2021 e não se iniciaram ficaram a zero, em 2022.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: Para aumentarmos umas, outras tiveram que desaparecer, como deve compreender.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Sra. Secretária, é para aumentar tudo e não aumentou tudo?

A Oradora: Não possa aumentar tudo porque o Plano não estica, não é?

Em relação à execução baixa, temos, como eu lhe disse, algumas obras, cujos projetos tinham erros.

Portanto, tivemos de fazer suspensões para retificar projetos, para depois tornar a iniciá-los e tudo isso tem implicações na execução física e financeira, o que obriga a que execução financeira passe para o ano seguinte.

Deputado Carlos Silva (*PS*): A senhora hoje quer falar de execução!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sra. Secretária, não precisa de dar aulas!

A Oradora: É preciso, porque, pelos vistos, de contratação pública não percebem muito, mas eu explico.

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aquele Sr. Deputado percebe!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é humildade!

A Oradora: É humildade, porque estão a fazer-me perguntas e eu tenho que responder. Eu não queria.

Deputado Berto Messias (PS): Isto fica-lhe mal, Sra. Secretária! Está no Parlamento!

A Oradora: Deixe-me falar, por favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Deve explicações a todos!

A Oradora: Devo e vou dar.

Neste momento, temos 40 obras em curso e tenho 30 processos em fase de contratação pública, que se irão refletir no Plano de 2022, no que diz respeito a pagamentos.

Portanto, se a execução foi baixa este ano, está explicada. Se não está eu torno a explicar, se for baixa para o ano eu venho cá e dou as justificações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou fazer dois comentários, uma pergunta e tirar uma conclusão.

Os comentários, são os seguintes: nós, Sra. Secretária, não podemos (e com muita pena minha, porque eu gosto de si, pessoalmente) acreditar naquilo que a senhora e este Governo nos dizem. Passo a explicar:

Os senhores tinham previsto, para o ano de 2021, uma dotação de 12 mil euros para fazer estradas em Santa Maria, que corrigiram para 100 mil. Executaram zero, até hoje.

Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): As estradas estão boas!

O Orador: Mais!... Têm a desfaçatez, e eu não digo que é risível, porque dá é vontade de chorar, de inscrever 128 mil euros este ano, para 2022, para recuperação, beneficiação e pavimentação das estradas em Santa Maria.

Acresce que os senhores inscrevem uma verba de requalificação da zona costeira da Laracha, que não carece de qualquer intervenção. Os senhores, se calhar, querem referir-se à zona costeira da Praia Formosa. Aí estaremos de acordo. A da Laracha já foi recuperada. Portanto, inscrever uma verba para uma zona que foi recuperada, e que já o ano passado tinham uma dotação de 150 mil euros, que não executaram nada porque aquilo está feito, é a prova da incompetência deste Governo.

Portanto, não sabem o que é que estão a fazer. Aquilo que fazem não fazem na totalidade. Inscrevem verbas que não vão poder cumprir na totalidade...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não é verdade! O Sr. Deputado está equivocado!

O Orador: ... porque não têm orçamento para isso e têm o tal buraco que é efetivo, e assim veremos como é que é. Depois, pergunto-lhe: a musealização da Casa da Torre de Controlo de Santa Maria, que estava no anteprojecto, desapareceu agora. Porquê? É essa a pergunta.

A conclusão é simples, Sra. Secretária.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Então não vale a pena explicar!

O Orador: Este Governo, este Plano e aquilo que os senhores propalam como sendo o paradigma, é que é uma verdadeira laracha.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O Sr. Deputado respondeu, a Sra. Secretária escusa de gastar tempo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Manuel Ramos, pediu a palavra? Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A rede viária regional, pela sua importância para o desenvolvimento socioeconómico da Região, necessita de um plano de manutenção, de reabilitação e mitigação de risco, que seja dinâmico e que seja um garante da segurança para os açorianos.

Quem gere uma rede de vias de comunicação, em que os utilizadores pagam os seus impostos para ali circular, merece o respeito da entidade gestora e exigem segurança e condições para a sua circulação.

Não é isso que acontece na estrada regional n.º 1-2.^a, na Ilha Graciosa, Praia/Santa Cruz, aos quilómetros 1 e 2, onde existem árvores de grande porte que constituem uma ameaça à circulação naquela via.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não nasceram ontem!

O Orador: Essencialmente no inverno, algumas já ameaçam a lei da gravidade, desenvolvendo-se na horizontal.

O anterior governo assinalou 40 árvores para abater. O Laboratório Regional fez os testes de resistência ao pavimento e, no entanto, estamos no quilómetro

1 e 2 com graves dificuldades e no próximo inverno, que se avizinha com as tempestades e com os furacões, pode acontecer o pior.

A minha pergunta é se os senhores vão aguardar que aconteça um acidente para intervir naquela via?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não tem voz nenhuma na Junta de Freguesia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Flávio Soares, faz favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra apenas para felicitar este Governo Regional pela integração de uma verba no Plano e Orçamento para 2022, que destina à requalificação da Foz da Ribeira do Guilherme, situada na Vila do Nordeste.

Esta é uma ambição antiga dos nordestenses e que já Carlos César, na altura, no ano de 2000, portanto, ao fim de 21 anos, vemos pela primeira vez contemplada uma verba destinada a esta obra.

Relembro que o concelho do Nordeste é o único concelho dos Açores que não tem um acesso digno ao mar. Portanto, Sra. Secretária, aproveito a oportunidade para felicitar e de certa forma os nordestenses ficam agradecidos por esta integração desta verba no Plano e Orçamento.

Muito obrigado.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Branco, credibilidade! A credibilidade da recente oposição que governou durante 24 anos...

Deputado Francisco César (PS): Mas o senho não é governo!

O Orador: ... e que vem agora condenar esta nova governação pelas estradas danificadas e que não resolveram, essa credibilidade não existe do lado da oposição e dos deputados que fazem parte da ilha, e posso dar o exemplo do Faial e de Santa Maria.

Quando se fala de estradas, as estradas não ficaram estragadas neste momento, ou seja, só há uma palavra: demagogia!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Ramos, o senhor estava presente, quer na reunião com o Governo Regional e os Deputados de ilha, na visita estatutária à Ilha Graciosa, quer, se não estou em erro, no Conselho de Ilha, na reunião com o Governo Regional, em que lhe foi explicado porque é que este ano ainda não pode haver verba para aquela estrada, porque aquela estrada exige uma verba de 1 milhão de euros.

Deputado Manuel Ramos (PS): Corte de árvores, Sr. Deputado!

O Orador: E a estrada está como está, não é de hoje, nem de ontem, é de há vários anos. É tantos anos, quantos aqueles que se podia financiar essas vias com fundos comunitários.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Manuel Ramos (PS): Construámos o porto da Barra! Os senhores abandonaram!

O Orador: O senhor sabe uma coisa? Sr. Deputado Manuel Ramos, nem as estradas, nem as árvores foram plantadas ontem. Se V. Exa. se lembra, e se calhar é bom recordá-lo, quando aquela estrada foi repavimentada houve reclamações várias (e se calhar algumas delas por parte de V. Exa., que era técnico e sabia bem),...

Deputado Manuel Ramos (PS): O senhor não estava lá!

O Orador: ... devido à espessura de betuminoso que alia a Secretaria titulada pelo Sr. Secretário José Contente usava e que se sabia que era de pouca durabilidade.

Aquela estrada tem tido vários problemas, se calhar, por causa dessa circunstância.

Sr. Deputado, lembre-se do seu passado e daquilo que dizia e não venha agora exigir aquilo que não foi capaz de exigir ao Governo do Partido Socialista.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): Não estou exigindo nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o que eu pedi aqui (eu não exigi!) à Sra. Secretária, e também pedi no Conselho de Ilha (aliás, o Sr. Presidente do Conselho de Ilha também interveio nesta situação), é que era necessário fazer um abate de árvores, que já estão sinalizadas, para não trazer perigo à circulação na via.

Nós, enquanto fomos Governo, estivemos a construir o porto da Barra, a proteção da orla costeira da Barra, que os senhores agora abandonaram e deixaram ficar lá a marinar, à espera que nasça lá uma marina.

Não fazia qualquer sentido fazer a repavimentação da estrada, quando estava a passar trânsito pesado no sentido Praia/Santa Cruz. A segurança tem a ver com parte do pavimento.

Eu não estou a pedir, nem estamos a pedir, a remodelação total da via. Estamos só a pedir que haja condições de segurança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já melhorou!

O Orador: Na legislatura anterior apresentámos uma proposta de alteração que foi chumbada por V. Exa..

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Manuel Ramos, vamos ver se nos entendemos.

Aquilo que o senhor propôs, este ano, no anterior, Orçamento, foi verba para repavimentação da via, não foi para a retirada de árvores.

Certamente que essa sua correção levará, provavelmente a Sra. Secretária, a dizer que já está a fazer o trabalho que será necessário para corrigir esses pequenos problemas que a via tem.

Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa sobre a Marina da Barra. Já hoje aqui falámos do Partido Socialista enganar a União Europeia. O Partido Socialista enganou várias vezes a União Europeia...

Deputado Manuel Ramos (PS): Apresentámos Projetos de Resolução há dois anos atrás, nem a obra estava pronta!

O Orador: ... relativamente a outros assuntos.

Aquele projeto que foi feito na Marina da Barra,...

Deputado Manuel Ramos (PS): Nem a obra estava pronta e fizemos projetos de resolução!

O Orador: ... o Partido Socialista enganou a União Europeia.

Nós agora, o que temos de fazer, é atuar, em conformidade com a lei, para tentar fazer o investimento possível naquela baía para salvaguardar também os interesses dos operadores náuticos,...

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma boa desculpa!

O Orador: ... marítimo-turísticos, e daqueles que fazem, da brigada naval, como se costuma dizer, alguma atividade de recreio; porque senão Sr. Deputado, nós vamos andar muitos anos com os impostos dos açorianos a pagar os enganos que os senhores fizeram perante a comunidade europeia.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso nem os graciosenses querem, nem os açorianos podem admitir.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, relativamente à Marina da Barra o senhor, em quase todos os orçamentos, na anterior legislatura, apresentou propostas para que se fizesse ali uma marina, que se aproveitasse o “espelho de água”, da orla costeira da Barra, para construir uma marina.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E agora chumba!

O Orador: E agora o senhor vem dizer que não se pode construir a marina por causa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Antigamente podia, agora não pode! É um espertalhão!

O Orador: ... do financiamento comunitário.

Então qual é a sua responsabilidade e qual é a sua seriedade em relação a este assunto?

Disse. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Manuel Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, é precisamente porque não ponho em causa a minha seriedade, que assume que aquilo que conheço hoje, porque fui informado pelo Governo Regional relativamente ao problema legal que está naquele processo, é que tenho a noção de que o investimento a ser feito ali...

Deputada Ana Luís (PS): Governar exige responsabilidade!

O Orador: ... terá de ser feito de uma forma mais comedida, que é aquilo que o Orçamento Regional pode fazer.

Não vamos ficar com aquela zona sem qualquer investimento.

Deputada Ana Luís (PS): Governar exige responsabilidade, não demagogia!

O Orador: Pode ficar descansado disso, até porque está previsto no Plano verba para esse efeito,...

Deputado José Ávila (PS): Aonde?

O Orador: ... mas o que vamos é ter que corrigir as ilegalidades que os senhores cometeram para que aquela obra possa, de facto, ser uma marina ou um porto de recreio em condições que sirva os interesses de todos os graciosenses.

Isso pode estar certo de que vamos fazê-lo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa, faça favor.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, eu não tinha bem a certeza daquilo que estava a ouvir, mas fui confirmar.

Mas deixe-me só dizer uma coisa: relativamente às verbas que foram inscritas para as estradas, o senhor ouviu, e se não ouviu pode ter sido algum problema (não sei!) de comunicação, a Sra. Secretária.

Perante a sua pergunta que está no relatório da Comissão de Política Geral relativamente a esse assunto, em que o senhor indicou que estavam 12 mil euros inscritos, a Sra. Secretária corrigiu a informação, disse que eram 100 mil euros, e que, até ao final do ano, estes 100 mil euros seriam aplicados na reabilitação das estradas em Santa Maria. Isso foi o que foi dito pela Sra. Secretária, no âmbito da Comissão de Política Geral.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputada Joana Pombo (PS): 24%!

A Oradora: Tem toda a razão. Até a este momento não foi feito, mas vai ser feito.

Isto o senhor ouviu na Comissão e não quis passar aqui, mas está no relatório. A segunda questão, relativamente ao caminho da Laracha, se me pudesse responder, eu gostava de saber quando é que foi feita essa proteção?

E a minha pergunta vai num sentido só. É porque no Plano Regional Anual para 2020, na gestão (deixe-me até ler, para não me enganar):

“Gestão e requalificação da orla costeira

... execução de diversos projetos de intervenção pesqueira, reforço da fundação ou muro de suporte do caminho da Laracha.”. Em 2020.

Sabe qual foi a execução desta verba no Plano de 2020? Zero! Portanto, não foi feito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, não foi feito! Se me conseguir dizer quando é que isso foi feito, então a única coisa que quero que me diga aqui é: o caminho da Laracha...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não, não! Não é o caminho, é a orla costeira!

A Oradora: Não, não! O senhor disse foi “caminho da Laracha”.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não, não!

Deputado Flávio Soares (PSD): Disse sim senhor!

A Oradora: Tudo bem! Então voltamos à mesma questão.

Deputado Bruno Belo (PSD): É melhor voltar a inscrever-se para explicar isso!

A Oradora: “Intervenção costeira.

Reforço da fundação do muro de suporte ao caminho da Laracha”.

O muro de suporte é proteção da orla costeira.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não, não!

A Oradora: Portanto, se diz que já foi feito, significa que então o caminho da Laracha, neste momento, não precisa de nenhuma intervenção. É isso que o senhor quer dizer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra. Faz favor.

Deputado João Vasco Costa (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra. Alerto que tem muito pouco tempo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria de referir, nesta minha intervenção, que provavelmente será a última no âmbito da discussão do Plano e Orçamento e no âmbito das obras públicas, que não deixa de ser irónico que tenham sido, as primeiras intervenções, do lado da bancada do Partido Socialista, uma intervenção do Deputado Tiago Branco e a outra do Deputado João Vasco Costa, que precisamente das duas ilhas que são exatamente as duas ilhas com a pior rede viária da Região Autónoma dos Açores: Faial e Santa Maria.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Aqui dirijo-me à Sra. Secretária, porque as verbas que estão inscritas, nomeadamente para o Faial, são relativamente exíguas. Compreendendo que há que tomar decisões, a Ilha do Faial não é a única que tem essa rede viária miserável. A par com Santa Maria são as piores, mas não são as únicas ilhas. É necessário fazer intervenções numas tantas outras.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Gostaria também de dizer que a haver a segunda fase da variante, há que abraçar esta oportunidade que agora foi criada. Foi introduzida, inclusivamente, uma ligação que pode desviar trânsito da zona do Hospital, o que é muito importante. Foi proposta também pelo CDS, no Âmbito deste PRR.

Gostaria de lembrar também à Deputada Ana Luís que relativamente à primeira fase da variante,...

Deputada Ana Luís (PS): Eu não falei!

O Orador: ... a mesma nunca sequer foi terminada.

Deputada Ana Luís (PS): Eu não disse nada!

O Orador: Ou seja, criticam por agora aproveitarmos esta oportunidade,...

Deputada Ana Luís (PS): Eu não critiquei!

O Orador: ... ou pelo atraso, mas a realidade é que a primeira fase nunca foi concluída.

Deputada Ana Luís (PS): Eu não critiquei! Só disse que os senhores agora colocaram dinheiro e antes não colocámos, porque essas obras dependem de verbas da União Europeia!

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Esse é um legado que também o Partido Socialista nos deixou.

Aproveito para dizer, e termino, que Sra. Secretária, aparentemente, como não é preciso fazer aquela obra, em Santa Maria, e atendendo que o investimento no Faial é exíguo sobretudo para aquilo que é a estrada que vai da Casa da Batatas à Ribeira Funda, Sr. Deputado João Vasco Costa, se não precisa reabilitar o muro, transfira essa verba, se faz favor, para o Faial. Agradeço.

Deputada Ana Luís (PS): Os senhores sabem que essas obras dependem de dinheiro da União Europeia!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Sra. Secretária Regional das Obras Públicas, tem a palavra.

(*) Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações (Ana Carvalho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Vasco Costa, em relação ao que está previsto em 2021, os 113 mil euros para pavimento, trata-se da estrada de acesso à Praia e a estrada regional da zona dos Picos. Estão em execução.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não, não!

A Oradora: Está, está. Falta pavimentar. Não está é paga.

Em relação à intervenção na zona da Laracha, está previsto a construção de mais um muro com a extensão de 315 metros, entre o cruzamento para o Parque de Campismo. Está o projeto feito e é para lançar a concurso, no que diz respeito a Santa Maria.

Sr. Deputado Manuel Ramos, na Graciosa, vai-se iniciar aquilo que pediu na reunião da Graciosa e no Conselho de Ilha: retirar as árvores.

Deputado Manuel Ramos (PS): Para segurança da população!

A Oradora: Vai-se iniciar, conforme solicitou, para não haver acidentes no próximo inverno.

Quanto à Torre de Controle, falada pelo Sr. Deputado, já tivemos dois concursos desertos, de lançamento da empreitada. O projeto foi feito pela ANA. Estivemos a analisar o projeto da ANA e tem alguns erros. Portanto, estamos a rever o projeto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não tendo rececionado, a Mesa, mais pedidos de inscrição, vamos avançar nos nossos trabalhos, e dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional da Presidência. Faz favor, Sr. Subsecretário. Tem a palavra.

Subsecretário Regional da Presidência *(Pedro Faria e Castro)*: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Adaptadíssima que está esta minha intervenção ao tempo que me resta, deixo-vos aqui uma súmula do Plano para 2022, da responsabilidade da Presidência do Governo, que tem uma programação de investimento público no montante de 1.848.849 euros, enquadrada no Programa 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa, correspondendo a 0,22% do total do Plano Regional Anual e a 0,18% do Investimento previsto para 2022, percentagens inferiores às de anos anteriores, demonstrando contenção da despesa pública.

A comunicação social privada, apresentamos um valor de 650 mil euros, correspondente às necessidades que decorrem da avaliação às candidaturas apresentadas no corrente ano.

Os órgãos de comunicação social privados exercem uma missão de inquestionável interesse público nos Açores, pelo que a sua recuperação económica e competitividade são condições prévias a um ambiente mediático saudável, independente e plural.

O Programa do XIII Governo dos Açores, defende um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro aos órgãos de comunicação social privada, com objetividade, independência, estabilidade e regularidade, e que, estamos certos, será proposto, proximamente, a esta câmara.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores e, bem assim, a cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública, porque indispensáveis numa região de características arquipelágicas como a nossa, justificam o financiamento de ações formativas e outros eventos que promovam a atualização de competências profissionais dos colaboradores dessas entidades, mediante acordo específico para o efeito.

Continuaremos a desenvolver a imagem do Governo dos Açores, designadamente através do Portal do Governo dos Açores, compatibilizando-a com as boas práticas de gestão da informação e de relacionamento digital, desenvolvendo os modelos de geração de formulários ‘online’ e o modo de comunicação dos cidadãos, das instituições e das empresas com o Governo.

No âmbito da coordenação da atividade governativa da Presidência do Governo, promoveremos a realização de um ciclo de anos temáticos especificamente direcionado para os desafios com interesse estruturante e comum ao nível da Autonomia, nas várias áreas de governação.

Neste enquadramento, serão, ainda, concedidos apoios a entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de ações e projetos, considerados de interesse regional, que visem a melhoria da qualidade de vida dos Açorianos, a salvaguarda das tradições, usos e costumes ou a promoção da Região Autónoma dos Açores e em resposta a diversos pedidos que visam contribuir para a promoção do desenvolvimento social e do bem-estar e qualidade de vida dos Açorianos.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Os Açores são cruciais para o desenvolvimento da política externa portuguesa, permitindo à Região atuar num panorama político internacional, seja ao nível de relacionamento com outras instituições

européias e internacionais, seja ao nível do desenvolvimento de laços económicos, sociais e culturais em matéria de cooperação externa.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: O estreitamento de laços com outras comunidades do Atlântico e a aposta na cooperação interinsular, privilegiando a Macaronésia e outros países a sul, sem esquecer a nossa longa cooperação com as comunidades a norte, sobretudo na Diáspora, enriquece e valoriza o nosso arquipélago, dada a sua centralidade Atlântica.

A nossa pertença à União Europeia e a assunção da ultraperiferia e do regionalismo como mais valias permitem-nos fazer parte de um projeto europeu que se concretiza em toda a sua plenitude na união assente em valores como a solidariedade, a cooperação, o multiculturalismo e o respeito pela diversidade.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: É esse projeto supranacional, com alicerces a nível local, que permite aos Açores fazerem parte de uma voz comunitária, seja junto do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão Europeia, sendo certo que o Governo Regional dos Açores pugnará sempre pela defesa dos interesses da Região, e em respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: A nossa ação para 2022 passará necessariamente por uma forte presença junto das instituições europeias e internacionais, mas também recebendo e concretizando eventos na Região. A semana que passou deixou-nos um bom exemplo do dinamismo que este Governo pretende incrementar nas nossas relações externas, com o excelente resultado obtido na reunião de encerramento da Presidência Açoriana da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas e com o debate promovido no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Pretendemos valorizar ações de cidadania europeia, que até ao momento se encontraram condicionadas ao nível dos encontros presenciais por força da pandemia, sendo nosso ensejo desenvolver iniciativas para os jovens Açorianos e repercutir nestes os valores de uma União Europeia democrática, solidária e unida na diversidade.

Faremos do Gabinete dos Açores em Bruxelas uma verdadeira ponte de interação com as organizações europeias e internacionais, existentes em Bruxelas, e as associações e organismos existentes na Região Autónoma dos Açores, seja do ponto vista social, económico e cultural.

A nossa missão continua a ser, pois, o reforço da presença dos Açores na Europa e nas comunidades atlânticas na ótica de reforço de redes de *networking* e de parcerias institucionais que dotem a Região Autónoma dos Açores de maior poder funcional, evidenciado pela nossa posição geopolítica e geoestratégica.

Concluindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Hoje, assinalamos um ano em funções. Restabelecer pontes de relacionamento institucional fora da Região é uma missão hercúlea e em tempo de pandemia. Mas fizemo-lo e acredito que com sucesso e continuaremos a fazê-lo, mesmo com menos recursos. Como disse em abril: fazer mais com menos. E estamos a fazer mais com menos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário Regional, falar de relações externas é, obviamente, também falar de credibilidade na representação externa que temos na nossa Região, e na capacidade que temos de ter, que os órgãos de governo próprio da Região têm de ter, para manter, e se possível, reforçar, aquela que foi a credibilidade externa que os órgãos de Governo próprio da nossa Região conseguiram construir e consolidar ao longo dos anos de autonomia democrática da nossa Região.

Aliás, são bastos os exemplos e as referências das mais altas instâncias europeias que sempre referenciaram os Açores como um bom exemplo de aplicação dos Fundos Comunitários.

Nesse âmbito, obviamente que os órgãos de governo próprio têm também a obrigação de, no âmbito dos processos de diálogo interno que promovem, no âmbito daquela que é definição das prioridades para o futuro, de garantir esse diálogo e dessa forma também contribuir para reforçar a nossa credibilidade externa.

Deputada Sandra Faria (PS): Mais do que devia!

O Orador: Desse ponto de vista eu tenho que lhe fazer uma pergunta, tendo em conta que V. Exa. tutela as relações externas e tem de ser, permita-me a expressão, o guardião dessa credibilidade externa e da consolidação da nossa credibilidade externa, tendo em conta que, como referiu o Sr. Secretário, faz hoje um ano que este Governo tomou posse e, de facto, tendo em conta aquilo

que se passou no processo, ainda não totalmente explicado, das Agendas Mobilizadoras, o Governo Regional dos Açores perdeu alguma credibilidade externa nas instâncias Europeias, tendo em conta o processo das Agendas Mobilizadoras.

E, nesse âmbito, e para que esses atropelos não se voltem a repetir, eu gostaria de lhe coloca a seguinte questão:

No dia 15 de novembro foi colocado em consulta pública, pelo Governo da República, o acordo de parceria com a União Europeia, que define a forma como serão aplicados os Fundos Comunitários 2021/2027.

Esse acordo de parceria define a repartição e a afetação dos 1140 milhões de euros que dizem respeito aos Açores, no âmbito da aplicação desses fundos.

Aquilo que nos parece fundamental é que o Governo explique ao Parlamento e explique também aos açorianos quais foram as entidades envolvidas na posição da Região no âmbito desse acordo de parceria, quais as entidades que participaram na construção desse acordo, em que momento é que foi promovido o debate público com os parceiros sociais, com os partido políticos, com o Conselho Económico e Social de forma a que a posição dos Açores nesse acordo de parceria, seja, de facto, uma posição consolidada, que envolva a forças vivas da Região Autónoma dos Açores, e para que não se repita o processo lamentável, ainda não explicado, das Agendas Mobilizadoras, que manchou, de morte, a credibilidade do Governo dos Açores,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... no âmbito das instâncias europeias.

Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo que o Partido Socialista, esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo... Sr. Subsecretário, tem a palavra. Faz favor.

(*) Subsecretário Regional da Presidência *(Pedro Faria e Castro)*: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, como o Sr. Deputado Berto Messias referiu, este ano foi um ano particularmente difícil, não em termos de resultados, mas em termos de vida comunitária na União Europeia.

Como disse na minha intervenção, é muito difícil, em tempo de pandemia, retomarmos uma vida normalizada, no que diz respeito a contactos que são, essencialmente, de natureza externa, mas fizemo-lo por isso.

Em relação à questão concreta que me põe sobre aquilo que o Governo dos Açores tem feito, no que diz respeito à sua relação com as instituições europeias, nomeadamente no que diz respeito à participação na política de coesão?

Como o Sr. Deputado deve ter ouvido, a Sra. Comissária Europeia da Coesão participou na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas e, na sua intervenção, ela demonstrou o seu agrado pela forma como as Regiões Ultraperiféricas,...

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

O Orador: ... e nomeadamente os Açores, têm participado na criação das políticas necessárias ao cumprimento dos objetivos,...

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima)*: Muito bem!

O Orador: ... não só da União Europeia, mas também das próprias Regiões Ultraperiféricas. Isso inclui obviamente aquilo que está inscrito no Programa do Governo da Região Autónoma dos Açores.

No que diz respeito concretamente à questão do Programa 2030,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a informação que temos é que o Governo da República aguarda as eleições para assinar o acordo de parceria.

Deputado Berto Messias (PS): Não foi isso que eu lhe perguntei!

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Subsecretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias falou, a propósito das Agendas, em falta de credibilidade perante a União Europeia.

A sua preocupação e aquela que é a nossa, nessa matéria, em primeiro lugar, é a falta do atingimento dos objetivos que estavam no PO 2020, em que a Região não os cumpriu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é essencial, desde logo, em matéria de convergência económica, em que o objetivo fixado é que no final do PO 2020, a Região estaria com um PIB per capita, entre os 80 e 85% da média europeia e estamos abaixo de 70%. Isto é que é a falta de credibilidade perante a União Europeia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... em função dos recursos, que foram afetos à Região. E é bom, recorde, que no âmbito das RUP, a região dos Açores, com 18% das verbas recebidas tenha apenas 5% da população. Ou seja, no conjunto das sete regiões ultraperiféricas, os Açores são a região mais beneficiada em termos de apoios per capita.

Isso traz-nos responsabilidades acrescidas do ponto de vista daquilo que é a convergência, que também é um objetivo do artigo 3.º, do Estatuto Político-Administrativo da Região, em que um dos objetivos é a convergência que o país e a União Europeia, nos últimos anos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... foram um grande fracasso e é fundamental que este Governo consiga inverter essa situação e já várias vezes afirmou que esse é um objetivo central.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também é falta de credibilidade, perante a União Europeia, o que se passou com a SATA, o inquérito e a inspeção às ajudas ilegais.

Essas, sim, são questões essenciais que o Sr. Deputado devia ter falado e não aquelas que falou, que é uma questão interna que estará resolvida brevemente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, para uma interpelação.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu vou fazer chegar à Mesa, para fazer chegar ao Sr. Subsecretário e também ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a página 182 do acordo de parceria, que começa no seu primeiro parágrafo, se me permitem que leia, por dizer,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se é para ler, não precisa fazer chegar!

A Oradora: ... “que o envolvimento das principais partes interessadas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se é para ler, não precisa fazer chegar!

Presidente: Sra. Deputada, faça um resumo, faça favor.

A Oradora: É só o primeiro parágrafo, Sr. Presidente.

É o ponto 7, página 182, que diz: “Envolvimento dos parceiros”.

“O envolvimento das principais partes interessadas e da sociedade civil na elaboração e acompanhamento do acordo de parceria e dos seus programas constitui um princípio que está firmado na regulamentação, na programação e na implementação dos fundos europeus.

O processo de preparação do Portugal 2030 mobilizou, desde o seu início...

Presidente: Sra. Deputada, nesse caso já não fará muito sentido entregar o documento.

A Oradora: ... um conjunto alargado de entidades, na esfera pública e privada”. Terminei.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora não precisa entregar o documento!

A Oradora: Vou entregar o documento.

Eu acabei de ler que o acordo de parceria implica o envolvimento de parceiros e auscultação da sociedade civil, coisa que nos Açores no aconteceu.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa distribuirá o documento pelas Sras. e Srs. Deputados e pelos Srs. Membros do Governo.

O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para participar no debate? Alerto que o Governo tem muito pouco tempo. Tem a palavra, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Neves (PAN): Muito pouco tempo para o Sr. Presidente, deve ser 5 segundos!

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

De facto, têm de ser breves as palavras, mas o conteúdo creio que é suficientemente clarificador.

A propósito do reconhecimento do prestígio deste Governo e da Região, na sua participação, ao longo deste ano, no que diz respeito ao papel e à intervenção das instituições europeias, foi reconhecido pelo Governo da República, a Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, que presidiu à reunião ministerial dos Assuntos Gerais, em Coimbra, no quadro da Presidência da União Europeia, e que fez um rasgado elogio à participação do Governo nestas matérias.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas de forma mais atualizada, ainda, a Sra. Comissária Europeia, Elisa Ferreira, em contacto direto comigo e com todos os Presidentes das

Regiões Ultraperiféricas, bem como novamente a Sra. Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, renovou exatamente o elogio e o prestígio com que a Região Autónoma dos Açores e este Governo tinha assumido a Presidência e, em todas as matérias, do que foi a conferência das RUPs.

Portanto, está esclarecido o Sr. Deputado Berto Messias relativamente a quem tinha o direito e o dever de fazer um juízo e fê-lo nestes termos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Sr. Presidente, para terminar, relativamente às preocupações quanto ao Acordo de parceria, é notícia (portanto, é público) que o Governo recusou assinar o Acordo de Parceria PT 2030, antes das eleições.

É este o estado da arte, definido pelo próprio Governo da República.

Ademais, surpreendido fiquei agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É que estamos a discutir o Plano e o Orçamento, e tive a oportunidade de dizer que o Partido Socialista, que se apresentava não num debate de mérito, mas sobretudo de um projeto, que não alternativo, mas reversivo. Está confirmado.

Nem uma única proposta de alteração a este Plano e Orçamento foi apresentada.

Estão vistos o crédito e a confiança que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista merece nessa matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Insistência num episódio, numa mentira! Caricato!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Governo Regional também esgotou o seu tempo para o debate.

O Sr. Deputado Berto Messias também se tinha inscrito.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo!

Presidente: Prescinde.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, para uma interpelação.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Quanto tempo dispunha, o Partido Socialista, quando o Sr. Presidente, resolveu intervir neste debate?

Presidente: Não dispunha de tempo, Sra. Deputada.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, o PSD ainda dispõe de tempo, se é isso que vai perguntar.

(Risos da Câmara)

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Vou mesmo fazer uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, para uma interpelação.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para pedir a V. Exa. que relembre quais os tempos que cada um tinha, para este debate, no início desta sessão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Eu tenho que responder à interpelação.

Sr. Deputado, então vamos recordar os tempos:

O Governo Regional e o PS tinham 235 minutos, estão ambos esgotados;

O PSD de 190 minutos, ainda tem tempo;

O CDS de 36 minutos, já esgotou o seu tempo;

Deputado Francisco César (PS): Ou seja, os senhores é que não quiseram pedir esclarecimentos a ninguém!

Presidente: O Bloco de Esquerda tinha 24 minutos, esgotou o seu tempo;

O PPM 24 minutos e creio que restam ainda uns segundinhos,

O Chega tinha 15 minutos, e tem 15 minutos;

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Nem abriu a boca!

Presidente: A Iniciativa Liberal tinha 15 minutos e ainda possui tempo;

O PAN tinha 15 minutos e esgotou o seu tempo;

E o Sr. Deputado Independente tinha 8 minutos e esgotou o seu tempo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não sabem gerir o tempo, como é que querem gerir uma região?

Presidente: O Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para participar no debate. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, eu peço que aguarde um bocadinho...

Deputado Berto Messias (PS): Eu espero!

Presidente: Pode ser depois?

Deputado Berto Messias (PS): Pode!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O PSD ainda tem tempo!

O Orador: Ah, mas não vai precisar! Isto é uma intervenção muito rápida, Sr. Vice-Presidente.

É uma intervenção no sentido de lembrar à câmara, em jeito de resumo, já que me resta estes 4 minutos, mais os 7 que vou daqui a pouco ali à tribuna, de que quando tivermos oportunidade de discutir pescas, os assuntos do mar, economia azul, discutimos o Chega.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*) O senhor não discutiu nem uma coisa, nem outra!

O Orador: Pois não, eu não dou palco a quem não precisa. Tem vantagens! Agora, quando devíamos estar discutindo política externa, cooperação, União Europeia, voltámos à mesma cantilena das palavras que ouvimos ao longo dos últimos três dias: Agendas Mobilizadoras, Agendas Mobilizadoras, Agendas Mobilizadoras!

Deputado Berto Messias (*PS*): Um balão de oxigénio!

O Orador: Foi um balãozinho de oxigénio!

De facto, não podemos correr o risco de governar esta região nos próximos anos com erros de falta de diálogo que nos levem a situações tão parecidas, sequer, com aquele que foi o desastre com as Agendas Mobilizadoras, ou com o processo de debate anterior às Agendas Mobilizadoras, que acabou com as Agendas Mobilizadoras metidas na gaveta, ou, como disse o Sr. Presidente do Governo, dar de novo.

Portanto, aquilo que nós devemos daqui para a frente aprender com esses processos, é que temos de dialogar mais, conversar mais uns com os outros, com os partidos políticos, com os parceiros sociais, sem dar grande importância às corporações, porque essas têm sempre os seus interesses também.

Nós é que somos os representantes, os verdadeiros representantes do povo açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os outros andam ali, alguns gerindo mais os seus interesses, do que os interesses do povo dos Açores. Mas há uma coisa, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que vai ser fundamental, nos próximos anos, o senhor prevenir. É que ou compra cronómetros, ou dá algumas indicações aos serviços que forneçam aos Srs. Deputados cursos de utilização do Excel, para ver se nós chegamos aqui ao fim do dia e, quando precisamos de discutir algumas coisas que são precisas serem discutidas, já não temos tempo para as discutir e depois queixamo-nos da falta de tempo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): O Governo é fácil de gerir o tempo, não responde. Quantas respostas o Sr. Secretário das Pescas deu? Nenhuma!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, ao Sr. Presidente, naturalmente.

Para solicitar a V. Exa. que possa, quando for oportuno, extrair o Diário das Sessões deste debate, onde se comprovará que nem o Sr. Subsecretário Regional, nem o Sr. Presidente, responderam à questão que eu coloquei.

Eu não perguntei sobre a assinatura do acordo de parceria. Eu perguntei sobre a inexistência de diálogo social que precede a definição da posição dos Açores, na repartição e distribuição de 1.140 milhões de euros.

Nem o Sr. Subsecretário, nem o Sr. Presidente, responderam à minha questão, porque (conclusão) não existiu qualquer diálogo social no âmbito dessa definição.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Está registada a sua interpelação e será distribuído assim que o diário estiver pronto.

Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Neves, para uma interpelação. Faz favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo.

Só para informar o Sr. Presidente, porque nós estamos com problemas de email, e isto acontece desde as 11 da manhã, que, ao contrário do PS (e para o Sr. Presidente do Governo não ficar apoucado, e dentro da minha humildade democrática), dado o PS não ter metido alterações, não faz mal. O PAN meteu 32 propostas de alteração, por isso vamos ter alguma coisa extensível durante a especialidade.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vais votar contra?

Deputada Ana Luís (PS): Como é que é? “É preso por ter cão e preso por não ter!”

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço a informação. Elas, de facto, já entraram, e estão a ser analisadas para serem distribuídas.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos por agora e regressamos às 17 horas para as intervenções finais, conforme acordado na Conferência de Líderes. Até já.

Eram 16 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos entrar na fase final deste debate, ou seja, a fase do seu encerramento com as intervenções finais.

Eram 17 horas e 04 minutos.

Os tempos definidos para essas intervenções finais, pela Conferência de Líderes, são os seguintes, e passo a informar:

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos cada, o PSD de 20 minutos, o CDS-PP de 12 minutos, o Bloco e o PPM de 10 minutos cada, as Representações Parlamentares do Chega, da Iniciativa Liberal e do PAN de 7 minutos cada.

Vamos então dar início às intervenções. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN. Faz favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

O PAN entende, e sempre disse, que as legislaturas, salvo em situações excepcionais, são para cumprir. Desde que a transparência, seriedade e competência sejam características basilares de um Governo.

Sabemos a importância destes instrumentos para a ação governativa, porém, note-se bem, existe uma maioria formal firmada nesta Assembleia a quem compete sustentar o Governo e no final do ciclo prestar contas aos eleitores, que a julgará pelo voto nas urnas.

Apesar da perda de confiança resultante do triste episódio das Agendas Mobilizadoras, onde não houve ainda consequências políticas, o que está hoje em causa é um Plano e Orçamento que também não merece a nossa aprovação. Não merece porque, num ambiente tão austero e de enorme incerteza, com o eventual recrudescimento da Covid 19, a crise das matérias-primas, combustíveis e energia, deveria imperar ainda mais a racionalidade económica nas opções políticas que, sendo lícitas, mais não são que uma distribuição *a la carte* de verbas improdutivas para agradar, dentro, aos partidos que sustentam o Governo e, lá fora, além-mar, aos gregos.

Resta saber se a grande e única oportunidade decorrente do Plano de Recuperação e Resiliência, mesmo aplicado com transparência, trará os seus frutos ou não passará de uma fútil operação de cosmética no pitoresco cenário açoriano, que se desbotará em pouco tempo, isto porque estará sempre condicionada pela boa execução num espaço temporal muito, muito curto.

Foi demonstrado neste Orçamento que, ao contrário de todas as nações neste momento, não deram importância acrescida aos pilares de qualquer sociedade, como a educação e Saúde, e que seria expectável um investimento robusto no desenvolvimento das pessoas, ainda para mais numa região com uma taxa recorde de risco de pobreza e exclusão social e, pelo coeficiente de Gini, de 2017 para 2018, passámos dos 31,9 para os 37,6% no fosso da distribuição de riqueza entre os ricos e os pobres, números estes antes da pandemia.

Como podemos mudar pensamentos quando a Tutela da Agricultura tem mais investimento do que a combinação da tutela da Educação, da Saúde, do Desporto, da Proteção Civil, da Cultura, da Ciência e da Transição Digital? Resultados diferentes não resultam de atitudes iguais.

Para a coligação, albergar as vontades das incidências foi um exercício de adição de todos os medos.

Descobriu-se que, por mais retórica ou argumentos intrincados neste plenário (menos as pescas!), por mais estudo e investigação dos documentos em

apreciação, que divide e separa esta Casa entre os procrastinadores e de quem trabalha tecnicamente a fundo, bastávamos estar quedos e calados como o Chega, sem o uso da palavra durante esta sessão plenária, sem ter falado ou feito o seu trabalho de casa, e vestir a indumentária de magnânimo Imperador, onde nos resta olhar para o seu polegar direcionado para o Sr. Presidente do Governo, esperando se o seu gesto seria *Verso Pollice* ou *Pollice Verso*.

Se só esta imagem que descrevi não humilha os políticos, jornalistas e os açorianos lá fora, a lembrança da conferência de imprensa na passada sexta-feira somará para a pérfida e perfeita humilhação, onde o Estatuto Político Administrativo dos Açores, a defesa dos nossos jornalistas para não serem pressionados por um político ou o direito do cidadão a ser realmente informado, foram jogados ao lixo.

Se mesmo assim ainda há quem tenha dúvidas de como se humilha um Governo e uma Assembleia Regional, faço uma última adição de uma personagem para esta tragédia, a do Rei Imperador Chegano, que em terras continentais sem jurisdição territorial, esmagou a pequena réstia do orgulho açoriano.

Como pode esta coligação usar de forma repetida o argumento de que quem vota contra não está a favor dos açorianos, quando preferiu estar “em paz sujeitos”?

Como pode esta coligação falar de responsabilidade governativa quando falharam para com os açorianos nas Agendas Mobilizadoras e agora neste Orçamento que, na tentativa de agradar a gregos numa subjugação humilhante, ficou com o papel dos troianos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como pode esta Coligação repetir que quem não é a favor...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: ... está de costas voltadas,..

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade!

O Orador: ... quando nesta Odisseia foi aceite o presente grego e o cavalo de Tróia já passou as portas da cidade e tomou de assalto este Governo?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal. Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Nuno Barata (IL): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A alteração do paradigma não pode ser apenas uma parangona, um discurso, uma narrativa, tem que ser uma realidade concretizada.

Começemos, então, pela análise daquilo que debatemos estes dias.

O documento que nos foi presente não assenta nessa alteração de paradigma, bem pelo contrário, além da rigidez de regulamentação que obviamente também carece de ser cumprida, mas que também carece de ser alterada, convenhamos, é ponderoso mudar a forma de planear o investimento e a orçamentação na Região Autónoma dos Açores nos próximos anos.

O Plano aqui apresentado, à semelhança dos Planos dos Governos anteriores encerra uma panóplia de medidas que não podem nem devem ser consideradas investimento, mas sim, única e simplesmente, despesa corrente.

Essa realidade factual decorre da transferência para entidades externas da prestação de serviços e fornecimento de bens que são da esfera do Estado, neste caso da Região, mas na prática não são prestados ou fornecidos pelo mesmo, pela mesma. O facto de muitas das funções sociais, por exemplo, serem garantidas por entidades externas, sejam elas IPSS, COOPERATIVAS, Associações ou empresas em regime de *outsourcing*, não pode alterar a sua classificação pois na verdade não passam de despesa corrente. Na verdade, se essas entidades não prestassem esses serviços aos cidadãos eles teriam que ser prestados pelos serviços da administração pública regional e, por isso, seriam despesas de funcionamento apenas.

Em alguns casos pode até ser por uma questão de eficiência e eficácia e isso nós somos os primeiros a reconhecer que é necessário garantir, nós somos aquela força política que defende que os privados são quase sempre mais eficazes e mais eficientes do que alguns serviços do Estado/Região, mas isso não deve ser considerado investimento, mas sim despesa corrente.

Se deste Plano subtraímos grande parte desses contratos-programa, protocolos de cooperação e outras formas de garantir transferências de verbas para a aquisição de serviços, ele fica reduzido a muito pouco e essa é uma realidade incontornável.

Nesta governação e nos documentos que hoje discutimos, Plano para 2022 e sobretudo no orçamento que será executado ao longo do próximo ano, a Iniciativa Liberal estará sempre a favor de todos os investimentos que sejam criteriosos, racionais, justos e sustentáveis, mas estaremos contra qualquer ação que vise apenas garantir clientelas eleitorais, adicionar estruturas de poder e engordar o estado/região em prol só de uns poucos e pago por todos os demais. Foi assim que nos apresentamos ao eleitorado e não o cumprirmos seria trair esse mesmo eleitorado ... também nisso ousamos a utopia em confronto com a distopia.

A Iniciativa Liberal tem uma visão diferente para a política regional, na esteira do pensamento liberal do estado de direito e da separação de poderes, dos direitos liberdades e garantias, mas também no sentido mais contemporâneo do liberalismo económico que nos permite empreender, criar emprego, criar riqueza e assim construirmos um futuro de liberdade e crescimento económico capaz de fazer face aos anseios das populações e garantir recursos para prosseguirmos e perseguirmos as metas da sustentabilidade social e ambiental, no quadro das nossas obrigações internacionais e até para com a humanidade, mas sobretudo temos de olhar às nossas obrigações “inter-geracionais”.

Não temos o direito de hipotecar hoje o futuro das gerações que hão de vir.

Esta alteração de paradigma que deverá mudar também a forma de planear e a maneira de orçamentar é fundamental para que num futuro próximo, num orçamento e num plano de 2023, possamos estar aqui a discutir, de facto, um Plano de investimentos e não um Plano para o qual se transporta a despesa corrente. Isso são habilidades que se fazem do ponto de vista contabilístico, para dar a ideia às empresas, às famílias e aos cidadãos de que há aqui um investimento enorme, mas de facto aqui não há um investimento que se possa assumir como tal, como verdadeiro investimento.

Esta forma de fazer transmitir a ideia de que é preciso endividar a região para investir, se assim fosse não vinha qualquer mal ao mundo, o problema é a região endividar-se para suportar despesa corrente encapotada de despesa de capital e despesa de capital que traz mais peso à economia do que retorno futuro.

É imperioso a Região travar este caminho de endividamento permanente sem retorno e é só olhar para o documento para perceber onde é que o dinheiro se vai.... E não vai propriamente para investimento reprodutivo.

Passo a passo, de discurso em discurso vamos deixando os nossos alertas. A grande prioridade da Iniciativa Liberal (IL) é um orçamento que gaste menos do que os dois anos anteriores. Isto é, poupar tal como se faz nas nossas famílias e como se faz nas nossas empresas. Não constituir dívida futura é o melhor investimento que podemos fazer para as gerações que hão de vir.

A dívida da Região tem condições para ser travada, é preciso é que a maioria do Governo tenha coragem para travar os investimentos onde eles têm de ser travados, para escolher os investimentos certos a fazer.

Se a dívida da Região tivesse crescido como a dívida de muitas empresas que estão permanentemente a investir, a fazer investimento com retorno, isso não seria perigoso, nem grave. Grave é que muito do investimento feito foi transformado em peso para a nossa parca economia destas ilhas e se, em alguns casos até garantiu algum bem-estar social e coesão económica entre os Açorianos, na verdade não conseguiu travar a espiral de empobrecimento e de

perda de rendimento das empresas e das famílias, esse é que é o resultado desastroso do galopante endividamento da Região nos últimos anos. Não podemos continuar assim.

Cada euro de dívida contraída, corresponde a um euro que terá de ser arrecadado em impostos, no futuro, acrescido dos respetivos juros (que se forem ao preço dos juros que o Governo agora vai pagar à EDA torna-se num descalabro). Hoje, os custos com o serviço da dívida, vulgarmente chamado de juros, custa-nos tanto quanto é gasto com um serviço tão fundamental como assegurar a mobilidade dos Açorianos.

Desenvolver uma economia, ou simplesmente dar-lhe ânimo momentâneo é a diferença.

Se baseamos a nossa economia naquilo que todos conseguem ver no imediato e que assente em obras públicas que apenas criam emprego enquanto decorrem, mas que depois passam a constituir peso para a despesa da região, estamos apenas a dar-lhe ânimo, a essa economia. Essa é a parte fácil, mas isso não é desenvolver a economia desta Região, é hipotecar o futuro das gerações que irão pagar a custo todas as dívidas agora contraídas.

A anteposta de Plano remetida aos parceiros sociais, por este Governo Regional, previa um endividamento da Região de mais cerca de 295 milhões de euros, não era aceitável. Dissemo-lo a seu tempo.

Na apresentação da proposta que hoje acabamos de discutir esse valor foi reduzido para 170 milhões de euros, dizem que por imposição de Bruxelas. Bruxelas é “saco de boxe”. É preciso, sempre, arranjar um “bode expiatório”. Dissemos que estavam no bom caminho, mas que ainda seria necessário fazer um esforço adicional na ordem dos 15 a 20 milhões de euros. “Água mole em pedra dura (diz o Povo do alto da sua sabedoria) tanto bate até que fura”.

Hoje, a maioria parlamentar que suporta o Governo apresentou uma proposta que reduz o valor do endividamento para 152 milhões de euros. Reduz mais 18 milhões de euros, as necessidades de financiamento da Região Autónoma dos Açores.

Assim, relativamente à anteproposta, cada açoriano viu reduzidas as suas responsabilidades futuras sobre o endividamento da Região em 646€, menos 1789€ de endividamento em cada agregado familiar da Região Autónoma dos Açores.

É assim que fazemos a diferença!

Disse...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do Chega.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Como já havia dito e volto a repetir, cada coisa tem o seu tempo, o seu espaço e o momento próprio. Tal como é dito, o tempo é bom conselheiro, um espaço para ouvir, perceber e tomar as decisões mais assertivas. A este tempo, junta-se a paciência e a devida ignorância às provocações, as tais que só provam que não estamos todos ao mesmo nível, nem preparados para esta tarefa.

Estes momentos de silêncio da minha parte, agora revelam-se e explicam-se pela auscultação dos muitos argumentos, pela decisão mais acertada, porque aqui em causa está a vida dos açorianos, e não apenas argumentos políticos que podem ser válidos ou não.

Quando tenho o humilde poder de decidir como gerir este tempo, irei usar na defesa do meu Povo e somente para ele. Esta é a minha missão! Uma responsabilidade só minha e de mais ninguém e que me foi dada através do voto nas urnas.

Deputado Carlos Furtado (Independente): Ou não!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A democracia pode também ser uma vivência. Corrijo, deve ser uma vivência, uma caminhada e até uma aprendizagem. A democracia vive do diálogo, da luta, da discussão, mas, essencialmente, do consenso.

A democracia não é, nem nunca será perfeita, mas tem de ser uma constante ponte para o entendimento e jamais uma muralha que separe este diálogo, porque se isto acontecer, serão aqueles que servimos os mais prejudicados.

Apesar do dinamismo que deve haver no processo democrático, é sempre fundamental ter em conta uma das mais importantes palavras em democracia: Estabilidade. Outras existem como o respeito, o equilíbrio, a decência, a verdade e outras tantas que nos devem acompanhar ao longo do caminho seja ele pessoal, profissional ou político.

Nenhuma democracia, sociedade, sistema político, sobrevive sem esta dita estabilidade, sem que haja equilíbrios, através do diálogo dos imperfeitos seres humanos que somos todos nós.

Combater a arrogância e promover a humildade é a nossa missão. O processo democrático tem de ser assim para contrariar o passado recente. Quem não o entende assim, deve dizê-lo imediatamente de viva voz.

Não quero caminhar para uma sociedade em que um animal ganhe mais direitos que um ser humano.

Não quero viver numa sociedade em que o combate à pobreza seja apenas e somente a sua manutenção. O combate à pobreza não se pode fazer enquanto existirem partidos como a descrédita extrema esquerda destruidora, que usa e abusa da fraqueza das pessoas sob o manto da caridade política ou da defesa dos mais fracos. Basta olhar para a nossa sociedade e ver aonde esta política nos levou nas últimas décadas: cavou-se um enorme fosso entre os que tudo recebem e os que apenas pagam.

Há que mudar este paradigma. Não podem os açorianos continuar a pagar, e muito, por aqueles que nada querem fazer, mas que souberam aproveitar cada buraco da lei de um sistema corrupto e podre. Há que parar com esta injustiça que retira toda a dignidade humana e que, de igual modo, ao querer dar tudo a

todos, retira a quem realmente mais precisa. É precisamente este erro e logro social que temos de denunciar todos os dias.

Se não travarmos este caminho iremos, muito em breve, ter de importar trabalhadores, importar novos pobres, que a seu tempo se irão encaixar neste sistema completamente invertido ou pervertido. Aqui fica o alerta para memória futura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dos muitos desafios que, diariamente, vamos enfrentando há um que começa a ser incontornável: o despovoamento destas belas ilhas.

Neste sentido, apresentamos uma proposta de incentivo à natalidade e de combate ao despovoamento dos Açores, dirigida às famílias que desejem ter mais filhos e que não têm apoios sociais, sejam de que patamar social forem e que se irá traduzir num apoio de até 1500 euros por cada nascimento, com especial foco nas zonas mais despovoadas.

É certo que esta proposta terá de ser regulamentada e desenvolvida de forma justa e equitativa para que se promova o equilíbrio social. Tudo o resto que possam dizer sobre isto é mero ruído ou puro despeito.

Trata-se de um apoio que ainda que seja financeiramente curto, é já um início e por algum lado teríamos de começar. Esta é uma das medidas do programa eleitoral do CHEGA Açores que submetemos a votos em 2020. Não poderia, nem seria aceitável negar tal facto neste momento.

O CHEGA também apresenta outra proposta que irá dotar quatro das nossas Corporações de Bombeiros dos Açores com alguns equipamentos há muito desejados.

A saber: uma viatura de combate a incêndios para as Corporações de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta e uma viatura de Pronto Socorro para a Corporação da Povoação. Trata-se de uma proposta que supera o meio milhão de euros.

O CHEGA não esqueceu as restantes corporações dos Açores, mas havemos de chegar a todos. Tudo a seu tempo.

Não posso deixar de realçar o importante papel do CHEGA nesta Assembleia. Um papel democrático que, perante a pluralidade, nos obriga a um diálogo constante. Diálogo esse que nunca poderá ser encarado como negativo, ou para servir como arma de arremesso por outras forças partidárias.

Deputado Francisco César (PS): Afinal...

O Orador: Saber dialogar é saber usar a democracia em proveito de todos os açorianos.

Devo ainda dizer àqueles que acham que o CHEGA corre algum risco de sobrevivência, que analisem melhor: pois o CHEGA, no seu pior resultado, fruto de constantes boicotes e de tanta trapalhada sortida, conseguiu o suficiente que daria para eleger, pelo menos, um deputado para esta Assembleia Regional.

Por outro lado, quem achar que de alguma forma teríamos algum medo de ir a eleições, até mesmo que eu possa ter este medo, então a estes digo, esperem mais dois meses que veremos qual o resultado e quantos seriam os deputados eleitos pelo CHEGA para este Parlamento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O tempo costuma dar razão a quem a tem.

Gostaria de agradecer ainda a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, fizeram campanha pelo CHEGA estes dias. É assim mesmo, todos juntos chegaremos lá, pelo menos o CHEGA irá chegar. Só espero que no futuro não me venham pedir algum emprego para amigos porque isto eu não tenho para dar, nem dou.

Finalmente uma palavra de apreço a todos os que trabalharam com o CHEGA neste processo democrático, especialmente ao Sr. Presidente do Governo Regional, pela abertura e capacidade de diálogo para chegarmos a uma

solução positiva que seja a favor dos Açores e dos Açorianos. Entre vários avanços e recuos nunca baixamos os braços, Sr. Presidente, nunca desistimos de dialogar.

O CHEGA não fez chantagem, como alguns quiseram fazer crer e outros até a fizeram. O que aconteceu neste processo foi um abrir de portas e derrubar os muros que muitos querem continuar a levantar. O aceitar das nossas visões é um sinal claro de democracia e respeito por um parceiro necessário à estabilidade governativa.

Jamais seria razoável sair deste processo com uma mão cheia de nada e outra com coisa nenhuma. Não é este o ADN do CHEGA, não é para isto que cá estamos.

O Orçamento para 2022 é um documento fundamental para a vida de todos nós e não o poderíamos encarar de ânimo leve. Mas a vida dos açorianos não se encerra aqui e, neste sentido, o diálogo irá muito mais além do orçamento regional. Com satisfação, percebemos que do outro lado aceitaram tal facto.

Termino, Sr. Presidente, relembramos mais uma vez que isto não é um cheque em branco nem será mais uma oportunidade que se seguiria de outra, isto não voltará a acontecer garantidamente porque estaremos demasiado atentos. Se há partido que nada tem a perder é o CHEGA, que fique bem claro.

O respeito que exigimos foi alcançado e com humildade o agradecemos e retribuímos.

Por tudo isso que acabei de explicar, e com o respeito que todos me merecem, a começar pelos açorianos, visto ter o Governo dos Açores aceitado democraticamente as condições estabelecidas pelo CHEGA no processo negocial em curso, o CHEGA irá votar favoravelmente o Plano e Orçamento dos Açores para 2022 a bem da estabilidade, do meu Povo, da minha Terra e por todos os que votaram no CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

Termina hoje a discussão do Orçamento para 2022. O PPM, assim como a generalidade dos partidos representados neste Parlamento, participou no debate. Expôs as suas ideias. Os seus projetos. As justas expectativas dos que representa neste templo da democracia.

O PPM participou neste debate com o espírito construtivo que nos caracteriza. Com o alto sentido de responsabilidade que as funções que exercemos, em representação do Povo dos Açores, exigem.

Queremos ser – e somos! – um referencial de estabilidade política nos Açores. Queremos ser – e somos! – uma referência de abertura ao diálogo político nos Açores.

Nós não temos inimigos. Temos adversários políticos. Adversários que respeitamos. As diferenças políticas e de projeto são o sal da democracia. As opiniões diferentes não devem ser diabolizadas. Devem ser, pelo contrário, estimuladas. A grande vantagem da democracia é a livre discussão de projetos diferentes. Miguel Unamuno disse um dia que “a liberdade é um bem comum e que se todos não desfrutam dela, não serão livres nem mesmo os que se julgam livres”. É nisto que eu acredito profundamente.

Nesta linha de pensamento, permitam-me que faça aqui uma referência ao maior partido da oposição e ao maior grupo parlamentar presente neste hemiciclo: o Partido Socialista.

Fui, durante mais de duas décadas, um duro e persistente adversário político do PS/Açores. Para mim nunca estive em causa o ideário do Partido Socialista, mas sim os efeitos perniciosos da hegemonia política esmagadora de um só partido, em todas as áreas da nossa sociedade e durante tanto tempo. Assisti, nesta mesma câmara, ano após ano, ao empenho dos sucessivos presidentes socialistas do Governo Regional para manter os vários partidos de

oposição enfraquecidos, em especial o maior partido da oposição. O ataque cerrado à oposição, em especial ao PSD, tornou-se uma forma ritualizada de abrir os discursos referentes à discussão dos sucessivos planos e orçamentos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): É verdade!

O Orador: Manter no chão os seus oponentes políticos foi sempre o propósito deliberado das maiorias absolutas do PS.

O PS tornou-se, assim, uma esmagadora máquina de ganhar eleições. Ganhou todas as eleições, mas perdeu a batalha do desenvolvimento dos Açores apesar de ter recebido um gigantesco pacote de apoios da União Europeia. Vinte e quatro anos depois, o PS abandonou, finalmente, o poder e deixou os Açores com pavorosas desigualdades sociais, uma percentagem enorme da nossa população submetida a condições ultrajantes de pobreza e com resultados educativos que nos colocam na cauda do país e da Europa.

Meus senhores!

É por isso que queremos fazer diferente. Não queremos um PS enfraquecido e fragmentado. Não queremos um PS ostracizado e ausente da primeira linha da responsabilidade política. Aprendi que um Governo competente necessita de uma oposição forte. Para debater ideias. Para competir nos projetos. Para corrigir erros.

Quanto maior for a exigência e o escrutínio político e social, melhor será o nosso Governo. É este o desafio que nos propomos enfrentar. Superar, no plano das ideias, dos projetos e das concretizações, um grande Partido Socialista.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*) e **Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (*Duarte Freitas*): É verdade!

O Orador: Muitos não concordam, eu sei, com esta perspetiva. Achrom temerário enfrentar um gigante quase intacto. Alguém que nos pode derrubar à primeira distração. Eu sei que é um jogo perigoso.

A deputada Ana Luís,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... diria certamente, nesta fase do discurso, se tivesse essa oportunidade regimental, aquilo que já me disse uma vez, e que eu não esqueci: que eu não sou nenhum santo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

É verdade. Mas deixe-me responder-lhe como alguém já o fez anteriormente: “a única diferença entre um santo e um pecador é que cada santo tem um passado e cada pecador um futuro”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deixem-me, no entanto, persistir no argumento. Só é possível crescer e só vale a pena superar adversários que nos exigem um esforço de superação constante. Queremos ganhar uma corrida onde estejam os melhores e na sua melhor forma. Só assim será possível ganhar a batalha que temos de enfrentar. Precisamos de vencer a pobreza e as profundas desigualdades sociais que afligem a nossa sociedade. Esta tem de ser a mãe de todas as batalhas e a vitória tem de ser nossa.

Mas, meus senhores, neste debate não esteve o melhor PS. O grande partido da oposição que os Açores necessitam.

O PS que aqui esteve sentado estes dias anunciou a sua capitulação a semana passada. Disse que votava contra este Orçamento antes de o discutir. Antes de apresentar as suas propostas. Antes de tentar convencer a maioria dos deputados desta câmara que o seu projeto é melhor que o do Governo

Regional. Tudo isto num Parlamento em que não existe a guarda pretoriana infalível de uma maioria absoluta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O PS tinha a obrigação de apresentar aqui, neste debate, uma alternativa aos açorianos. O povo atribuiu-lhe 25 deputados. Uma responsabilidade enorme, que não foi, na minha perspetiva, devidamente honrada.

O que é que o PS fez? O mesmo que o Bloco de Esquerda. Dizer mal de tudo e de todos. No fundo o BE e este PS ainda não se libertaram da arcaica técnica das cantigas de escárnio e maldizer. O que o PS disse foi mais ou menos isto, que foi escrito há quase mil anos:

“Dona feia, eu nunca vos louvei

Em meu trovar, mas muito já trovei;

Entretanto, farei agora um bom cantar

em que vos louvarei todavia:

e vos direi como louvarei:

dona feia, velha e maluca!”

Se repararem bem, não foi muito mais que isto que os socialistas disseram. Mas então as esperanças do PS estavam inteiramente depositadas no efeito abrasivo das velhas cantigas de escárnio e maldizer? Não! Encomendou o seu destino, veja-se lá, a uma voz do além: André Ventura.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Esperou que André Ventura fizesse por ele o que ele não teve engenho e arte para fazer: derrubar o Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Como é que acabou tudo? Logicamente, os outros não quiseram fazer o que competia ao PS fazer. Foi a derrota da lei do menor esforço.

Meus senhores!

O argumento é este: o PS tinha o dever de afirmar neste Parlamento uma alternativa política. Uma alternativa de projeto. Não se pode implorar uma crise política no momento em que se enfrenta uma nova vaga pandémica e uma situação económica internacional cada vez mais instável, quando só temos para oferecer “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O Plano e Orçamento que vamos votar materializam uma estratégia clara. Queremos cobrar menos impostos. A curto prazo e médio prazo isso provocará o aumento das receitas da Região, aumento esse que resultará do crescimento da atividade económica, assim se espera. O BE diz que isto é um paradoxo. Deixem-me socorrer novamente de Unamuno nesta matéria. “O que é um paradoxo? É (responde o mestre) uma palavra que os tolos inventaram para a aplicar em tudo o que ouvem pela primeira vez.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e de alguns Membros do Governo)

Para Adão, tudo seria um paradoxo”.

Este Orçamento contempla o maior esforço feito nas últimas décadas para integrar docentes nos quadros, garantindo assim, neste momento crítico em que faltam professores, a sua plena integração no nosso sistema educativo. É evidente que isto nada representa para o Deputado Rodolfo Franca, que acaba de acordar de um episódio amnésico – do ponto de vista político – que lhe apagou qualquer recordação traumática, relacionada com sistema educativo regional, anterior a outubro de 2020. O resultado de tudo isto é que não se lembra de quase nada.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD)

Este é também o Orçamento da Tarifa Açores que permite que todos os açorianos se possam abraçar-se com a frequência com que o devem fazer os irmãos que integram a grande família que somos todos nós.

Este é também o Orçamento das creches gratuitas para as famílias açorianas. Do aumento do complemento regional de pensões. Do aumento das diárias aos doentes deslocados e aos seus acompanhantes. Do aumento do complemento ao abono de família. Do aumento das remunerações complementares. Do grande aumento do apoio destinado às nossas IPSS's.

Este é também o Orçamento que incrementa os apoios às nossas empresas, agricultores e pescadores.

Meus senhores!

É impossível prever o futuro. Não sabemos, verdadeiramente, o que o futuro nos reserva. Eu tenho, confesso, um pequeno truque, no qual estou viciado, para tentar perceber o que aí vem. Costuma ser o contrário do que o Sr. Deputado Francisco César profetiza.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD)

Ele e o célebre homem de Trancoso têm uma média de acertos muito semelhante.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e de alguns Membros do Governo)

Mas o que importa verdadeiramente não é a pandemia que não é possível prever ou a catástrofe natural que o futuro nos reserva. Não vale a pena perder tempo a pensar no que não podemos antecipar ou controlar. Importa, isso sim, fazer o que está ao nosso alcance.

E o Governo Regional e a nossa sociedade podem fazer muito. Temos de agarrar o próximo ano com o sentido de urgência que estes tempos exigem.

As nossas escolas e hospitais têm de funcionar a todo o gás. O Plano de Recuperação e Resiliência é a última oportunidade desta geração. Não nos é permitido falhar e não vamos falhar.

No que me diz respeito serei intolerante com os atrasos, a inação e as desculpas. Vamos ao trabalho! Todos os dias são dias. Já se aprendeu o suficiente. Aliás, como bem disse Bismark, “os tolos dizem que aprendem com os seus próprios erros. Eu prefiro aprender com os erros dos outros”.

(Risos de alguns Deputados das bancadas e de alguns Membros do Governo)

Os que quiserem aprender têm à sua frente 24 anos de aprendizagem para rever.

Vamos a isso! Vamos mudar os Açores com a energia que tem de brotar da inquietude de quem não aceita que a pobreza é invencível e perene. Não é! Não tem de ser! Não será!

Vivam os Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, pelo Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde a sua formação que este Governo Regional mostrou que não tem um projeto para os Açores.

Este Governo não passa de uma manta de retalhos que se debate contra si mesma para se manter no poder a todo o custo.

Um Governo que aceita que a Autonomia seja espezinhada de forma grotesca por um dos partidos que no Parlamento o sustenta.

O PSD, partido fundador da Autonomia, pela mão do atual Presidente do Governo, escreve uma página negra da nossa história ao aceitar a chantagem do Chega,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Outra vez?

O Orador: ... partido que fere a Autonomia e os valores centrais da democracia.

Por isso tem de esclarecer aos açorianos e açorianas se aceita que André Ventura continue a maltratar a Autonomia e a impor as suas vontades ao Governo dos Açores.

Ficamos também hoje a saber que o PSD e a coligação criarão um apoio à natalidade que exclui quem recebe apoios sociais, os mais pobres.

Ficamos a saber que este Governo será remodelado por exigência do Chega.

Ficamos a saber também que a SATA Internacional é para encerrar como exigiu o a extrema-direita que o PSD e a coligação colocaram no poder.

A direita proclamatória de elevados valores morais, vira as costas aos mais altos valores republicanos e democráticos para se manter no Governo.

Tem o Governo Regional a coragem de assumir o que negociou, nas sombras, esta semana?

Se o Senhor Presidente do Governo não responder hoje, a vida encarregar-se-á de o fazer, mais cedo ou mais tarde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dois grandes problemas assolam a nossa Região nos tempos que correm. Problemas que exigem um trabalho sério de combate.

Falamos da pobreza e do despovoamento.

Assistimos à constante emigração de açorianos para outras paragens, incluindo os jovens mais qualificados.

Esta debandada tem um motivo: a economia está afunilada em sectores tradicionais, a que se acrescenta o turismo. Estes são incapazes de atrair

novas áreas de conhecimento e produção que tenham maior valor acrescentado e ofereçam novas oportunidades e maior rendibilidade.

Agrava este contexto o facto de o sector público ser cada vez menos atrativo nas condições que oferece aos jovens.

Para além de não termos resposta para os sectores mais qualificados, aos trabalhadores no ativo as condições oferecidas são baixos salários e alta precariedade.

Esta situação traduz-se na maior taxa de risco de pobreza do país – cerca de $\frac{1}{3}$ da população – e paralelamente na mais desigual distribuição da riqueza gerada.

O Governo não quer encontrar soluções porque, na esteira do Governo anterior, é subserviente a uma pequena, mas poderosa elite económica que absorve o grosso dos recursos públicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A direita, que tanto fala do exemplo dos Estados Unidos para tudo e mais alguma coisa, uma vez na vida, siga o exemplo do que este país fez de positivo.

O setor das tecnologias da informação norte-americano é hoje o que conhecemos, muito por via do tremendo investimento público que o Governo norte americano fez desde os anos 60 do século passado no programa espacial.

Infelizmente nada se aprende com o que outros fizeram bem. O que se preconiza neste Orçamento é a continuação das soluções miseráveis do passado.

Mesmo quando a Região tem à sua disposição, por via do plano de recuperação e resiliência, recursos que dificilmente se voltarão a repetir.

Se o caminho deste Governo para a economia é manter a pobre economia do passado, de igual forma, as políticas sociais estão longe de responder às necessidades.

É confrangedor assistir ao foguetório com o aumento de apoios sociais entre menos de 1 euro e cerca de 4 euros.

Há medidas que vão no sentido positivo – sim, mas são de muito, muito fraco alcance.

Para além disso, continuamos com uma política insuficiente para o problema central da educação.

As soluções do Governo estão nos antípodas das necessidades, porque a manta de retalhos que é este Governo não pode nem quer dar respostas.

Os documentos que esta semana debatemos estão feridos de credibilidade. Feridos no conteúdo, mas também no contexto político que lhes deu origem.

Que credibilidade tem um Governo que ainda há cerca de um mês preparava-se nas sombras para distribuir 117 milhões de euros das Agendas Mobilizadoras pelos mesmos do costume?

Assistimos incrédulos nesta Assembleia às explicações do Sr. Secretário das Finanças que, para além de assumir falhas de comunicação, considerava o processo impoluto.

Em pouco mais de um dia o Presidente do Governo, na prática, desmentiu o seu secretário, mandando suspender todo o processo para tentar começar de novo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um assunto da maior gravidade e importância para a Região é a SATA.

O Sr. Presidente do Governo prometeu, já por duas vezes, entregar aos grupos parlamentares o Plano de Reestruturação da SATA entregue em Bruxelas.

Até hoje nada recebemos, sendo certo que já sabemos que para sobreviver politicamente o Governo cortou 23% da verba prevista para o transporte aéreo, comprometendo o futuro da SATA. Um crime contra os Açores!

O Governo quer do Parlamento um cheque em branco para lidar com um assunto estratégico para a região. Assunto que devia ser conduzido no sentido de obter o maior consenso possível.

A transparência na boca deste Governo é, como se vê, palavra vã e ser trocatis é a sua essência.

Como se pode acreditar num Governo que proclama como central o combate à pobreza se nada faz para atacar um dos seus fatores potenciadores, que é a precariedade?

Os trabalhadores obrigados a irem trabalhar sem direitos e sem vínculo nos programas operacionais aumentaram em vez de diminuírem.

O Governo, com dinheiros públicos, aumentou o apoio às empresas para contratarem trabalhadores precários. A região paga e as empresas contratam como querem!

Vem depois a público o Governo vangloriar-se de que diminui a precariedade quando 33% dos contratos pagos pelo Governo são precários.

Este Governo, sobre os trabalhadores, aprofunda o caminho do Governo anterior, que aprovou neste Parlamento alterações ao programa Competir+ que definiam valores mínimos para contratos efetivos nas empresas apoiadas. Tal como o anterior, este Governo também não aplicou o que foi aprovado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O célebre provérbio "bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz" encontra muitos adeptos neste Governo Regional.

Atente-se às palavras do Sr. Secretário da Saúde e Desporto há um ano - "Há aqui duas questões muito graves: a suborçamentação crónica da saúde e a falta de recursos humanos".

Aquando do debate do Orçamento de 2021 justificava o Governo que a suborçamentação não era para resolver só num ano. Neste Orçamento corta 53 milhões no orçamento da saúde.

Por mais ribombantes que sejam as declarações que tentam desmentir o indesmentível, o que é certo é que o Governo e o Secretário da Saúde faltam com a sua palavra.

A suborçamentação continuará e é sinónimo de mais dívida, incapacidade de planeamento e falta de recursos humanos e materiais.

Tentar ludibriar os problemas não os resolve, muito menos os resolvem os artifícios propagandísticos como o empolamento dos números dos atos médicos sem doente em cerca de 25.000, para mostrar números positivos na saúde.

Caminha-se, sim, para o colapso na saúde, e isso é um facto!

Mas se na saúde estamos no mau caminho, o mesmo sucede em áreas tão importantes como o ambiente, onde o Governo lava as mãos de crimes ambientais que esventram a reserva ecológica para construção de hotéis.

Na cultura, os agentes culturais são tratados como pedintes e em consequência a cultura é o parente pobre com menos de 0,5% do orçamento.

Temos à frente dos destinos dos Açores um Governo sem projeto que se mantém no poder ligado à máquina e quem tem o poder de a desligar a máquina é um partido anti-autonomista, xenófobo e que criminaliza a pobreza.

Estes documentos estão em linha com a falta de projeto deste Governo e com as suas contradições internas. Mas fundamentalmente são opostos às necessidades dos Açores.

Em consequência o Bloco de Esquerda votará contra este Plano e Orçamento.

Não deixaremos de apresentar em sede de especialidade propostas concretas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para?

O Orador: ... para demonstrar que é exequível e que é possível fazer diferente e fazer melhor com os recursos da região.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Termina hoje o debate na generalidade do Plano e Orçamento da Região para o ano de 2022. Dedicámos os últimos três dias à análise setorial aprofundada das prioridades e das estratégias de desenvolvimento para a nossa Região.

As propostas aqui apresentadas pelo Governo dos Açores tiveram como base o diálogo e concertação com os parceiros sociais e económicos da nossa Região.

O CDS, enquanto referência de responsabilidade, apresentou-se neste debate para servir melhor os Açores.

Sempre defendemos que ser oposição não é estar sempre do contra, e esse foi o nosso exemplo! Para ser oposição, também é necessário saber dialogar, concertar e apresentar ideias diferentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, o debate parlamentar sobre o Plano e Orçamento para 2022 mostrou uma oposição que se colocou à margem das soluções e de contribuir para melhorar estes documentos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Como é possível debater estes documentos estratégicos para a Região com substância, quando o sentido de voto de alguns partidos está definido e anunciado antes deste plenário de se ter iniciado?

Como é possível debater de forma construtiva, quando a oposição se coloca à margem do diálogo?

Como é possível debater quando a oposição deixa de ouvir? Quando não quer debater verdadeiramente estes documentos?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, consideram que é assim que contribuem para o futuro dos Açores?

O CDS nunca encarou este debate como um mero formalismo ou como um ritual parlamentar. Nunca anunciamos o nosso voto fora desta Casa. Senão para que serviria estarmos aqui?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É certo que não foram poucas as vezes que fomos criticados, mas isso nunca nos importou, porque o nosso foco foi sempre melhorar a vida das pessoas, servir melhor os Açores, sempre a favor dos Açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: E foi com a nossa propositura, que resultaram muitas propostas que hoje são direitos de todos os Açorianos e uma realidade na nossa Região: como é o caso do CIRURGE, do Vale Saúde, do Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior, do CEDO, do COMPAMID, ou os manuais escolares gratuitos.

Estar aqui hoje tem de ser encarado como uma missão de grande responsabilidade, porquanto nos cumpre decidir, em nome dos Açorianos que nos elegeram como seus representantes, as linhas orientadoras do futuro da nossa Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: É por isso que não conseguimos compreender que haja quem prescindia desta nobre tarefa democrática e se manifeste precocemente, antes mesmo de qualquer esforço de concertação.

Há certezas e convicções de que não prescindimos sempre que discutimos o Plano e Orçamento da Região. Têm de atender às famílias, aos mais vulneráveis, às nossas instituições, às nossas empresas e ao fomento da coesão social e territorial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2022 consolida o caminho que se iniciou há um ano atrás.

O Governo entrou em funções num tempo difícil, desafiante, enfrentando uma pandemia e uma herança socialista difícil e pesada. Teve, e tem, situações muito difíceis para resolver como a dívida exorbitante na saúde, a situação calamitosa da SATA, ou a preparação da implementação dos novos fundos comunitários.

Foi, e é, um tempo exigente e de grandes desafios!

Foi nestas circunstâncias de dificuldade e complexidade que este Governo iniciou funções.

Mas os governantes puseram mãos à obra e privilegiaram o superior interesse dos Açores e dos Açorianos.

Aliviaram a carga fiscal às famílias e às empresas Açorianas.

Garantiram maior estabilidade aos professores na Região;

Regularizaram e atualizaram diversas carreiras dos profissionais de saúde, como dos enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, ou dos farmacêuticos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Criaram a Tarifa Açores, que permite aos Açorianos viajarem interilhas por apenas 60€.

Reconheceram o mérito dos jovens açorianos, aumentando em 50% o Prémio de Mérito.

Conceberam novas medidas de apoio à permanência no ensino superior com o programa de apoio ao pagamento de propinas e a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes que vivem com mais dificuldades.

Apostaram numa política de habitação centrada na classe média.

Constroem a cada dia que passa um novo ciclo de progresso centrado num verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Entre outras medidas já implementadas, este é o resultado da governação de uma coligação reformista e centrada nas pessoas.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E em 2022, a ambição de fazer melhor renova-se. As propostas que foram aqui debatidas e que estão plasmadas neste Plano e Orçamento consolidam este caminho, desde logo com:

- A implementação do Projeto “Novos Idosos”.
- O aumento histórico de mais de 160€ no valor padrão a pagar às Estruturas Residenciais para Idosos;

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: - O alargamento das creches gratuitas até ao 13.º escalão;

- O aumento das Bolsas de Estudo;
- O incremento da oferta de habitação em regime de arrendamento com opção de compra;
- O reforço do COMPAMID, do Complemento Regional de Pensão, do Complemento ao Abono de Família e do Vale Saúde;
- No ambiente, o desenvolvimento sustentável deixou de ser meramente proclamatório. Este Plano de Investimentos traduz um dos maiores investimentos de sempre da nossa autonomia em matéria do ambiente.

No espaço de menos de um ano, este Governo perspetivou, preparou e assegurou 13 milhões de euros de fundos comunitários a 100%, para responder aos desafios do presente em termos de adaptação às alterações climáticas, na preservação do nosso património natural, na prevenção de situações de risco para as pessoas e bens e na gestão eficiente dos resíduos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estas, e outras medidas, são boas para os Açorianos e preconizam uma melhoria substancial da qualidade de vida na Região.

Reconhecemos que muito foi feito, mas ainda há muito por fazer. Este Governo mostrou estar preparado para dar resposta às expetativas do povo açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação deste Plano e Orçamento é decisiva para o futuro da Região.

É preciso implementar os fundos comunitários, é preciso consolidar os serviços públicos de educação e saúde, é preciso combater a pobreza e exclusão social, é preciso preparar a retoma económica e gerir a crise pandémica.

Sim, não podemos somar a uma crise sanitária e uma crise económica, uma crise orçamental e uma crise política. Não podemos, nem devemos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sim, porque um voto contra este Plano e Orçamento é um voto contra os Açorianos. É um voto contra a estabilidade política e contra a responsabilidade.

Por sua vez, um voto a favor neste Plano e Orçamento é um voto a favor das famílias. É um voto a favor de uma saúde mais firme e de uma educação melhor. É um voto a favor de um projeto de desenvolvimento e solidariedade regional.

O sucesso deste Governo é o sucesso dos Açores. Porque hoje não é a sobrevivência deste Governo que está em causa. Hoje, o que está em causa é o presente e o futuro da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados,

Terminado o debate, é este o momento de se pronunciarem sobre o sentido de voto a este Plano e Orçamento.

É tempo de escolher entre a estabilidade e a instabilidade, o conhecido ou o desconhecido, a bonança ou a tempestade, a prudência ou a imprudência.

Não é tempo de desistir dos Açores! É tempo de votar a favor da estabilidade, do conhecido, da bonança, e da prudência.

O CDS não prescinde do seu papel enquanto garante da estabilidade política.

Não abdica do cumprimento dos seus compromissos, nem abdica da missão pelos Açores, sempre a favor dos Açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

A Oradora: O CDS não desiste dos Açores.

Os Açores estão em primeiro lugar. Hoje e sempre.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Termina hoje o debate, na generalidade, sobre o Plano e Orçamento para 2022.

Depois da Região se libertar do jugo socialista que atrasou o nosso desenvolvimento, com especial ênfase para os últimos 8 anos, eis-nos perante uma decisão que irá ter um impacto real sobre a vida dos açorianos.

Durante estes três dias ficou claro que há uma alternativa política ao socialismo: ao socialismo dos impostos altos; ao socialismo que ignorava a coesão regional; ao socialismo que recusava reconhecer direitos aos trabalhadores açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Temos bem consciência das enormes responsabilidades que recaem sobre este Governo para enfrentar os problemas que resultam de 20 meses de pandemia e com a crise económica dela decorrente.

E a somar a uma crise económica e pandémica temos ainda a pesada herança de dívidas e encargos dos Governos do Partido Socialista.

Não viramos as costas aos problemas nem viramos as costas aos Açores, mas os socialistas viram as costas aos açorianos, conforme ficou demonstrado neste debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista chega ao final desta discussão sem uma única ideia, sem uma única proposta, sem um projeto político para os Açores.

Pela primeira vez na história da Autonomia, um partido que já teve responsabilidades governativas não apresenta uma única proposta.

O Partido Socialista transformou-se num partido de protesto.

Sem ideias e sem propostas, os socialistas limitaram-se a tentar atrapalhar o sucesso do trabalho que tem sido desenvolvido por esta maioria parlamentar e empenhados em chumbar o futuro dos Açores.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes Plano e Orçamento consagram a alternativa política que os açorianos elegeram e que dão um novo rumo aos Açores, pondo termo aos planos e orçamentos de pobreza a que nos habituaram as maiorias absolutas socialistas.

Estes Plano e Orçamento respondem às necessidades dos Açores, são documentos credíveis, equilibrados e conciliadores, permitem uma mudança de rumo e correspondem ao cumprimento do programa de Governo aqui aprovado há 11 meses.

Neste novo pluralismo parlamentar, reforçado pela centralidade do Parlamento, em que o diálogo democrático e o entendimento entre diferentes sensibilidades políticas exigem humildade e concertação, fizemos o que nos impunha o mandato conferido pelos açorianos.

Vivemos um tempo de grande exigência e responsabilidade.

Um tempo em que à política e aos políticos se impõe sentido de Estado e de compromisso.

Os Açores assim o exigem para que o futuro não seja de somar uma crise política e orçamental a uma crise económica e de saúde pública.

Este não é tempo de calculismos partidários nem de sobrepor quaisquer outros interesses àquele que é o superior interesse do povo dos Açores.

Não podemos aceitar que o superior interesse do povo dos Açores seja minorizado para satisfazer a sobrevivência política de quem nos deixou uma região com os piores indicadores sociais do país.

É para assegurar o superior interesse dos Açores que nos focámos esta semana no debate destas propostas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Este Plano e Orçamento resultam de um intenso trabalho de audição por parte do XIII Governo Regional, que soube trazer a este parlamento, a esta casa da Democracia e da Autonomia, uma proposta que resulta da participação dos parceiros sociais, da sociedade em geral e das diferentes sensibilidades políticas que representam o povo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente,

No novo tempo que vivemos nos Açores, esta maioria provou que é possível consagrar um novo modelo de governação, em que as pessoas estão em primeiro lugar e em que a solidariedade intergeracional é uma preocupação constante, para não deixarmos aos nossos filhos os problemas que herdámos das políticas socialistas.

O trabalho até agora realizado, em apenas um ano de governação, e os documentos que vamos votar, garantem que há alternativa às políticas de mão estendida e que estas são uma realidade e asseguram um futuro melhor para os Açores.

Há, no entanto, quem não queira que assim seja.

Há aqueles que preferiam que nada disto fosse uma realidade.

Estão acantonados na sua própria incapacidade em aceitar que, afinal, medidas como a “Tarifa Açores”, a baixa de impostos, a valorização das carreiras dos profissionais de saúde, a regularização de inúmeros precários e a contratação de centenas de professores eram possíveis de concretizar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Há aqueles que insistem em não querer o sucesso deste Governo e, com isso, não querem o sucesso de todos estes açorianos que há tantos anos esperavam que lhes fosse feita justiça.

Bem sabemos que hoje são uma força de protesto, aliados a táticas destrutivas e incomodados por se provar que era, afinal, possível fazer melhor.

Senhor Presidente,

Os números relativos à atividade do Serviço Regional de Saúde são categóricos.

De janeiro a outubro deste ano foram efetuadas mais de 10.300 cirurgias.

Trata-se do número de intervenções cirúrgicas mais elevado dos últimos anos e que representa um aumento de 18% relativamente a todo o ano de 2019 (Total: 8.679).

Sim, nos primeiros 10 meses de 2021 já se fizeram mais cirurgias do que em todo o ano de 2019, antes da pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Registou-se também uma diminuição assinalável da lista de espera para cirurgia.

Desde que este Governo tomou posse, há menos 2.427 utentes em lista de espera.

Em suma, este Governo dos Açores reforçou os cuidados de saúde para os níveis mais elevados dos últimos anos.

Destes dados resultam três certezas:

Em primeiro lugar, estes números confirmam a competência e dedicação dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, a eles o nosso reconhecimento.

Em segundo lugar, estes números revelam uma melhoria sem precedentes no Serviço Regional de Saúde, fruto do trabalho deste Governo, que apresenta os maiores de Orçamentos de sempre para o setor.

Por último, estes números desmentem a propaganda enganosa que o Partido Socialista faz diariamente sobre o investimento feito por este Governo na Saúde.

A proposta de Plano e Orçamento para 2022 reforça o investimento em áreas fundamentais do setor da Saúde.

Estão previstos 6 milhões de euros para aquisição de equipamentos para as unidades de saúde de ilha e para o Centro de Oncologia dos Açores.

Ou seja, as verbas para apetrechamento e modernização de unidades de saúde nos Açores triplicam em comparação com 2021.

É contra isto que os socialistas vão votar e que não querem que se concretize.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Está também previsto o investimento de meio milhão de euros na fixação de profissionais de saúde na Região.

Trata-se de um reforço significativo, pois duplicam as verbas para este fim.

É contra este propósito que os socialistas irão votar.

Aliás, desde que este Governo tomou posse, o Serviço Regional de Saúde já contratou 622 profissionais de saúde, dos quais 84 médicos.

É por se envergonharem destes resultados que os socialistas estão contra este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E protestam a cada verdade dita pelo Sr. Secretário da Saúde.

É também objetivo deste Governo avançar, em 2022, com a digitalização do Serviço Regional de Saúde, um processo em que os governos socialistas falharam redondamente.

A proposta de Plano e Orçamento para 2022 prevê um montante de 3 milhões e 200 mil euros para este fim.

O objetivo é tornar mais rápido e eficiente o acesso aos dados clínicos dos utentes.

Atualmente, os centros de saúde e os hospitais têm sistemas distintos, levando a que não haja partilha da informação.

É por vergonha da sua incapacidade e para que isto não se torne uma realidade que os socialistas votam contra estes documentos.

O Plano e Orçamento reforçam ainda o investimento nos programas de combate às listas de espera cirúrgicas – Vale Saúde e CIRURGE.

Para 2022 estão definidos 4 milhões de euros. Trata-se de uma verba quatro vezes superior à deste ano.

Bem sei que todos ficamos perplexos, mas é contra isto que o PS vai votar contra. É contra isto que o PS irá votar.

Estes e outros investimentos fazem do atual Governo o que apresentou os maiores de Orçamentos de sempre para o Serviço Regional de Saúde dos Açores e isso, que é motivo de regozijo para os açorianos, é razão para vergonha e protesto do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os mais recentes dados oficiais mostram que a economia dos Açores está a registar uma recuperação gradual, mas segura.

O Serviço Regional de Estatística revelou recentemente que o Indicador de Atividade Económica apresentou um aumento de 11,9% em setembro.

Pelo quinto mês consecutivo, a economia dos Açores está em terreno positivo.

Este crescimento resulta da dedicação dos trabalhadores e dos empresários, das medidas de apoio do Governo Regional às empresas e do período de estabilidade política que os Açores atravessam.

Também por isso o Partido Socialista não quer que a estabilidade política seja uma realidade.

Em primeiro lugar, esta recuperação da economia regional não aconteceria sem o esforço dos trabalhadores e a resiliência das nossas empresas. Bem-haja pelo vosso esforço.

Em segundo lugar, salientamos o enorme contributo dos apoios do Governo Regional para a manutenção do emprego e das empresas.

Desde que tomou posse, este Governo já injetou mais de 34 milhões de euros na economia regional, através de medidas de apoio às empresas no âmbito da pandemia, nomeadamente o ‘Programa APOIAR.PT Açores’ e o ‘Programa de Apoio aos Custos Operacionais’.

Isso entristece os socialistas que falharam todas as previsões de que vinha aí o diabo.

Não veio!

Os socialistas protestam!

Em terceiro lugar, esta recuperação económica que está gradualmente a acontecer nos Açores não seria possível sem estabilidade política.

A existência de um clima de estabilidade política também contribuiu para que a economia da nossa Região voltasse a estar em terreno positivo.

É claramente por isso que, olhando apenas para os mais mesquinhos interesses partidários, os socialistas querem somar a uma crise económica a instabilidade e uma crise política.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos confiantes, que em 2022, a economia dos Açores continuará a recuperar de forma gradual, mas segura.

A proposta de Plano e Orçamento contempla cerca de 104 milhões de euros para os sistemas de incentivos ao investimento privado e para a recapitalização das empresas açorianas.

Trata-se de uma verba substancial para as empresas dos Açores, pois representa um aumento de 65% em comparação com os Planos apresentados pelos socialistas em 2018 e 2019.

Envergonhados pela sua falta de estratégia, os socialistas protestam e querem chumbar estes documentos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os serviços prestados pelas IPSS e Misericórdias dos Açores são cada vez mais solicitados, nomeadamente nos cuidados prestados aos idosos, sendo por isso necessário um reforço do financiamento público para assegurar um envelhecimento digno e humanizado.

Estas instituições são parte integrante do Estado Social.

No entanto, as IPSS e Misericórdias dos Açores não tinham a devida compensação financeira, apesar de se substituírem à Região em muitas funções sociais.

Recordo que foi compromisso do Senhor Presidente do Governo Regional fazer justiça às IPSS.

Esse compromisso foi cumprido.

O novo Governo dos Açores está a fazer justiça às IPSS e Misericórdias.

Prova disso é o aumento histórico do valor padrão pago pela Região às instituições com lares de idosos, anunciado recentemente pelo Vice-Presidente do Governo, a quem felicito pelo trabalho que está a fazer no combate à pobreza e exclusão social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O valor referência era de 1.001 euros por utente. Passará agora para os 1.165 euros por utente em 2021-2022.

A assinatura, pelo Governo e as IPSS e Misericórdias, do acordo-base para 2021-2022 representa assim um aumento de 70 para 74 milhões de euros da comparticipação financeira da Região a estas instituições.

Trata-se de um aumento de 16,5% que permitirá às IPSS e Misericórdias prestar um apoio cada vez melhor aos nossos idosos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: A proposta de Orçamento para 2022 já prevê as verbas necessárias a este significativo reforço do financiamento das IPSS dos Açores.

Trata-se de um Orçamento solidário com aqueles que mais precisam, nomeadamente os nossos idosos.

É contra uma política social de verdadeiro combate à pobreza que os socialistas irão votar.

A proposta de Orçamento para 2022 vai tornar as creches gratuitas até ao 13.º escalão.

Trata-se de uma medida que promove a natalidade e o bem-estar das famílias, à semelhança do aumento, em 5%, do complemento ao abono de família para crianças e jovens.

Estas são boas medidas que desoneram as famílias, respondem às suas necessidades diárias e combatem a pobreza.

Destacamos também os aumentos de 10% do complemento especial para doentes oncológicos e da comparticipação diária aos doentes deslocados.

Mas os socialistas votam contra!

Este Governo reforça apoios importantes, nomeadamente para quem se encontra em circunstâncias muito difíceis das suas vidas em termos de saúde.

A proposta de Orçamento para 2022 volta a aumentar o complemento regional de pensão para os idosos com reformas mais baixas.

Após o aumento histórico deste ano, em 2022 o Governo procederá a um novo aumento, desta vez de 5%, do chamado ‘cheque pequenino’.

Os socialistas estão contra!

Nas políticas de apoio aos que tanto contribuíram para a nossa sociedade, a proposta de Orçamento para 2022 traduz a preocupação deste Governo Regional com os rendimentos, mas sobretudo com a qualidade de vida dos nossos idosos.

Em 2022, o inovador Programa ‘Novos Idosos’ permitirá aos idosos dos Açores permanecerem na sua casa e junto da sua família e comunidade, beneficiando de um conjunto de serviços e cuidados adequados.

Os socialistas estão contra!

Salientamos ainda medidas socialmente relevantes como o aumento em 10% do COMPAMID e a sua desburocratização, o pagamento de propinas ou a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior.

Os socialistas estão contra!

Aliás, aqueles que levaram os Açores a esta condição de pobreza e desigualdade social tornaram-se um partido de protesto.

Protestam, protestam, protestam, e estão contra:

Contra os Açores, contra o sucesso do seu povo e contra o Plano e o Orçamento.

Ao contrário desta atitude, ainda no ano passado, quando foram apresentados, pelo Governo do Partido Socialista, dois Orçamentos suplementares de grande importância para a vida dos açorianos, o PSD disse presente e pôs de lado as questões partidárias, votando a favor.

Não voltámos as costas aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Estes documentos apostam na Educação e na Formação como desígnio para um futuro mais promissor para as nossas crianças e jovens.

Estes documentos assumem uma forte ligação aos setores da Agricultura e Pescas, têm uma visão ambiciosa para os Transportes e Turismo, não esquecem a Cultura, o Ambiente ou os desafios da Transição Digital.

É cientes do encargo de que fomos mandatados que, aqui chegados, assumimos a responsabilidade de ser a alternativa e de estabelecer um novo paradigma na governação.

Ao aprovarmos estes Plano e Orçamento, que além de cumprirem com o Programa de Governo implicam a execução de políticas que são boas para os Açores, estamos ao lado das famílias, das empresas, das instituições sociais e de cada um dos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estamos a concluir o debate das propostas de Plano e Orçamento para 2022, apresentadas a este Parlamento pelo Governo Regional.

Em qualquer circunstância, este seria um momento importante e de elevado significado político.

A votação destas propostas, pelo contexto económico e social que envolve os Açores, bem como pelo contexto político a que este Governo conduziu a

Região, trazem ainda mais importância e ainda mais significado político a este momento.

Consciente disso, o Partido Socialista, atempadamente, tornou pública a sua posição de voto, bem como, bastante antes, tornou públicas as principais dúvidas que ensombravam essas propostas e que fundamentavam a nossa decisão.

Interessa dizê-lo de forma clara e transparente que, no final destes 3 dias de debate, infelizmente, não só saem reforçadas as nossas reservas e as nossas razões, como crescem outras, tão ou mais determinantes que as primeiras, para que, não só não seja possível acompanhar estas propostas, como seja, verdadeiramente, um dever, perante os Açorianos e perante a nossa Autonomia, rejeitá-las.

Por causa das propostas de Plano e Orçamento, mas também por causa da postura que, a propósito delas, o Governo Regional revelou de forma tão evidente, não são apenas os documentos previsionais para o próximo ano que a votação que o Parlamento se prepara para realizar sancionará.

É, sobretudo, uma determinada prática política, um determinado exercício de governação, a concretização de uma determinada visão do que devem ser os Açores, do que deve ser a Região Autónoma dos Açores que aqui está submetida ao juízo do Parlamento dos Açores.

Mas vamos por partes.

Uma das evidências das propostas de Plano e Orçamento que temos vindo a analisar, é que o Governo está surpreendentemente alheado dos sinais de alerta que, todos os dias, nos entram pela casa dentro.

Acossado, – repare-se! – não, em primeiro lugar, pela Oposição, mas sim pelos partidos que definiu e escolheu como condição da sua sobrevivência política, o Governo entrincheirou-se.

E, conscientemente, optando por recuar, por se afundar nas trincheiras da luta pela manutenção do poder, perdeu, se é que alguma vez a teve, a noção maior do contexto em que se insere, perdeu a noção da globalidade da situação em

que se encontra e em que se encontram aqueles para quem tem uma responsabilidade indeclinável: o Povo Açoriano.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

De todo o mundo, e por todo o mundo, chegam e abundam os sinais de alerta e os avisos relativamente a perigos que espreitam a recuperação económica e social da pandemia de COVID-19.

São as dificuldades e os atrasos no abastecimento de bens essenciais, é a escassez de componentes tecnológicos de determinados bens, é o congestionamento das cadeias de distribuição, entre tantos outros aspetos que devem pôr de sobreaviso governos e cidadãos.

Num relatório da agência de notação financeira *Moody's*, a 11 de outubro passado, é afirmado que se verifica que, à medida que a recuperação económica ganha força, é mais suscetível de ser bloqueada nas cadeias de abastecimento.

A 12 de outubro, o Fundo Monetário Internacional alertava que a presente situação revela um desequilíbrio entre a recuperação da procura e a recuperação da oferta, com esta a estar mais atrasada do que aquela.

Mas, mesmo cá nos Açores, há sinais de alerta para os quais o Governo Regional deveria estar desperto, mas, infelizmente, por estar entrincheirado, não está a prestar atenção.

O custo das rações está a subir. Os adubos, em alguns casos, subiram de preço, no último ano, cerca de 80%. O gasóleo agrícola subiu 45%, o custo dos combustíveis, em geral, está a subir; já se verificam prazos mais alargados na entrega de mercadorias, a situação de setores fortemente dependentes de fatores de produção de origem externa à Região é aflitiva – pela primeira vez, em quase 30 anos, os Açores assistiram à lavoura na rua...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e parece que não vai ficar por aí – tudo isto a somar a numerosos outros sinais.

A taxa de desemprego nos Açores, que há um ano atrás, sendo a terceira mais baixa do País, estava abaixo da média nacional, no terceiro trimestre deste ano, subiu para a segunda mais alta do País e, claramente, acima da taxa de desemprego do País.

Como se isso já não bastasse, a consequência de toda esta situação, – é opinião unânime! –, é um aumento generalizado de preços, logo aumento da inflação.

E a forma de combater a inflação é, por muitas voltas que se dê, o aumento das taxas de juro.

Ora, é culpa do Governo Regional que existam atrasos nos fornecimentos de bens, que existam constrangimentos nas cadeias de abastecimento?

É culpa do Governo Regional, ou pode o Governo Regional evitar que exista um aumento das taxas de juro?

Não. Não é culpa do Governo Regional porque nem lhe é exigível, nem o mesmo tem instrumentos, para evitar essas situações.

Mas o que o Partido Socialista entende, é que é exigível ao Governo Regional que crie mecanismos que ajudem as famílias e as empresas dos Açores a enfrentarem a previsível tempestade e turbulência que aí vem.

No fundo, que o Governo Regional, à semelhança do que aconteceu no passado, com Governos do Partido Socialista, crie mecanismos que ajudem as famílias e as empresas a lidar com as consequências, com os efeitos dessa turbulência.

E, para termos uma ideia mais concreta e mais precisa daquela que, em nossa opinião, é uma responsabilidade do Governo Regional, interessa também saber e clarificar que tudo isto não acontece apenas na Europa e no mundo.

Isso afeta e penaliza Açorianos de carne e osso. Penaliza famílias concretas, penaliza empresas concretas, penaliza Açorianas e Açorianos com os quais, todos os dias, nos cruzamos na rua.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Um jovem casal que acabou de adquirir a sua habitação através de crédito bancário, um jovem casal no qual apenas um dos cônjuges trabalha, ou mesmo que trabalhem os dois, tem condições para, sozinhos, enfrentar uma subida acentuada de juros?

Um empresário que tenha responsabilidades perante a banca, tem condições para, neste momento, sozinho, enfrentar uma subida generalizada dos juros?

Aquilo que nós sabemos, pelo trabalho que temos feito junto dos Açorianos, é que não!

O nosso entendimento é que era necessário, mais do que necessário, era imperativo o Governo Regional demonstrar que está atento e está pronto a acudir a famílias e a empresas.

Mas não é isso que acontece.

Significativamente reveladora da forma como o Governo Regional encara esta situação, o seu papel e a sua responsabilidade de agir, foi a intervenção do Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, proferida desta tribuna, na apresentação das propostas de Plano e Orçamento.

Depois de reconhecer todo este quadro, depois de concordar com o diagnóstico feito pelo Partido Socialista quanto aos riscos que o futuro encerra, a resposta do Governo, pela boca do Senhor Secretário das Finanças é, e cito, *“estendemos os prazos das operações de financiamento e reforçamos o recurso a operações com taxa fixa, reduzindo, deste modo a exposição da Região à volatilidade dos mercados(...)”* fim de citação. É a famigerada mudança de paradigma.

Então, e os Açorianos?!

Então, e as famílias Açorianas?!

Então, e as empresas, os empresários, os trabalhadores?!

Nada. Absolutamente nada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Ficam de fora do novo paradigma.

Este é apenas mais um exemplo, a somar a tantos outros, de um Governo Regional de costas voltadas para os Açorianos, e um sinal claro que este Governo Regional, acossado e entrincheirado na luta pela sua sobrevivência, se tiver de deixar cair alguém, mesmo que sejam os Açorianos, não hesitará um minuto em deixá-los cair.

Mas sobretudo revela um Governo incapaz de se adaptar, de mudar o que é preciso mudar, de mudar soluções, de mudar políticas, de mudar aquilo que vem do passado, inclusive dos Governos do Partido Socialista. Este Governo não quer, não sabe ou não é capaz de mudar aquilo que o próprio PS, se fosse Governo, já teria mudado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Mas se é assim, como efetivamente é, surge, legítima e importante, a pergunta que alguns estarão a fazer - e outros já fizeram –, então, onde estão as propostas de alteração do Partido Socialista ao Plano e Orçamento para 2022?

Tentando ser o mais claro possível, permitam-me que recorra a uma ilustração:

Os donos de um grande prédio, de um terreno, encarregaram oito pessoas de administrarem esse mesmo prédio, atribuindo-lhes, para a gestão uma determinada quantia todos os anos.

Essas oito pessoas, esses oito administradores, é que decidiam o que era necessário fazer ou construir nesse terreno para desenvolvê-lo e, para

suportar as despesas que isso acarretava, podiam recorrer à quantia que todos os anos os donos do terreno punham à sua disposição.

Um ano, um dos administradores apresentou um conjunto de ideias cujo custo implicava utilizar toda a quantia que os donos do prédio disponibilizavam e ainda um bocado mais.

Esse bocado mais era, uma parte, dinheiro emprestado, outra parte, o dinheiro que havia de vir de uma colheita e que nem sequer ainda estava feita e ainda, uma quantia que contava que os donos disponibilizassem a mais.

Esse era, dizia, o ano em que se ia investir como nunca se tinha investido e disse a todos os outros administradores que apresentassem propostas para gastar todo o valor que, calculava ele, obteria, nas coisas que cada um entendesse mais importantes.

Estavam todos nessa animação, quando, pelo menos um destes administradores, por sinal o mais experiente e mais conhecedor da gestão desse prédio, disse: “Antes de saber como vamos gastar todo esse dinheiro, não é mais importante saber como o vamos receber? Antes de dizer como vamos gastar esse dinheiro, precisamos saber se vamos mesmo ter todo este dinheiro à disposição, se vamos mesmo conseguir o empréstimo. Antes de apresentarmos propostas sobre como gastar, é preciso esclarecer as dúvidas que, pelo menos eu, tenho sobre se vamos mesmo conseguir o dinheiro emprestado, se vamos mesmo vender a colheita ao preço que se diz e se os donos do terreno vão mesmo disponibilizar mais dinheiro.

É uma ilusão e um engano estar a dizer como queremos gastar, se nem sabemos se vamos receber esse dinheiro.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Açorianas e Açorianos,

Os donos desse tal prédio são os Açorianos;

O prédio é a nossa Região;

Os oito administradores são os oito partidos representados neste Parlamento;

O administrador, que quer gastar sem saber se vai receber, nem como vai receber, é o Governo Regional;

O administrador cauteloso e previdente, que primeiro quer saber se se vai receber, para depois poder dizer como acha que se deve gastar, é o Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

E a razão pela qual o Partido Socialista não apresenta propostas de alteração a este documento (os outros administradores estão agitados, já percebi) é porque, nem antes deste debate, nem durante este debate, nem na conclusão deste debate, o Governo explicou e esclareceu cabalmente as legítimas e fundadas dúvidas que temos...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobre o buraco nas previsões do Plano e Orçamento da Região para 2022. Ou seja, as legítimas e fundadas dúvidas que temos sobre se, e como, vamos receber as receitas previstas neste documento.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A votação que, em breve, os partidos políticos representados neste Parlamento vão realizar, tem um significado político que, no atual contexto, vai bem para além daquele que já derivaria da importância dos documentos que temos vindo a apreciar e a debater.

Depois da passada sexta-feira, depois da forma e do conteúdo da conferência de imprensa dada pelo Senhor Deputado do partido CHEGA, esta votação, e o seu resultado, traduzirão também a chancela parlamentar às públicas ameaças e às secretas cedências, traduzirão a chancela do Parlamento dos Açores ao triste processo de capitulação do Governo Regional dos Açores e, lamentavelmente, por seu intermédio, da Região Autónoma dos Açores, ao desrespeito institucional, à chantagem política e ao insulto a pessoas e a instituições.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Parlamento dos Açores, por única e exclusiva responsabilidade do Senhor Presidente do Governo, passa a ser, não apenas a expressão e consequência prática de acordos extraparlamentares entre partidos políticos, para se transformar no órgão de governo próprio no qual se gera e concretiza a aliança de cuja sobrevivência depende este Governo.

É isto a centralidade do Parlamento?

Seguramente que não, pois o Senhor Presidente do Governo só envolveu o Parlamento dos Açores em desespero de causa e de forma a sacudir a pressão que já não conseguia suportar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Senhor Presidente do Governo só envolveu o Parlamento dos Açores, não apenas só depois de ter franqueado as portas do PSD/Açores à interlocução direta com o líder nacional do CHEGA,...

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: ... mas, – dor maior! – depois de ter franqueado as portas do Palácio de Sant’Ana e ter dado honras de audiência oficial ao líder nacional do CHEGA.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Ora, isto não é a centralidade do Parlamento.

Isto é a descarada instrumentalização do Parlamento.

Mas as consequências dessa estratégia de desesperada fuga para a frente, não se ficam apenas pelo arrastar do Parlamento para a validação, não já apenas formal, mas sim política do processo de chantagem, de desrespeito e de insulto a que as alianças queridas e promovidas pelo Senhor Presidente do Governo conduziram os Açores e os Açorianos.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: O custo do Governo ter cedido não é só o custo financeiro ou o custo político. É o custo da dignidade de uma Região. É o custo da dignidade de um Povo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Essa instrumentalização do Parlamento dos Açores significa, sobretudo do ponto de vista político, que os 5 partidos que sustentam este Governo, mais o Senhor Deputado Independente, passam a estar mais ligados que nunca.

Acabaram-se as desculpas dos acordos terem sido celebrados com um partido e de não terem sido celebrados com outro.

Acabou-se a fórmula dos 3 da Coligação mais os dois do apoio parlamentar.

Depois da forma e do conteúdo da conferência de imprensa da passada sexta-feira, a votação deste Plano e deste Orçamento significa que esses cinco partidos, mais o Senhor Deputado Independente, passam a estar unidos,

ligados, comprometidos, por sua vontade ou necessidade, ou até mesmo contra a sua vontade,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

... na chancela parlamentar ao processo de públicas ameaças e secretas cedências, do processo de chantagem, de desrespeito e de instrumentalização a que conduziu a estratégia política delineada e implementada pelo Senhor Presidente do Governo Regional.

E esta é mais uma razão, se mais razões fossem necessárias, para o voto contra do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

E, por isso, Senhor Presidente, mais uma vez me dirijo a si, num apelo simples e claro:

É tempo de dizer basta!

É tempo, é ainda tempo, de evitar que nessa sofreguidão de manter o poder a todo o custo, se perca mais do que apenas a dignidade do Governo Regional.

É tempo, é ainda tempo de evitar que se perca a dignidade do Parlamento dos Açores, expressão máxima da vontade do Povo Açoriano.

É tempo de separar águas e, se necessário for, de dar a palavra ao Povo.

Da nossa parte, não receamos nem tememos a vontade do Povo Açoriano.

Vamos a isso! Deixe que o Povo se manifeste.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Prefira a liberdade da vontade dos Açorianos aos grilhões da submissão política.

Deputado José Pacheco (CH): Apresente uma moção de censura!

O Orador: Não seja arrogante!

Bem sei que, como ontem tornei público, está consumada a chantagem iniciada na passada sexta-feira. Lamento-o profundamente. Lamento-o, acredite Sr. Presidente do Governo, por si. Mas lamento-o, sobretudo, pelo Povo dos Açores.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No início desta intervenção, afirmei que a votação deste Plano e deste Orçamento têm também a ver com um determinado exercício da governação.

O Governo Regional apresentou-se neste debate invocando, hoje, uma alegada pesada herança que recebera do passado.

A afirmação não diz nada sobre a herança que este Governo Regional recebeu, até porque a acusação não corresponde à verdade, mas diz tudo sobre a desorientação e o desespero em que o mesmo está a cair.

Deputada Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E assim é, porque uma leitura atenta da realidade e desta afirmação só permite uma de duas conclusões: ou o Governo está a faltar à verdade ou o Governo é perdulário e esbanjador.

Então, quem se diz submerso numa pesada herança de dívidas constitui o maior Governo Regional de sempre da história da Autonomia?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Quem se diz submerso numa pesada herança de dívidas aumenta as nomeações políticas, e as remunerações dos nomeados da maneira como este Governo fez e ainda hoje faz?!

Quem se diz submerso em dívidas do passado passeia o autêntico exército de assessores e adjuntos que este Governo tem passeado, como esteve à vista nestes três dias, neste plenário?!

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Então quem se diz submerso em dívidas do passado prescinde de receitas, como, não só aconteceu com a baixa de impostos, mas, também, com a solidariedade nacional por causa do Furacão Lorenzo?!

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: Então quem está submerso em dívidas do passado, apregoa o maior Plano e Orçamento de sempre da história da Autonomia?!

É claro que não!

Porque se alguém estivesse submerso em dívidas do passado e procedesse da maneira como este Governo tem procedido, não só seria perdulário, mas seria também, profundamente, incompetente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Mas não é apenas esta tosca tentativa de desculpabilização dos erros atuais que caracteriza este exercício da governação.

O Governo Regional apregoa o diálogo e a concertação, mas desde muito cedo, já enterrou ambos no mais fundo da gaveta.

Os exemplos sucedem-se.

As Agendas Mobilizadoras foram o que se sabe.

Os encaminhamentos de passageiros sabe-se o que foram.

O fim do transporte marítimo de passageiros e viaturas foi igual.

A definição dos termos em que serão aplicados os fundos estruturais vai pelo mesmo caminho das Agendas Mobilizadoras.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Até nas visitas estatutárias, este Governo acabou com o tempo para receber o Povo que assim o desejasse, receando não se sabe bem o quê nem se sabe bem quem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Neste simulacro de diálogo, em que uns falam e comem, e outros ouvem e calam, é também a um retrocesso de décadas que assistimos e, sobretudo, à mais atroz contradição entre a prática e o discurso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No termo destes três dias de debate, permanecem por esclarecer aspetos decisivos para os Açores e para os Açorianos.

A essas dúvidas que o Governo não quis, não soube ou não conseguiu esclarecer, somam-se preocupações sérias quanto à ausência de respostas para desafios e dificuldades presentes e futuros que as famílias e as empresas dos Açores vão enfrentar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Pela sua recusa em esclarecer o que nunca deveria ter sido motivo de dúvida, ou seja, a credibilidade e a fundamentação das previsões constantes do Plano e do Orçamento, o Governo Regional impediu uma participação responsável, construtiva e proponente da parte de quem tinha essas dúvidas.

É esse o contexto em que votaremos estas propostas. Com a consciência muito clara e muito nítida que o nosso sentido de voto é determinado, não pela responsabilidade que temos para com um Governo, este ou qualquer outro, mas pela responsabilidade que temos para com os Açorianos.

Disse!

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores. Faz favor, Sr. Presidente. Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Sra. Secretária Regional da Educação, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas, Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Sra. Secretária Regional das Obras Públicas e Comunicações, Sr. Subsecretário Regional da Presidência:

«Os Açores são a nossa certeza».

Essas são as inspiradas palavras de Natália Correia, inscritas no nosso Hino.

Os Açores, a nossa Autonomia democrática e os Açorianos são a nossa motivação.

Palavras de estímulo e responsabilidade que vos dirijo, correspondendo ao orgulho que tenho de liderar uma equipa que em tão pouco tempo, tanto fez pelos Açores, pelos Açorianos.

Bem hajam!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Faz hoje precisamente um ano que o XIII Governo dos Açores tomou posse. Um ano que passou demasiado rápido, mas que ao mesmo tempo nos faz sentir, dados os inúmeros problemas enfrentados e solucionados, que já passaram mais anos. Não podemos, no entanto, parar para festejar, pois as tarefas são imensas e a expectativa do Povo depositada em nós é ainda maior. Apesar de tanto feito, ainda é preciso fazer muito mais.

Açorianas e Açorianos,

O XIII Governo da Região Autónoma dos Açores apresentou ao Parlamento a sua proposta de Plano e Orçamento para o ano económico e financeiro de 2022, que ora se debate e que depois se votará.

Desta legislatura é o segundo Plano e Orçamento regionais que materializam, na sua anualidade, o Programa do Governo, bem como as suas Orientações de Médio Prazo 2021-2024, aqui aprovados pela Assembleia Legislativa.

Em cada situação, momento, pensamento e debate, nada melhor do que primeiro o que é primeiro.

O Governo cumpre, progressivamente, o seu Programa de Governo.

Mesmo que não seja tudo perfeito, já são sentidas mudanças, mudanças relevantes.

O XIII Governo é, na sua pluralidade, um efetivo Governo dos Açores. Para os Açores, pelos Açorianos.

E desse facto, que nos honra, não abdicamos!

Confirmo, com convicção democrática: Este XIII Governo formado por três partidos – PSD/CDS/PPM –, não é do PSD, que sendo a parte maior, não é o todo. Nem nenhuma das outras partes que se arroguem a ser o todo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O mesmo se aplica ao apoio parlamentar. Esta é, aliás, a virtude democrática, que sem arrogâncias de parte, abre portas tanto à diferença como ao consenso, com equilíbrio e ponderação, sempre pelo encontro do

denominador comum, expresso no programa deste Governo, de visão reformista, que afirma um novo paradigma da governação autonómica nos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não prosseguimos pelos excessos e não aceitamos que os autores do legado que nos limita e atrasa, debatam o futuro com um chicote numa das mãos, para maldizer quem corrige o rumo, e com uma varinha mágica, na outra mão, diga que o seu passado não existe. Só o presente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O passado condiciona o nosso presente. Não tenhamos dúvidas. O vosso passado é-me condicionador.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A realidade impõe-se sempre à ficção. É reprovável o excesso de linguagem do partido responsável pelos últimos dois mandatos, que diz que o XIII Governo dos Açores “está no pântano”, que “atua como garoto”, que tem um “buraco” financeiro de 495 milhões de euros.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Tudo isso «é excessivo e imponderado e tudo o que é excessivo é ignorante e insignificante», nas palavras de Julien Green.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não nos revemos nas expressões. Não dignificam. Ficam apenas com os seus autores.

Não reagiremos na mesma moeda, para não sermos iguais.

Em democracia, cada ato eleitoral tem o seu próprio julgamento do Povo, mas são igualmente reveladores de tendências.

Este Governo está ao lado das pessoas, do Povo, e é dele que espera o seu julgamento.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Apreciamos a estabilidade e, no entanto, não tememos o poder soberano do Povo.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Este XIII Governo dos Açores contou com o apoio parlamentar maioritário para inovar e resolver problemas.

A oposição esteve, como sempre, simplesmente contra.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Neste debate, o Partido Socialista demonstrou que ainda não fez o luto da perda do seu poder.

Parece não ter o seu presente resolvido, e assim tem o seu futuro cheio de incertezas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A coerência impõe-se ser revelada.

Aos Açorianos esclarecemos, entre tantos outros casos:

1.º - A quem paga impostos, dizemos: este Governo diminuiu a carga fiscal, em sede de IRC, IVA e IRS. Quem votou contra a diminuição de impostos, se

fosse governo novamente, por coerência, reverteria a decisão e aumentaria os impostos.

2.º - A quem viaja com a Tarifa Açores, deve saber que quem nos governou antes, disse que era uma medida mal estudada e que não seria aplicável. Afinal existe e só esse facto retira a credibilidade dos genéricos pressupostos negacionistas de quem não quer que nada corra bem nesta governação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Irritam-se pelos sucessos da governação.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

Mas, simplesmente servimos o Povo. Servimos o futuro. É essa a nossa responsabilidade e motivação. Também estamos a salvar a SATA.

3.º - Aos profissionais de Saúde, aos professores e trabalhadores do nosso sistema de Educação, o XIII Governo deu respostas positivas ao fazê-los evoluir nas suas carreiras profissionais, eliminando progressivamente os vínculos precários e recuperando posições nos seus estatutos remuneratórios. O Governo ouviu, reformou, e resolveu problemas do passado. Um regresso ao passado só pode ser uma má notícia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: 4.º - Aos dirigentes responsáveis das nossas IPSS e Santas Casas da Misericórdia, afirmamos e confirmamos a nossa solidariedade e apoio inequívoco. Os orçamentos regionais deste Governo são diferentes e

melhores, para este relacionamento colaborativo. São bons para a sustentabilidade das organizações e para o apoio a todos os seus utentes e expetativas dos seus profissionais. Quem não cumpriu com eles durante vários anos, não tem agora créditos de confiança destas instituições, utentes e profissionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

5.º - Aos Corvinos, confrontados com um passado de incumprimentos nos prazos e necessidades de abastecimento, viram, com este governo, uma solução inovadora com o navio Thor, que lhes tem dado pleno cumprimento.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem contestou, negou e estava contra, perdeu mais uma vez nos seus propósitos negacionistas.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Chegámos ao fim do debate sobre o Plano e Orçamento para 2022. Foram três dias de intenso debate, em que se trocaram argumentos entre quem defende esta maioria e solução governativa, e a oposição. Três dias, em que incompreensivelmente, antes sequer de explicarmos as nossas ideias, os nossos argumentos, as nossas propostas, a nossa disponibilidade para acolher alterações, já sabíamos que o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PAN iriam votar contra. Isto é um facto que não podemos deixar de lamentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os planos e orçamentos anuais são instrumentos fundamentais que consubstanciam, todos os anos, o que está plasmado nas Orientações de Médio Prazo, que aqui foram votadas e validadas há cerca de cinco meses pela maioria das senhoras e senhores deputados. Não há, portanto, surpresas quer no rumo, quer nos objetivos a alcançar.

Também há apenas cinco meses que este Governo tem o Plano e Orçamento para 2021 aprovado e neste tempo, numa mudança de ciclo de 24 anos de governação socialista, numa época de plena pandemia, iremos atingir uma das maiores execuções do Plano dos últimos anos: 85%. Temos também assistido ao crescimento dos indicadores relacionados com a retoma da atividade económica, estando nos últimos três meses em terreno positivo, o que já não acontecia há quase dois anos, o que revela bem os sinais de confiança dos nossos empresários, das nossas empresas, das famílias Açorianas.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas isto não nos satisfaz, nem nos faz desviar o foco da nossa governação: uma Região mais coesa, social e territorialmente, combater a pobreza e elevar os Açores para os melhores índices de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Não somos catastrofistas quando algo nos corre mal, nem arrogantes quando nos corre bem.

Deputado Berto Messias (PS): Por falar em arrogante e em excesso de linguagem...

O Orador: Segundo nos dizia Cervantes, «a humildade é a base e o fundamento de todas as virtudes, e sem ela, não há nenhuma que o seja».

Às vezes é necessário acrescentar paciência democrática. Claro que sim. Não nos arrogamos de tudo saber e temos sempre a oportunidade de receber boas aportações dos nossos parceiros. É assim que encaramos o exercício de governação. É o meu perfil e dele não me desviarei.

O Governo dos Açores não foi, não é, nem nunca será insensível ao Povo, aos agentes políticos e às estruturas representativas da sociedade civil e dos parceiros sociais, do Conselho Económico e Social dos Açores, mas também dos conselhos de ilha. Não só por isto, mas também por isto, acreditamos ter melhorado os documentos aqui apresentados. É unânime: a proposta final é muito diferente, para melhor, em relação à anteposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Aqui se prova que não temos uma governação dogmática e fica bem patente a nossa capacidade de diálogo, de concertação e de aceitação do que são as boas ideias, do que consideramos que possa melhorar a vida das Açorianas e dos Açorianos, objeto último da nossa governação. O que verdadeiramente nos motiva.

Mas não posso deixar de referir que todas estas alterações obedeceram a um princípio basilar para nós, que constitui mesmo uma linha vermelha: as contas certas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não faremos a ninguém, o que nos fizeram ou deixaram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não hipotecaremos o futuro de gerações de jovens Açorianos deixando-lhes uma enorme dívida, uma herança negativa.

É verdade que há endividamento neste Orçamento. Mas maioritariamente para alavancar os fundos comunitários, que numa conjuntura absolutamente excepcional, em que se conjuga o REACT-EU, o PRR e o programa operacional regional futuro, pelo que necessitamos de disponibilizar a parte da nossa comparticipação. O restante será, para, aproveitando as boas condições dos mercados, trocar dívida antiga por nova, a melhores condições, incluindo a relacionada com a nossa companhia aérea – SATA.

Apesar de arredado do debate diário pela boa gestão que este governo está a ser capaz de fazer, da superação dos profissionais de e da Saúde e da responsabilidade dos Açorianos, e ainda bem porque nunca nos irão ouvir fazer política com a pandemia, não podemos esquecer que ainda não nos livrámos do vírus SARS-COV2.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Aliás, em muitos países da Europa, mesmo no continente português, a situação começa a piorar. Nós estamos atentos e continuaremos disponíveis para, salvaguardando a vida humana, tomar as medidas necessárias para continuar a apoiar as nossas famílias, empresas e a economia Açoriana.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é o Plano e Orçamento que consideramos ir ao encontro das necessidades atuais e que nos permite traçar uma trajetória de investimento e crescimento económicos que tem por objetivo, ainda durante a atual legislatura, dispensar o recurso ao endividamento.

São documentos que evidenciam as medidas de combate à pobreza aliadas à criação de riqueza. Temos de inverter o ciclo e terminar com o princípio da mão estendida. Em 2022, a isenção do pagamento de mensalidades em creche

chega ao 13.º escalão, o que permitirá alcançar 2.037 crianças Açorianas, mais 952 do que em 2021. Isto é acabar com a mão estendida.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Mas também aumentamos o valor padrão para as IPSS e Santas Casas em cerca de 16,5%, bem como do abono de família em 5%, do COMPAMID, do prémio de mérito escolar que passa dos 500 euros para os 750 euros e um sistema de apoio ao pagamento de propinas...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... para o ensino universitário, entre tantas outras medidas que não só apoiam quem mais precisa, como também criam condições aos Açorianos para que se possa ter de novo o elevador social ativo, através da sua formação e qualificação.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Fizemos justiça com as autarquias e o poder local.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador: Estabelecemos um acordo com a AMRAA que possibilitou aos municípios dos Açores receberem, até 2024, as receitas que lhes eram devidas, mas que foram recusadas e nunca pagas, receitas relativas à taxa variável do IRS de 2009 e 2010,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... num montante anual de mais de um milhão de euros. Eis uma herança!

Herdámos uma prática despesista, reconhecida no recente relatório sobre a dívida pública regional do Tribunal de Contas, que diz, e cito: «nos últimos dez anos que antecederam a crise sanitária tivemos um crescimento acentuado de 56% de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços». Não somos nós, é o Tribunal de Contas que o diz.

O indicador da atividade económica, por outro lado, regista um crescimento de 12% em setembro, o que é bem demonstrativo das boas políticas implementadas para a economia dos Açores. Para todas as empresas. Todas sem exceção: as micro, as pequenas, médias e grandes empresas. Não distinguimos as empresas pela sua dimensão, mas pelos bons projetos, qualidade e responsabilidade social.

A redução fiscal preconizada por este Governo, prova que estamos no caminho certo. A redução do IVA ainda em 2021 e o IRS já a partir de janeiro de 2022 com a aplicação das tabelas de retenção, demonstra claramente a mudança de paradigma. Este dinheiro é dos Açorianos. Não é do Governo. Por isso preferimos que sejam os Açorianos a decidir o que querem fazer com o seu próprio dinheiro,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em vez de termos um governo usurpador com uma mão e a atribuir com a outra subsídios e apoios para a política da mão estendida.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não contem connosco para isto.

Temos desafios estruturais, mas também conjunturais. A falta de mão-de-obra, o aumento dos preços das matérias-primas, dos combustíveis, entre outros, são aspetos dos quais o XIII Governo está bem ciente e já está a tomar

as medidas necessárias. O apoio às empresas e famílias não se faz apenas através da atribuição de um subsídio.

O Governo dos Açores está a mudar o paradigma. A diminuição dos custos do contexto, a diminuição da fiscalidade, também aumenta o rendimento disponível. É importante que se tenha em mente esta mudança de filosofia.

Se dúvidas houvesse de que é este o caminho a seguir, posso adiantar que reduzimos os prazos médios de pagamento do conjunto do setor público regional para 133 dias, que compara com 179 dias do mesmo período do ano passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E, no caso das empresas públicas regionais, reduzimos para 292 dias, segundo valor mais baixo desde janeiro de 2019 e que reduz em mais de 200 dias quando comparado com o mesmo período do ano passado. Também assim se ajuda a economia, com pagamentos a tempo e a horas aos nossos empresários...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: ... e conseguindo desta forma, reduzir custos na aquisição de produtos para a administração regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Votar contra o Plano e Orçamento, é votar contra estas medidas que apoiam as empresas, os empresários e as famílias açorianas.

A Educação e a Saúde são outras apostas claras deste Governo. Ambos os sectores veem os seus planos reforçados, no caso da educação em cerca de

45%. A nossa aposta no pessoal docente das nossas escolas conseguiu colocar em quadro, mais 281 professores e educadores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: No que concerne ao pessoal não docente, integrámos em quadro 215 trabalhadores. Temos a escola digital, o treino educativo, a promoção do sucesso educativo, a valorização do pessoal docente e não docente, entre tantas outras medidas.

Na Saúde, já pagámos 25 milhões de euros de uma dívida herdada de mais de 150 milhões. Apresentámos para 2022 iniciativas como o Plano Regional de Saúde, o Plano de Nutrição das Escolas, Plano Regional de Saúde Mental, programas de rastreio para a prevenção e controlo do cancro e o Programa de Literacia em Saúde. Definimos um aumento, para o dobro, dos valores previstos para a fixação de profissionais de Saúde tão necessários nas nossas ilhas, incluindo como novidade a inclusão da carreira de enfermagem. Prosseguiremos o processo de regularização e valorização remuneratória dos profissionais de Saúde, acordado com os respetivos representantes sindicais, e já iniciado com o efetivo pagamento, de modo a repor justiça perante reivindicações não correspondidas durante longos anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Aumentámos em 10% o valor da diária do doente deslocado, dando-lhes, dentro do possível, a dignidade que merecem quando se deslocam por motivos de doença em que estão numa situação de enorme vulnerabilidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Vou aligeirar, Sr. Presidente.

Estamos com os agricultores na defesa por um rendimento mais justo, pela sustentabilidade do setor. Temos de continuar a apostar na diversidade agrícola, na inovação agroalimentar. Assumimos a consciência de

desenvolver uma agricultura geracional, ajustando quantidades produzidas, aliando sustentabilidade à competitividade, promovendo e preservando os nossos recursos endógenos e melhorando o conteúdo nutricional dos agroalimentos. Apoiamos os agricultores sem rateios e apostamos na atratividade dos jovens para este sector.

Nas pescas, serão lançados os concursos públicos para a construção do novo navio de investigação e do Tecnopolo Martec, projetos estruturantes para os setores do mar e das pescas, e cujo trabalho desenvolvido por este Governo tem sido feito em articulação com especialistas e investigadores, assumindo-se a nossa Universidade dos Açores como parceiro principal no seu desenvolvimento.

No âmbito da Cultura, 2022 marcará a instituição dos “Epicentros Culturais” que, em cada ano, concentrarão num grupo geográfico do arquipélago dos Açores um amplo conjunto de iniciativas, e em todas as ilhas, por via da mobilidade artística. Replicaremos a “Temporada Cultural”, sendo naturalmente reforçada, por via do estímulo e do palco dado aos músicos, autores e compositores Açorianos. Contamos também aprofundar a “Estratégia dos Açores para o Espaço”, reforçando desta forma a nossa posição geoestratégica.

No Ambiente, estamos a encetar todos os esforços para implementar a transição ambiental, numa visão de maior sustentabilidade, de modo a podermos enfrentar os desafios das alterações climáticas, do respeito pelo meio ambiente e do nosso património natural, pela promoção da nossa natureza invicta e intacta e da nossa biodiversidade. É por isto que em matéria ambiental estamos perante o maior valor de investimentos dos últimos oito anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Como Raul Brandão, dizemos: «o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha em frente». A coesão regional é de facto um desígnio e assim estamos a fazer, com soluções para a mobilidade aérea dos Açorianos e não só, defendendo e promovendo a sustentabilidade do destino turístico, investindo na revisão do PEMPTA (Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores) e concluindo o POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, sem o qual o Governo não tem as ferramentas necessárias para um verdadeiro ordenamento turístico.

Continuaremos o processo de desburocratização e desmaterialização de processos de candidatura no âmbito dos apoios na juventude e qualificação profissional, o que nos permitirá reduzir para metade o tempo de análise e pagamento dos processos de apoio. Promoveremos uma formação especializada e de qualidade.

Estamos a formar profissionais na área do turismo, já com um pensamento estratégico para que estejam disponíveis para a próxima época alta. Estamos a virar a página na formação profissional.

Estamos muito atentos à escalada abrupta e imprevista, durante o ano de 2021, de preços dos materiais de construção e uma evidente falta de mão de obra qualificada no setor da construção civil, que estimamos que se prolongue para 2022.

O Plano e Orçamento para o próximo ano já reflete esta realidade. Estamos, portanto, de forma célere e diligente, a proceder à revisão das respetivas estimativas orçamentais dos projetos de execução, para que consigamos cumprir os prazos previstos. No entanto, não posso também deixar de salientar o elevado estado de degradação de diversos edifícios públicos, que apresentam várias patologias motivadas pela falta de manutenção destes equipamentos, e que justificam diversas ações de reabilitação de edifícios previstas para 2022. Herança!

Na dimensão europeia, os Açores finalizaram a Presidência da Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, com enorme sucesso. Temos agora um enorme trabalho ao nível do aprofundamento da nossa influência europeia e de envolvimento no futuro da Europa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para terminar:

Ao longo dos três dias ouvimos por parte da oposição que não concordam com o que estamos a fazer, que o caminho é errado, que as medidas são más, mas em nenhum momento ouvimos propostas sobre o que fariam diferente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando ainda antes da discussão já se anuncia o voto contra, penso que está claro que temos uma oposição pouco construtiva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, sente-se outra liberdade nos Açores.

As pessoas sentem-se mais livres para poderem criticar, sugerir, avaliar. E isto é também uma conquista desta solução governativa. Só temos pena de termos perdido esta riqueza de diversidade de opiniões durante mais de duas décadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Termino com uma palavra de estímulo aos Jorgenses e aos Micaelenses, que sofreram e sofrem consequências das intempéries destes últimos dias. A Natureza recorda-nos, de quando em vez, a sua força.

Thomas Jefferson dizia, e cito: «em termos de estilo, siga com a corrente. Em termos de princípios, mantenha-se firme como uma rocha».

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com diálogo erguemos o Governo. Com diálogo acertamos a governação com o Povo, o verdadeiro soberano pela administração. Com diálogo evitamos arrogância. Com diálogo alargamos a nossa representatividade democrática.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar do diálogo, não cedemos nos princípios. Apesar do diálogo, não perdemos a coerência do nosso projeto coletivo. Não agiremos como se tivéssemos uma maioria absoluta. Sabemos das nossas circunstâncias e temos a certeza que com elas é possível governar bem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas que fique claro. no dia em que o Parlamento não quiser este Governo, teremos todo o empenho,...

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: ... sem medo, da devolução da decisão soberana ao Povo.

Cada dia que passa temos mais confiança no reconhecimento do Povo do nosso esforço.

Queremos estabilidade política. Devemos isso ao Povo Açoriano. E o Povo é sempre soberano na sua vontade eleitoral. E dela não temos medo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está assim encerrado o nosso debate, na generalidade, do Plano e Orçamento para o ano de 2022.

Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã com as votações, às 10h00.

Boa noite a todos e um bom descanso.

Eram 19 horas e 35 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco